



**RESOLUÇÃO**  
**CONSELHO MUNICIPAL**  
**DE EDUCAÇÃO**  
**DE JOÃO NEIVA -**  
**CONSELHO PLENO**  
**Nº 001/2024**



**RESOLUÇÃO CME-JN/CP Nº 001/2024**

**Fixa normas para a Educação no Sistema Municipal de Ensino de João Neiva, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.**

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO NEIVA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.444/2022, Decreto Municipal nº 9.127/2023, Decreto Municipal nº 9.224/2023 e em conformidade com o disposto na Constituição Federal - CF/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394/1996; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Municipal nº 3.445/2022; na Lei Municipal nº 3.447/2022 e com base nas deliberações conclusivas das Sessões Plenárias do referido Conselho.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fixar normas das Diretrizes Pedagógicas para Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de João Neiva (Rede Pública Municipal).

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá eficácia a partir do ano letivo 2024.

João Neiva, 08 de julho de 2024.

*Luna Paula dos Santos Arruda*

**Luna Paula dos Santos Arruda**

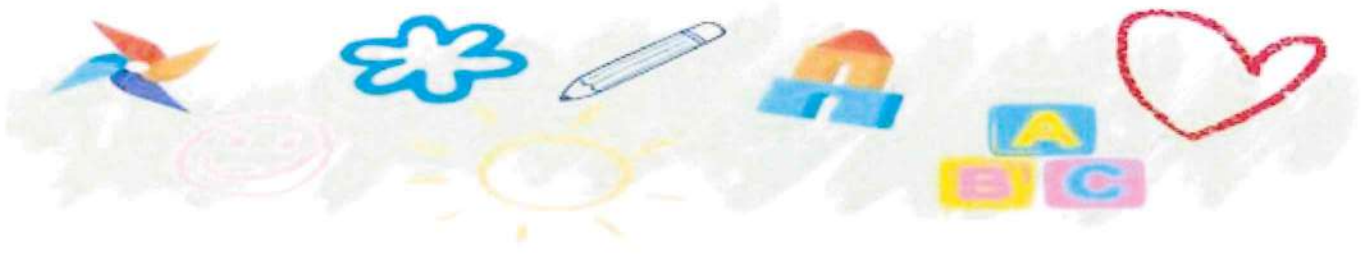
Presidente do Conselho Municipal de Educação de João Neiva

Homologado em 08 de julho de 2024.

*Marciela José*

**Marciela José**  
Secretária Municipal de Educação de João Neiva





Prefeitura Municipal de João Neiva  
Secretaria Municipal de Educação

# DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

## PARA

## EDUCAÇÃO INFANTIL



1ª Edição



JOÃO NEIVA / ES  
2024

**PREFEITO**

Paulo Sérgio De Nardi

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Marciela José

**COORDENADORA PEDAGÓGICA**

Cristina Fornaciari

**COORDENADOR ADMINISTRATIVO**

Antonio Rodolfo Waichert

**EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA INFANTIL**

Claudia Rampinelli Pizza

Lorena dos Reis Costa

**EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA**

Alaísa Terezinha Fávaro

Ana Zulmira Silva

Cleide Maria Mantovani

Maria Solange dos Santos Waichert

Rejjane Ebert de Aranti

Sandra Helena Martins

**EQUIPE MULTIPROFISSIONAL**

Brenda de Oliveira Souza

Fabiana Feliciano de Assis Paterline

Sandra Bortolini Fávaro Ferreira

**EQUIPE DOCENTES FORMADORES**

Adriana Rodrigues Monteiro de Oliveira

Daniela Stefanelli

Helder Guastti da Silva

Kilvia Segatto Barcelos

Marilzete Pinto

**EQUIPE DE EDIÇÃO, FORMATAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO**

Giovana Costa Moro Ribeiro

Natiele Venancio de Oliveira

Wallisson Costa

**EQUIPE DE COLABORADORES**

Adriana Baptista

Andressa Cristina Adão de Souza Pandolfi

Cesar Felipe Cumim do Nascimento

Jorgina Giacomini Sian

Josiêlda de Oliveira Pereira

Juliana Favarato Rodrigues Morellato

Klécia Marim Campostrini Favarato

Lucimar Rampinelli Carrara

Luna Paula dos Santos Arruda

Natalio Vieira

Patrícia Alves dos Santos Gomes

Rosângela Cruz Campagnaro

Rosilene da Silva Cuzzuol

Verônica Nunes Vieira Pezente

**EQUIPE DE COLABORADORES E REVISÃO TEXTUAL**

Marilzete Pinto

Raiana Ruy Recla de Araujo

lo PSA





**João Neiva**, Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil de João Neiva-ES.

Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil aprovada em 27 de junho de 2024, na Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Educação de João Neiva/ES.

Resolução CME-JN/ES nº 004/2024, datada em 27 de junho de 2024.

Publicada pela Secretaria Municipal de Educação de João Neiva, em 08 de julho de 2024.

**João Neiva/2024**

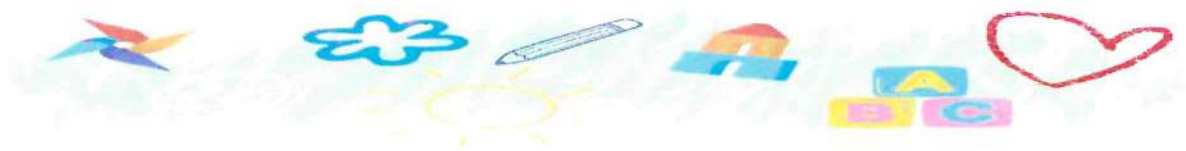
b PSA



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1. MARCOS LEGAIS</b> .....	9
1.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL .....	10
1.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL .....	10
1.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL .....	11
<b>2. FINALIDADES, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES</b> .....	12
2.1 FINALIDADES .....	13
2.2 OBJETIVOS .....	13
2.3 PRINCÍPIOS.....	14
<b>3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO TEMPO HISTÓRICO</b> .....	15
<b>4. AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS</b> .....	20
4.1 ACOLHIMENTO .....	24
4.2 HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	25
4.3 AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS.....	26
4.3.1 Aprender a Conhecer .....	28
4.3.2 Aprender a Fazer .....	29
4.3.3 Aprender a Conviver .....	30
4.3.4 Aprender a Ser.....	31
4.4 AFETIVIDADE .....	32
4.5 ESCUTA ATENTA E ATIVA .....	34
<b>5. DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	35
5.1 PÚBLICO-ALVO .....	36
5.2 ACESSO E PERMANÊNCIA.....	39
5.2.1 Transporte Escolar.....	40
5.2.2 Alimentação Escolar .....	41
5.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	42
5.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	43
5.4.1 Base Nacional Comum Curricular .....	43
5.4.1.1 Direitos de Aprendizagem .....	43
5.4.1.2 Campos de Experiências .....	44
5.4.1.2.1 O eu o outro e o nós .....	45
5.4.1.2.2 Corpo, gestos e movimentos.....	45



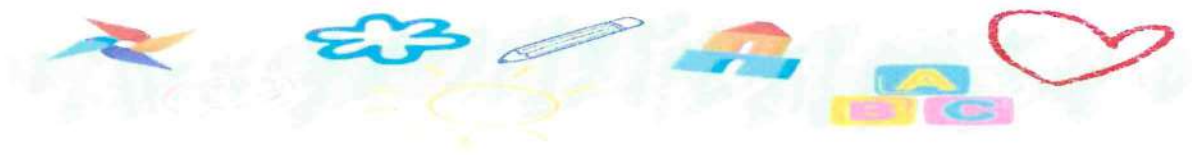


5.4.1.2.3 Traços, sons, cores e formas .....	46
5.4.1.2.4 Escuta, fala, pensamento e imaginação .....	47
5.4.1.2.5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações .....	48
5.4.1.3 Parte Diversificada da Base Nacional Comum Curricular .....	48
5.4.1.4 Temas Integradores da Base Nacional Comum Curricular.....	49
5.4.1.4.1 Educação Ambiental .....	50
5.4.1.4.2 Educação para o Consumo.....	50
5.4.1.4.3 Educação Financeira e Fiscal .....	51
5.4.1.4.4 Educação Alimentar e Nutricional .....	51
5.4.1.4.5 Saúde, Vida Familiar e Social .....	52
5.4.1.4.6 Educação para o Trânsito .....	52
5.4.1.4.7 Educação em Direitos Humanos.....	52
5.4.1.4.8 Direitos da Criança e do Adolescente .....	53
5.4.1.4.9 Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso.....	53
5.4.1.4.10 Diversidade Cultural.....	54
5.4.1.4.11 Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.....	54
5.4.1.4.12 Trabalho, Ciência e Tecnologia .....	54
<b>5.4.2 Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino .....</b>	<b>55</b>
5.4.2.1 Base Nacional Comum Curricular no Currículo da Rede .....	55
5.4.2.2 Parte Diversificada do Currículo da Rede .....	55
5.4.2.2.1 Múltiplas Linguagens .....	56
5.4.2.2.2 Arte.....	56
5.4.2.2.3 Educação Física.....	57
5.4.2.2.4 Aprofundamento em Leitura e Escrita – ALE.....	57
5.4.2.3 Temas Integradores no Currículo da Rede.....	58
5.4.2.3.1 Educação para o Consumo Consciente.....	60
5.4.2.3.2 Trabalho e Relações de Poder.....	60
5.4.2.3.3 Ética e Cidadania .....	60
5.4.2.3.4 Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade .....	61
5.4.2.3.5 Povos e Comunidades Tradicionais .....	62
5.4.2.3.6 Educação Patrimonial .....	62
5.4.2.3.7 Diálogo Intercultural e Inter-Religioso .....	63
5.5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ANUAL.....	63
5.6 CALENDÁRIO ESCOLAR ANUAL .....	63



5.7 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA .....	64
<b>5.7.1 Práticas Pedagógicas Inegociáveis</b> .....	65
5.7.1.1 Espaços de Aprendizagens .....	66
5.7.1.2 Tempos de Aprendizagens .....	68
5.7.1.3 Atividades Permanentes Institucionalizadas .....	70
5.7.1.3.1 Rotina Pedagógica .....	72
5.7.1.3.2 Rotina Diária .....	72
5.7.1.3.3 Espaço Alfabetizador .....	74
5.7.1.3.4 Caderno de Texto .....	74
5.7.1.3.5 Rotina Semanal .....	76
5.7.1.3.6 Rotina Trimestral .....	77
5.7.1.3.7 Rotina Semestral .....	78
5.7.1.3.8 Projetos Institucionalizados da Rede .....	80
5.7.1.3.8.1 Projeto Comunidade de Leitores .....	81
5.7.1.3.8.2 Brincadeiras Cantadas .....	97
5.7.1.3.8.3 Quem Canta, Seus Males Espanta .....	98
5.7.1.3.8.4 Quem Recita, Seus Males Evita .....	99
5.8 PLANEJAMENTO .....	101
<b>5.8.1 Planejamento Individual</b> .....	102
<b>5.8.2 Planejamento Coletivo</b> .....	102
5.9 REUNIÕES SISTEMATIZADAS .....	103
<b>5.9.1 Reunião da Secretaria Municipal de Educação e Equipe Gestora da Instituição de Ensino</b> .....	103
<b>5.9.2 Reunião do Gestor Escolar com a Equipe Escolar</b> .....	104
<b>5.9.3 Reunião Geral</b> .....	106
5.10 AGENDAS .....	106
<b>5.10.1 Agenda de Comunicação</b> .....	106
<b>5.10.2 Agenda de Trabalho Institucional</b> .....	107
<b>6. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	108
6.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	109
6.2 INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	109
6.2.1 Gestor Escolar .....	109
6.2.2 Técnico Pedagógico .....	111
6.2.3 Auxiliar de Secretaria Escolar .....	113
6.2.4 Docente .....	114





6.2.5 Auxiliar de Educação Infantil .....	115
6.2.6 Auxiliar da Sala de Leitura .....	116
6.2.7 Auxiliar de Serviços Gerais .....	116
6.2.8 Cuidador .....	117
6.2.9 Mediador do Laboratório de Informática Educativa .....	118
6.2.10 Merendeira .....	120
6.2.11 Porteiro .....	121
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>123</b>
7.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA .....	129
7.1.1 Avaliação Diagnóstica em Rede .....	129
7.1.2 Avaliação Diagnóstica da Instituição de Ensino .....	130
7.2 AVALIAÇÃO TRIMESTRAL .....	130
<b>8. REGISTROS ESCOLARES .....</b>	<b>132</b>
<b>9. CONSELHO DE CLASSE .....</b>	<b>134</b>
9.1 PRÉ-CONSELHO DE CLASSE .....	135
9.2 CONSELHO DE CLASSE .....	135
9.3 PÓS-CONSELHO DE CLASSE .....	135
<b>10. FORMAÇÃO CONTINUADA .....</b>	<b>137</b>
<b>11. TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....</b>	<b>139</b>
11.1 TRANSIÇÃO DE CASA PARA CRECHE .....	140
11.2 TRANSIÇÃO DA CRECHE PARA A PRÉ-ESCOLA .....	141
11.3 TRANSIÇÃO DA PRÉ-ESCOLA PARA ENSINO FUNDAMENTAL .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>144</b>



## APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de João Neiva, por meio do Setor de Educação Infantil, apresenta as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil. Esse documento foi construído para nortear o processo educacional da Rede Municipal de Ensino e retrata a organização e as práticas educacionais por ela desenvolvidas. Por meio dessas práticas pedagógicas são garantidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

As Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil tiveram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento norteador que apresenta os direitos de aprendizagem das crianças como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se e nos faz repensar a concepção de criança protagonista e que atribui sentido às experiências por elas vivenciadas no contexto escolar.

A BNCC estabelece também os cinco campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Um dos aspectos

apresentados pelas Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil trata da interação da criança com outras crianças, com os docentes e demais profissionais da instituição. E assim ocorre o processo de construção da aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil.

Por isso é tão importante a formação constante dos profissionais que atuam nessa Etapa da Educação Básica, essa ação oportuniza práticas pedagógicas e um planejamento que garante o desenvolvimento dos Campos de Experiências e os direitos de aprendizagem, a organização dos espaços educativos e o tempo pedagógico que assegure o desenvolvimento das habilidades e das competências.

O Documento Orientador da Educação Infantil embasará a prática pedagógica e todo processo de ensino e aprendizagem da Rede Pública Municipal de Ensino, pois para Educação Infantil tem a criança como protagonista e o docente como mediador desse processo, por meio das experiências vividas para que elas comecem a entender o mundo que as cercam.

lo p s a





## INTRODUÇÃO

A Educação Infantil primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil no município de João Neiva, preconiza a concepção de infância e de criança como pilares essenciais para desenvolvimento de um trabalho que valorize a primeira infância.

Neste sentido, a prática pedagógica nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal prima pelos princípios: éticos, estéticos e políticos, tendo como eixos norteadores as interações e a brincadeira, respeitando os tempos e os espaços de aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, focando também no percurso formativo dos profissionais da Educação Infantil, sendo a família parceria importante no processo educacional. Na municipalidade, os conhecimentos infantis são pontos de partida para a ação pedagógica, tem significado concreto para a vida das crianças e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos.

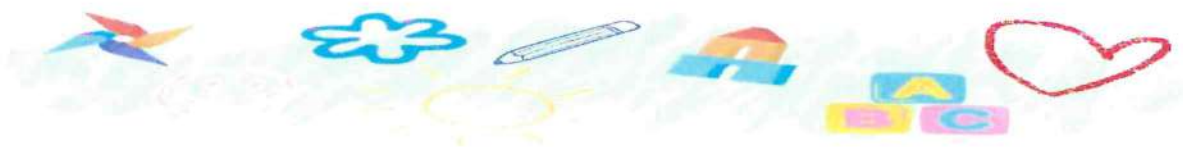
Na Educação Infantil, a aprendizagem se dá nas trocas de experiências das crianças, considerando os princípios, direitos de aprendizagens e os campos de experiências. Por sua vez, essas experiências sociais se dão no exercício do protagonismo infantil, envolvendo situações que possibilitem a criança expor o seu ponto de vista, discordar, concordar, manifestar preferências, sentimentos e direitos.

A construção das relações democráticas, dentro desta etapa da Educação Básica, supõe o estabelecimento de parcerias com a comunidade e com as famílias das crianças, as quais devem ser convidadas a participar intensamente das ações dentro das Instituições de Ensino.

Primando pela Gestão Democrática, as Instituições de Educação Infantil, vinculadas a Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, obrigatoriamente deverão instituir o Conselho de Escola, de forma ativa, conforme legislações vigentes além de promover reuniões de pais e docentes em propostas planejadas e definidas no Plano Anual de Trabalho – PAT.



# **1. MARCOS LEGAIS**



## 1.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterado pela Lei nº 13.257/2016;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- Lei nº 13.257/16, de 08 de março 2016 que estabelece as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Lei nº 13.278/16, de 02 de maio de 2016 fixa as Diretrizes e Bases da Educação nacional, referente ao ensino da arte;
- Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017);
- Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; e
- Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamenta a alínea o piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério público da Educação Básica.

## 1.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Resolução CEE nº 173/1999 - Fixa normas para atendimento à Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino e toma outras providências;
- Lei nº 10.382, que aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo, 2015-2025;
- Resolução CEE nº 3.777/2014 - Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo;





- Resolução CEE nº 6.555/2022 - Altera títulos e redações de artigos da

Resolução CEE-ES nº 3.777, de 20 de outubro de 2014.

### 1.3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990;
- Lei nº 2.648/2014 – dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Educação de João Neiva /ES;
- Lei nº 2.792/2015 – dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de Educação de João Neiva – PME;
- Diretrizes Comuns para as Instituições de Ensino da Rede Municipal de João

Neiva/ES, aprovado em 22 de dezembro de 2020;

- Lei nº 3.445, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal de João Neiva/ES; e

- Lei nº 3.447, de 30 de setembro de 2022, que institui o Sistema Municipal de Ensino de João Neiva/ES.



## ***2. FINALIDADES, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES***





Considerando o exposto em legislação vigente a Educação Infantil possui finalidades, objetivos e princípios

norteadores específicos da referida etapa educacional.

## 2.1 FINALIDADES

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, em seus aspectos físico, linguístico, afetivo, psicoló-

gico, intelectual e social, e será oferecida em articulação com a família e com a comunidade, cumprindo, indissociavelmente, as funções de educar, cuidar e brincar.

## 2.2 OBJETIVOS

A Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de João Neiva tem como objetivos:

- promover o bem-estar da criança e o seu desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral e social, facilitando sua inserção na vida;
- promover a ampliação das experiências da criança de forma criativa;
- estimular o interesse da criança pelo conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade;

- possibilitar à criança o desenvolvimento da autoimagem positiva, permitindo-lhe atuar com autonomia e confiança no desenvolvimento de suas capacidades;
- valorizar e desenvolver as ações de cooperação e solidariedade, ampliando a percepção da criança sobre as relações sociais necessárias ao convívio humano; e
- ampliar a percepção da criança em relação ao ambiente em que vive.



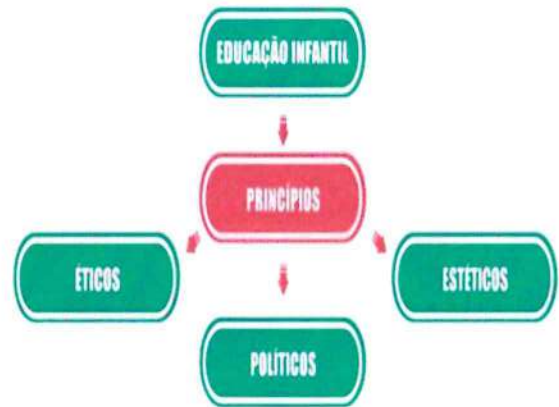
## 2.3 PRINCÍPIOS

Para orientar o trabalho junto as crianças, de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idades, três princípios fundamentam a Educação Infantil: os éticos, políticos e estéticos.

- **Éticos:** de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

- **Políticos:** de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à Educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade

de direitos entre as crianças que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

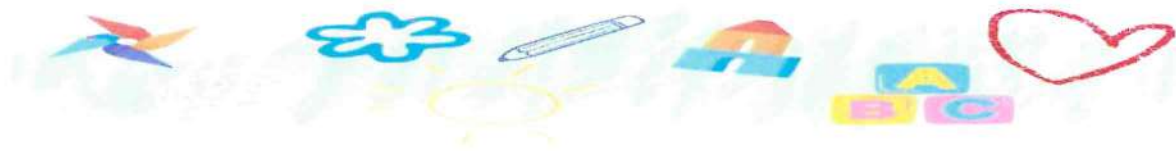


- **Estéticos:** de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias.





# ***3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO TEMPO HISTÓRICO***



Segundo ARIÈS (1981) na Idade Média (476-1453), considerava-se a infância como um período caracterizado pela inexperiência, dependência e incapacidade de corresponder a demandas sociais mais complexas. A criança era vista como um adulto em miniatura e, por isso, trabalhava nos mesmos locais, usava as mesmas roupas, era tratada da mesma forma que o adulto.

Sem o estabelecimento das diferenças entre adultos e crianças, restava para ela o aprendizado das tarefas do dia a dia. Para tal, eram criadas por outras famílias, para que morassem, iniciassem suas vidas e, nesse novo ambiente, aprendessem um ofício. Dessa maneira, a passagem da criança pela própria família era muito breve e as comunicações sociais e as trocas afetivas eram realizadas fora do círculo familiar num composto de homens, mulheres, vizinhos, amos e criados, velhos e crianças.

Pouco depois que a criança passava do período de amamentação, se tornava a companheira natural do adulto. Para a época, formar uma pessoa responsável era formar alguém para servir, ou seja, as crianças aprendiam o ajudando os adultos, por intermédio do trabalho. O trabalho era uma imposição a todos.

No início do século XVII, no período denominado Renascimento, a estrutura de ensino é um identificador da ausência de um conceito específico para infância. Não havia instituição escolar e os educadores ministravam aulas em lugares públicos, igrejas, mercados, praças e outros para grupos de estudantes que não se dividiam por idade. Uma vez que não existia essa diferenciação e nem separação de conteúdo para mais velhos ou mais jovens, verificava-se um aprendizado da vida, a partir da convivência direta e cotidiana, entre eles. A aprendizagem continuaria se fazendo a partir da convivência da criança ou do jovem com os adultos e, por isso, ainda não se verifica a existência de um padrão de educação infantil. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p.14).

No decorrer do século XVII, percebe-se o início do processo de escolarização, por meio do surgimento da escola e com ele o início do que mais adiante seria chamado de turma ou série. Neste momento, as crianças foram separadas dos adultos e enclausuradas em espaços, chamados de quarentena.





Mesmo com o aparecimento dessas instituições, o conceito de infância ainda não era claro, não se constituíam etapas de desenvolvimento nem concepção de aquisição de responsabilidade como um processo educacional. Foi no fim daquele século, que o conceito de infância começou a mudar, em decorrência da Igreja e da família no processo de escolarização, das descobertas sobre as práticas de higiene e de vacinação, que aumentaram a expectativa de vida.

Sob a pressão das tendências reformadoras da Igreja, a criança começou a ser valorizada. Por meio da arte, da iconografia (arte de representar imagens) e da religião (no culto dos mortos), passou-se admitir a existência de uma personalidade e o sentido poético e familiar atribuído à particularidade da criança (ARIÈS, 1981).

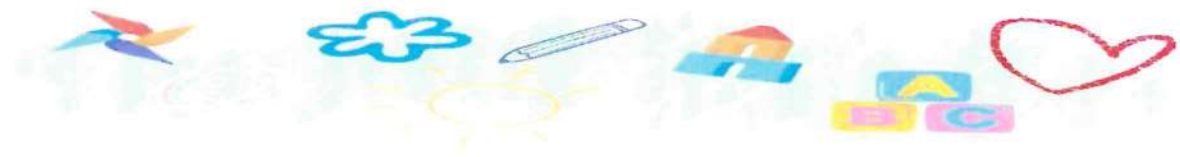
A igreja teve fundamental importância, na época, ao associar a imagem das crianças com a de anjos, sinônimo de inocência e pureza divina. Segundo a Igreja, Deus favorece as crianças devido à sua singeleza, que se aproxima muito de sua impecabilidade, impondo uma necessidade de se amar as crianças e colocar a educação na primeira fileira das obrigações humanas, contrariando a indiferença de outrora.

A partir daí, a iconografia começou a ser demonstrada na figura de crianças-anjos, estabelecendo uma religião para as crianças (ARIÈS, 1981, p.14). Uma nova devoção lhes foi praticamente reservada – a devoção do anjo da guarda. A intenção das imagens era demonstrar que os anjos preferem a “suavidade” das crianças à “revolta dos homens”.

Tal postura fez com que o final do século XVII fosse considerado o marco na evolução dos sentimentos em relação à infância, origem de uma preocupação com a formação moral da criança e com sua construção como indivíduo. Foi nesta época que se começou realmente a falar na fragilidade da infância. Então, a partir do século XVIII, as crianças começaram a ser reconhecidas em suas particularidades, obtendo o seu próprio quarto, alimentação considerada específica e adequada, ocupando um espaço maior no meio social. Nasceu a concepção de infância.

Antes, como se viu, a infância era considerada um período de transição sem importância. Agora a família começa a dar ênfase ao sentimento que tem em relação à criança.

Constata-se uma evolução na percepção e, conseqüentemente, no sentimento dirigido à criança. Ela é posta em evidência pela família e a infância é



reconhecida como uma época da vida merecedora de orientação e educação. Esses sentimentos se encontram relacionados com a preocupação relativa à saúde física e higiene, provocando uma redução da mortalidade infantil, reinantes no século XVII.

Esses elementos ganham peso com a denúncia de Rousseau, em seu livro intitulado EMILIO (1762), do tratamento duro dado às crianças até então. Constatase que esses fatores de assistência à criança vêm-se mantendo até o nosso século, sofrendo mudanças gradativas influenciadas pela própria evolução socioeconômica cultural.

Nesse sentido, a educação da criança, passa a ser estimulada na orientação educacional e na realização dos princípios básicos da Igreja Católica, e não mais na estrutura familiar de servir os adultos como se verificava na Idade Média. Pode-se dizer que, enquanto na sociedade medieval a responsabilidade da criança era influenciada pela precocidade da passagem para idade adulta, por meio do trabalho, no Renascimento é destacado o início do processo de escolarização infantil.

Com a evolução da tecnologia, durante o século XIX, vai se delimitando, mais claramente, as diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e

da criança proletária. Como consequência da Revolução Industrial, algumas mulheres entraram no mercado de trabalho, deixando de se dedicar exclusivamente à família.

Praticamente todos os integrantes da família proletária estavam no mercado, inclusive as crianças. Logo, percebem-se mais uma forte característica que confirma as diferenças entre as classes sociais. Essa diferença de classe social que se verifica além da educação, é uma característica que se iniciou desde a Revolução Industrial até os dias de hoje.

No século XX, o ser humano ocidental se deu conta de que a história não se resume no fluxo das continuidades, as possibilidades descobertas em decorrência do surpreendente avanço científico-tecnológico, quebram padrões muito rapidamente, gerando tensões e rupturas. Tanto é assim que esse século provoca a impressão do início de uma época completamente diferente na história. O desenrolar dos acontecimentos nesse período levou o mundo a um intenso processo denominado globalização. A globalização, que é o novo ciclo de expansão do capitalismo, desafia práticas e ideais, instiga o surgimento de pensamentos e voos da imaginação. É o destino irremediável do





mundo, um processo irreversível, que afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira.

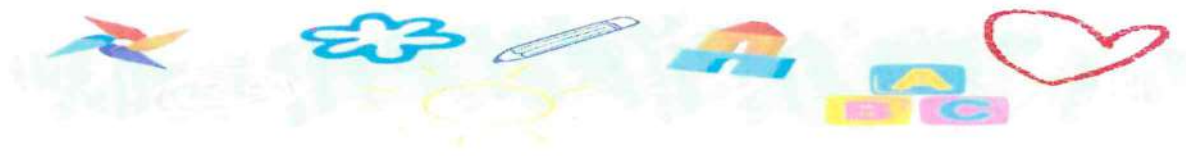
No final do século XX e início do século XXI, a revolução é a da informática. O computador passa a ser o principal centro de comando da globalização, de forma que tudo gira em torno do sistema de informatização. Os sistemas de comunicação eliminam as distâncias e as relações entre as pessoas desconhecem fronteiras, exigindo um estilo de vida mais dinâmico e adaptado as constantes mudanças provocadas pela impressionante velocidade da produção de conhecimento (IANNI, 2000).

A alfabetização, que nos séculos anteriores era requisito principal que abria portas para uma vida de qualidade

superior e era o foco principal da educação, agora é apenas uma das inúmeras habilidades que o ser humano necessita para mover-se socialmente.

Atualmente, para nortear todo o processo educacional, as práticas docentes são alinhadas às competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Currículo Estadual do Espírito Santo e para assegurar os 6 (seis) direitos de aprendizagem norteados por esses documentos, o ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva se fundamenta nos eixos estruturantes: as interações e a Brincadeira, nos 05 (cinco) campos de experiência e nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.





# **4. AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS**



A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica é também o primeiro contato das crianças com a Educação formal na qual se inserem as dimensões do cuidar, educar e brincar, que por sua vez interagem com o processo de ensino aprendizagem.

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, a infância é compreendida como etapa social e histórica, de modo que sejam respeitadas e valorizadas as diversas formas de viver a infância, bem como de pensar, de conviver, de sentir e de se expressar.

Nesse sentido, cada criança possui personalidade própria, interesses e gostos particulares que conferem a ela individualidade, transformando-a em um ser “único” entre seus pares. Busca compreender a si mesma e ao mundo, sentindo-o e pensando-o de um jeito próprio. A criança interage desde cedo com as pessoas e com o meio em que vive, revelando esforço para compreender o mundo e as relações contraditórias que presencia, apropriando-se da cultura não como mera expectadora, mas (re) construindo-a.

Segundo OLIVEIRA (1993), com relação a atividade escolar é interessante destacar que a interação também provoca intervenções no desenvolvimento das crianças, os grupos de crianças são sempre heterogêneos quanto ao conhecimento já adquirido nas diversas áreas e uma criança mais avançada em um determinado assunto pode contribuir para o desenvolvimento das outras.

A criança necessita ser protegida, respeitada em seus interesses, potencialidades e necessidades, segundo seus próprios tempos e ritmos. Deve ser atendida com prioridade, tornando-se o centro de todo o planejamento pedagógico.

Segundo FRIEDMANN (2012), a psicologia do desenvolvimento a linha sociointeracionista representada, principalmente, por Piaget, Vygotsky e seus respectivos seguidores, é uma corrente teórica que defende a existência de uma relação recíproca entre indivíduo e meio: ao mesmo tempo que a criança modifica o meio, ela é modificada por ele.

Segundo LEV VYGOTSKY (1896-1934), o brincar na Educação Infantil tem sua origem naquilo que a criança vive no seu dia a dia, nas interações com seus pares, com os adultos e com o meio. O brincar possibilita o processo de aquisição e ampliação





de conhecimento, de comunicação, do repertório de atuação, num mundo de fantasia e imaginação, produzindo e reproduzindo culturas próprias da infância.

OLIVEIRA (1993) ressalta, quando Vygotsky discute o papel do brinquedo, refere-se especificamente à brincadeira de faz de conta, como brincar de casinha, brincar de escolinha, brincar com um cabo de vassoura como se fosse um cavalo, faz referência a outros tipos de brinquedos, mas a brincadeira de faz de conta é privilegiada em sua discussão sobre o papel do brinquedo no seu desenvolvimento.

A grande contribuição teórica de VYGOTSKY (1988), sociointeracionista, é quanto à ação da criança como essencial para o seu desenvolvimento. Ressalta que a criança não aprende a partir dos estímulos do meio ambiente, mas pela interação com os elementos de sua cultura e do seu meio social, e que assim o curso do seu desenvolvimento é influenciado pelo sociocultural. As referências semânticas representadas pelas palavras e os conceitos vigente no grupo social determinam o conteúdo e a forma tanto das suas estruturas linguísticas quanto das estruturas do seu pensamento. Dessa forma, a criança participa ativamente da construção de sua própria cultura e de sua história, construindo conhecimentos e construindo sua identidade a partir da interação social.

A teoria construtivista afirma que o conhecimento é resultado da construção pessoal da criança, ou seja, dá conta do modo como as crianças aprendem o mundo, apropriam-se dos conhecimentos e interagem com eles e com diferentes objetos e indivíduos.

Segundo PIAGET (1973, p. 76), “o desenvolvimento da criança implica numa série de estruturas construídas progressivamente através de contínua”. O sujeito é um ser ativo que estabelece relações de troca com o conhecimento, num sistema de relações vivenciadas e significativas, uma vez que este é resultado de ações do indivíduo sobre o meio físico e social em que vive adquirindo significações ao ser humano quando o conhecimento é inserido em uma estrutura – isto é a assimilação.

Para FRIEDMANN, o ambiente da Instituição de Ensino deve ser estimulante e favorecer essa interação, devendo estar fundamentado numa proposta de trabalho que tenha como característica processos dinâmicos para a construção cognitiva especificamente na área do brincar, cita que Piaget analisa de forma minuciosa o processo





de desenvolvimento intelectual da criança e sua evolução nos diferentes estágios, conforme a tabela:

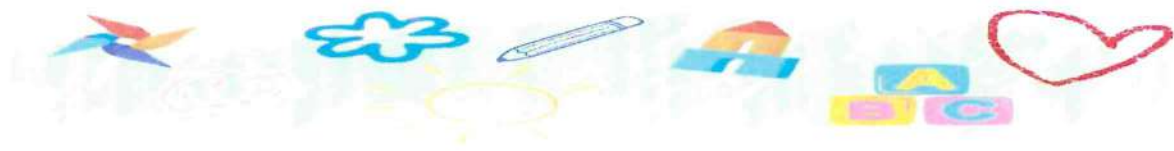
<b>1º ESTÁGIO</b>	<b>Sensório-motor</b>	Ocorre do nascimento até o aparecimento da linguagem, por volta de 01 (um) ano e meio, 02 (dois) anos de idade, dependendo do contexto.	
<b>2º ESTÁGIO</b>	<b>Inteligência Representativa</b>	Período Pré-Operatório	Ocorre em 03 (três) subperíodos sequências: <ul style="list-style-type: none"> <li>• dos 02 (dois) anos aos 03 (três) anos e meio;</li> <li>• dos 04 (quatro) aos 05 (cinco) anos;</li> <li>• dos 05 (cinco) anos e meio aos 07/08 (sete/oito) anos.</li> </ul>
		Período das Operações Concretas	Ocorre dos 07 (sete) aos 11/12 (onze/doze) anos
<b>3º ESTÁGIO</b>	<b>Operações Formais</b>	Ocorre em dois períodos sequenciais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• dos 11 (onze) aos 12 (doze) anos;</li> <li>• até 15 (quinze) aos 16 (dezesesseis) anos.</li> </ul>	

Fonte: O brincar na Educação Infantil – Observação, adequação e inclusão – Adriana Friedman - página 21.

VAILLANTTI (2010), afirma que a abordagem de Emmi Pikler também está de acordo com a BNCC e fundamenta as práticas da municipalidade porque apresenta ideias centrais das concepções pedagógicas que é o respeito pela individualidade e ritmo de cada criança, ela afirma que os bebês são competentes e capazes de tomar a iniciativa em sua própria aprendizagem, em seus estudos Pikler valorizava a liberdade de movimento como um aspecto fundamental para o desenvolvimento físico e cognitivo saudável das crianças. Ela encorajava os cuidadores e educadores a permitir que os bebês explorem seu ambiente de maneira segura e autônoma.

Segundo VAILLANTTI (2010), Pikler nos ajuda a entender melhor esse desafio, trazendo um suporte valioso para pais e educadores de bebês e crianças, destacando a autonomia e a relação afetiva privilegiada, e respeitando o ritmo individual através das situações de equilíbrio e tranquilidade.

O brincar facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo uma relação estreita entre a brincadeira e a aprendizagem. Ao brincar,



a criança tem o direito de tomar decisões, expressar sentimentos, individualidade, identidade, valores, conhecer a si e aos outros, usar o corpo, os sentidos e os movimentos; tem direito de criar e solucionar problemas, bem como desenvolver várias linguagens. A criança usa a brincadeira para expressar-se, aprender e desenvolver-se.

Enfim, brincar é o ato que dá oportunidade de atribuir significados, principalmente por meio do corpo em movimento e do jogo simbólico.

As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de João Neiva propõem práticas que devem acontecer por meio de experiências e relações sociais estabelecidas nas instituições, de acordo com os eixos para a organização intencional das práticas pedagógicas: as interações e a brincadeira. Estes eixos estruturantes são apresentados no artigo 9º das DCNEIs (BRASIL, 2009), no qual propõe-se uma organização curricular que garanta a aprendizagem por meio de experiências, devendo existir a intencionalidade pedagógica que considere o cuidar e educar como indissociáveis e nos campos de experiências, com os objetivos de aprendizagens definidos pela BNCC.

Além disso, deve-se considerar os conhecimentos trazidos pelas crianças enquanto ponto de partida, no qual o docente deve promover por meio do trabalho pedagógico organizado, a aprendizagem dos saberes e conhecimentos.

#### 4.1 ACOLHIMENTO



Acolhimento – EMEIF Deputado Nilzo Plazzi

Na Educação Infantil, acolher significa mais que cumprimentar e receber na

entrada das Instituições de Ensino as crianças e sua família ou despedir-se deles na saída, faz parte do acolhimento a sensibilidade, a afetividade, o cuidado, a delicadeza no trato, a cordialidade, a escuta qualificada às crianças e aos seus familiares.

Significa estabelecer uma interlocução respeitosa, humanizada, identificando e





chamando as crianças e seus familiares pelos seus nomes, com uma atitude de quem se importa, de quem respeita sua cultura, valoriza suas histórias de vida, experiências e vivências.

O acolhimento faz gerar uma relação de pertencimento dos bebês e das crianças com o espaço educacional, criando um vínculo afetivo e de segurança na relação com os profissionais da Instituição de Ensino, possibilitando diálogo, estabelecendo uma relação de empatia, de confiança e de respeito com a criança e com seus pais e/ou responsáveis.

As ações de acolhimento podem acontecer por meio das pequenas e corriqueiras ações do dia a dia, que pode ser um colo ou uma cantiga.

Os docentes e demais profissionais que interagem com as crianças nos momentos de alimentação, de higienização, de brincadeiras, de vivências individuais e nos grupos devem fazer dessas ações momentos para acolher e valorizar os sentimentos da criança, dando-lhe oportunidade para manifestar suas emoções, expressões, linguagens, comunicando-lhe afeto, estimulando suas interações e aprendizagem, visto que o educar e o cuidar são ações indissociáveis na Educação Infantil.

#### 4.2 HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM



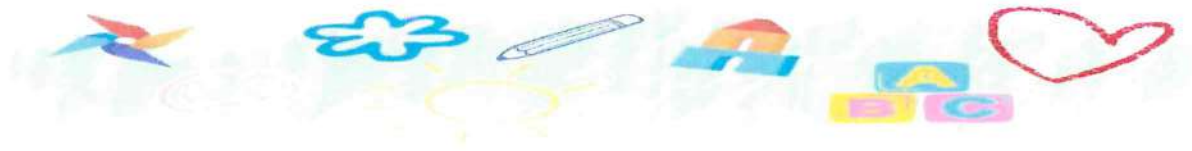
Roda de Leitura na EMEI Claudete Terezinha Cometti

Na Educação humanizada, observa-se a subjetividade de cada criança no

processo de ensino aprendizagem, reconhecendo que cada indivíduo é completo, com sonhos, frustrações, medos e outros.

Diante desse cenário, cada criança deve ser compreendida em sua totalidade, sendo que os aspectos emocionais ganham importância no processo de ensino, de forma que a criança se sinta acolhida e pertencente aos grupos com os quais convive, seja na Instituição de Ensino, seja em outros





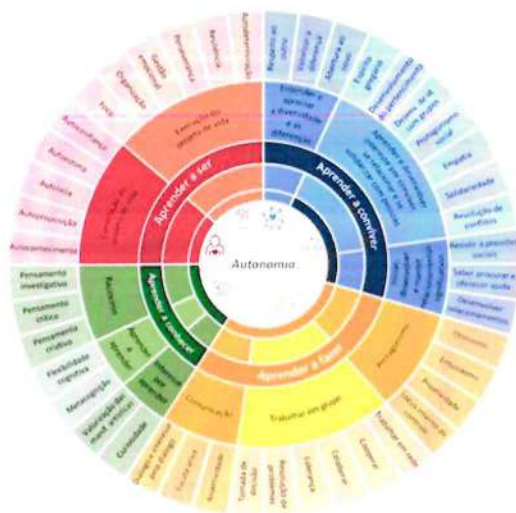
espaços. Desse modo, a Instituição deverá promover práticas humanizadas, que oportunizem o desenvolvimento socioemocional das crianças.

Os profissionais da Educação envolvidos no processo de cuidar e educar estarão atentos em valorizar o desenvolvimento humano de cada criança. Sendo assim, as competências

socioemocionais fazem parte do cotidiano educacional.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, não visa apenas o sucesso intelectual das crianças da Educação Infantil, mas uma formação que englobe todos os aspectos para que elas sejam cidadãos participativos, críticos e conscientes.

#### 4.3 AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS



Fonte: Currículo do Espírito Santo /2018

A primeira infância é a fase de maior desenvolvimento cognitivo do ser humano, é nessa etapa que as crianças recebem diversos estímulos do meio em que estão inseridas. Na primeira infância a criança inicia o processo de apreensão do mundo a sua volta e começa a perceber o meio em que vive

através de estímulos sensoriais e motores.

Desde o nascimento, o toque, as sensações, as palavras que escuta e a atenção que recebe, contribuem para que sinta e perceba o mundo, por isso é tão importante os vínculos socioafetivos desde o nascimento e até mesmo pensarmos sobre tais vínculos na vida intrauterina. (WINCOTT, 2006) apud Currículo do Espírito Santo.

Estudos desenvolvidos por WINNICOTT (2006) apud Currículo do Espírito Santo, valorizam as primeiras relações materno-infantis como essenciais para a formação e desenvolvimento da criança. Segundo o autor, estados psicológicos como confiança, segurança e proteção vão



sendo construídos desde a vida uterina quando a mãe interage com o feto. Além de escutar a voz da mãe e de outras pessoas que se encontram no ambiente externo, aspectos relacionados à nutrição, sono, atividades físicas que a mãe realiza, pensamentos maternos, geram uma relação simbiótica que proporciona o início das primeiras manifestações afetivas.

WALLON (2007) também afirma que os primeiros vínculos consolidados entre bebê e mãe ocorrem por meio das relações socioafetivas, sobretudo na forma como a criança se sente protegida, cuidada, amada e amparada pelo adulto. Mesmo não compreendendo a linguagem verbal, o bebê percebe de forma sensitiva o ambiente em que está inserido, afinal, passou 09 (nove) meses ligado a outro corpo vivo, que sente, experimenta, vive e esteve se alimentando, unido a um cordão umbilical, placenta, compartilhando com a mãe sentimentos e experiências.

A importância do desenvolvimento socioemocional na Educação Infantil reside na saúde da criança. O

desenvolvimento de habilidades socioemocionais possibilita o aumento na autoestima, o conhecimento de si, o autocuidado e o relacionamento com o outro. Trazer esses conhecimentos para a escola faz-se urgente, sobretudo numa sociedade em que há padrões estereotipados, aumento dos índices de estresse, doenças psicossomáticas, tais como: ansiedade, depressão. Portanto, é necessário falar sobre as emoções desde a infância e os pais devem participar desse processo, afinal eles são os responsáveis por validar ou invalidar certos valores, conhecimentos e comportamentos, logo, precisam participar junto à escola do processo educativo.

As atividades de desenvolvimento colaboram para uma maior saúde socioemocional, que leva a impactos positivos na aprendizagem. Uma criança com bom desenvolvimento socioemocional tende a ser mais feliz, mais motivada a aprender e mais positiva quanto à escola. Além disso, as crianças se tornam mais independentes e autônomas para participar nas atividades, brincadeiras e jogos propostos na Instituição de Ensino.





### 4.3.1 Aprender a Conhecer



Convivendo com a natureza- EMPEIF Santo Afonso

O “aprender a conhecer” aborda a aquisição de instrumentos do conhecimento que possibilitem aos sujeitos de aprendizagem o desejo por compreender, conhecer e descobrir, que inclui o conhecimento científico e o estímulo ao desenvolvimento do pensamento investigativo, crítico e criativo, a predisposição em aprender e a estabelecer processos de aprendizagem que o acompanhem e continuem em desenvolvimento ao longo da vida.

O pensamento investigativo, o crítico e o criativo ampliam as possibilidades ou

alternativas para tomar decisões, propor soluções, articular informações, decidir no que acreditar, avaliar se uma argumentação, procedimentos ou resultados são viáveis. Identificam hipóteses, implícitas ou explícitas na argumentação e rejeitam conclusões e pensamentos tendenciosos, avaliando a credibilidade das fontes de informação. Esses são alguns elementos importantes ao raciocínio.

A flexibilidade cognitiva e a metacognição são importantes para que todos estejam conscientes acerca do processo de aprendizagem, exerçam equilíbrio sobre ele, de forma a ajustá-lo em suas expectativas e necessidades. Esses são alguns elementos importantes ao aprender a aprender.

A curiosidade e a valorização das manifestações artísticas despertam a vontade de conhecer coisas novas, apreciar e dar valor as manifestações artísticas e culturais do seu e de outros grupos sociais. Esses são alguns elementos importantes ao interesse por aprender.





#### 4.3.2 Aprender a Fazer



Confecção de um chocalho com material reciclável – EMEIF José Rebutzi Sarcinelli

Aprender a fazer envolve uma série de conhecimentos ligados à capacidade de realização. O interesse pelo diálogo, a escuta ativa e a assertividade são importantes para a expressão de sentimentos e crenças de forma transparente, considerando o contexto social, bem como a disponibilidade de ouvir a outra pessoa com atenção e respeito. Envolve estar atento para tudo que a outra pessoa está transmitindo, tanto verbalmente quanto

não verbalmente. Esses são alguns elementos importantes à comunicação.

A tomada de decisão, a resolução de problemas, a liderança, a colaboração, a cooperação e o trabalho em rede são importantes para o empenho mútuo e coordenado de um grupo de participantes a fim de solucionar um problema, tornando-os capazes de identificar vantagens e desvantagens das alternativas encontradas nas resoluções de problemas, assumindo as responsabilidades pelas escolhas feitas. Esses são alguns elementos importantes para o trabalhar em grupo.

O otimismo, o entusiasmo, a proatividade e o locus interno de controle estimulam o alcance e a busca de novas perspectivas de futuro. Está relacionado a envolver-se ativamente com a vida e com outras pessoas com vistas a possíveis mudanças em suas trajetórias. Esses são alguns elementos importantes para o protagonismo.



### 4.3.3 Aprender a Conviver



Atividade em grupo desenhando com tinta desenvolvendo a criatividade – EMEI Teresita Borrini Farina

Os relacionamentos nos conduzem a reflexão e possibilitam desenvolver: interesse por conviver, solidarizar-se com pessoas, sentimento de pertencimento e inclusão das diferenças e das diversidades. Resistir a pressões sociais, saber procurar e oferecer ajuda e desenvolver relacionamentos contribuem para o amadurecimento de todas as dimensões humanas, o respeito frente às diferenças e diversidades em suas singularidades e pluralidades, com maior capacidade de enfrentamentos por meio de argumentos de suas convicções, de forma resiliente. Esses são alguns elementos importantes para iniciar, desenvolver e manter relacionamentos significativos.

Desenvolvimento de pertencimento, identidades com grupos, protagonismo social, empatia, solidariedade, resolução de conflitos promovem o gosto de estar e conviver com pessoas, sentindo-se parte de grupos e comunidades.

Ter atitudes voltadas para a melhoria da comunidade, mobilizando as pessoas para essa causa, compreendendo os sentimentos, pensamentos e emoções do outro para que esse sintam-se melhor, sendo capaz de resolver os conflitos inevitáveis, com base na compreensão mútua, no diálogo e na consciência da interdependência entre pessoas e grupos, em busca da cultura pela paz. Esses são alguns elementos importantes para aprender e desenvolver interesse por conviver, se relacionar e se solidarizar com pessoas.

Respeitar o outro, valorizar a diferença e a abertura ao novo são importantes para celebrar e ter orgulho da diversidade, reconhecendo que o outro existe, é diferente, e tem tanto direito de existir quanto todos os outros seres do planeta. Possibilitam a oportunidade para o autoconhecimento e para





realizar coletivamente o que não pode ser realizado de maneira solitária.

Trata-se de uma Educação voltada a lutar contra preconceitos e violências,

mediar conflitos e valorizar a cultura da paz e do bem viver. Esses são alguns elementos importantes para entender e apreciar a diversidade e as diferenças.

#### 4.3.4 Aprender a Ser



Caixa Surpresa das Emoções – EMEIF Dr. Orlindo Francisco Borges

Segundo (DELORS, 2012), “a educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade”. A parte mais importante desse processo talvez seja o “conhecimento de si mesmo para se abrir, em seguida, à relação com o outro”.

O autoconhecimento, a auto proposição, a autoestima e a autoconfiança são importantes para conhecer suas próprias virtudes e fortalezas, assim como fragilidades e

potencialidades. Envolve conhecer os próprios valores, crenças e entender como se sente em cada situação e o porquê. Envolve, também, reconhecer como se é percebido por outras pessoas e poder traduzir seus próprios sonhos e desejos num projeto de vida, coerente com seus valores e crenças, interesses e potencialidades. Abrange a crença na própria capacidade de realizar determinadas atividades. Esses são alguns elementos importantes para a construção do projeto de vida.

Foco, organização, gestão emocional, perseverança, resiliência e autodeterminação são importantes para concentrar a atenção nas ações planejadas, resistir a interesses imediatos, saber se organizar e ser cuidadoso com os recursos que dispõem, gerenciar suas emoções a fim de expressar seus sentimentos em diferentes contextos e situações, não desistindo mesmo quando as dificuldades surgem ou se tornem



desconfortáveis. Tornar capaz de se fortalecer em situações difíceis. Esses

são alguns elementos importantes para a execução do projeto de vida.

#### 4.4 AFETIVIDADE



Interação das crianças, demonstração de afeto. EMEI Teresita Borrini Farina

A primeira infância, é o período no qual os seres humanos constroem suas bases cognitiva, emocional, motora, social e ética. Quando ainda não sabem utilizar a linguagem oral, as crianças fazem uso principalmente da emoção para se comunicar com o mundo, por meio do choro e sorriso, por exemplo.

Ao adquirir a fala, as crianças ganham mais um meio de expressar o que sentem e começam a se relacionar com o mundo de outra forma. Segundo o pensador Jean Piaget, o desenvolvimento intelectual em dois componentes: o cognitivo e o afetivo, que caminham juntos. Para ele, toda

ação e pensamento são ações cognitivas, representadas pelas estruturas mentais, e afetivas, representadas por uma estrutura energética, que é a afetividade.

Em seu livro, Seis Estudos de Psicologia (2006), Jean Piaget afirma que as transformações da ação provenientes do início da socialização, não tem importância apenas para a inteligência e para o pensamento, mas repercutem também profundamente na vida afetiva.

Há quem acredite que para ser afetivo é preciso abraçar e beijar as crianças, mas ao promover uma roda de conversa no início da aula e ouvir atentamente as crianças contarem o que fizeram em casa, sentar ao lado deles enquanto desenham e perguntar a respeito, contar uma história, cantar uma música enquanto troca a fralda, acompanhar as brincadeiras e observar o que estão falando entre si são formas pelas quais o docente pode demonstrar carinho, atenção e cuidado pela sua turma.





As trocas de afeto na primeira infância, seja com familiares, colegas e até com o docente, são as primeiras relações de uma criança. Então, a maneira com que essas relações são cultivadas ensinam a interagir, se comunicar e a desenvolver empatia.

De acordo com a teoria Henri Wallon, o fator orgânico influencia de forma direta na evolução do pensamento. Essa seria a primeira condição para que o ser humano possa desenvolver a capacidade para o crescimento. Além do fator orgânico as influências do meio colaboram e moldam essa primeira instância.

A teoria de Henri Wallon indica que o desenvolvimento é visto como uma passagem advinda da completa imersão social. Emoções, para Wallon, têm papel preponderante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que a criança exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral, são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino.

As transformações fisiológicas em uma criança (ou, nas palavras de Wallon, em seu sistema neurovegetativo) revelam traços importantes de caráter e personalidade. Segundo a teoria de Wallon, as emoções dependem fundamentalmente da organização dos espaços para se manifestarem. A motricidade, portanto, tem caráter pedagógico tanto pela qualidade do gesto e do movimento quanto por sua representação.

Diferente dos métodos tradicionais que priorizam a inteligência e o desenvolvimento observado em sala de aula, a proposta walloniana põe o desenvolvimento intelectual dentro de uma cultura mais humanizada, considerando a criança como um todo.

Além desses aprendizados emocionais e sociais que vão ser levados para toda a vida, a educação com afeto também é mais eficiente. As crianças que são ensinadas dessa forma aprendem melhor, não só com relação ao desenvolvimento afetivo, mas também cognitivo.

#### 4.5 ESCUTA ATENTA E ATIVA



Roda de leitura – EMEIF Dr. Orlindo Francisco Borges

A prática da escuta atenta e ativa tem como princípio o uso da palavra como ferramenta de diálogo, aprendizado e desenvolvimento emocional. Como o próprio nome do termo aponta, a base desse uso da palavra está consolidada na escuta.

A escuta atenta e ativa na Educação Infantil favorece para que, no relacionamento com os docentes, a criança renove a confiança, tenha a oportunidade de se expressar com autenticidade e, até mesmo, possa colaborar mais ativamente com os caminhos de aprendizagem pensados pela Instituição de Ensino. É uma

combinação de mais acesso ao conhecimento com desenvolvimento pessoal por meio de experiências vivenciais mais intensas.

Para desenvolver essa prática o docente precisa se atentar a diminuição das distâncias com as crianças e realizar algumas estratégias como: na hora de conversar, agachar-se para colocar o seu campo visual em contato direto com o rosto da criança, para estar na mesma “altura”, e assim favorecer uma postura de conversa, olhando nos olhos da criança; a oferta do tempo para o diálogo com as crianças deve ser feita pelo adulto buscando manter o foco nas brincadeiras e na imaginação dos pequenos, revelando que está mesmo sintonizado naquela atividade e passando segurança; no momento do diálogo, o ideal é explicar o que for questionado. Ter uma conduta respeitosa em uma atmosfera de tranquilidade são posturas que levam o docente a uma escuta atenta e ativa.





# ***5. DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL***



A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica é extremamente importante no contexto educacional, pois as crianças ao participarem desses momentos de interação os permite a ampliar os grupos sociais, estabelecem vínculos afetivos e ganham autonomia diante do contexto social como sujeitos de direitos.

A oferta pública da Educação Infantil deve ser realizada de forma gratuita, em espaços educacionais instituídos legalmente, para o atendimento de crianças em creche e pré-escola.

A organização dos grupos etários constitutivos nesta etapa da Educação Básica, com uma variação dos meses de um período para o outro, a BNCC situou em 03 (três) faixas etárias os períodos de desenvolvimento dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas. Todavia, esses agrupamentos e suas faixas etárias não podem ser considerados de forma rígida, em virtude dos diferentes ritmos de desenvolvimento, das peculiaridades de cada criança e da forma como cada município se organiza no atendimento a esta Etapa de Ensino.

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva esses grupos etários estão organizados em:

EDUCAÇÃO INFANTIL		
GRUPOS	DENOMINAÇÕES	FAIXA ETÁRIA
CRECHE	BEBÊS	04 (quatro) meses a 01 (um) ano e 06 (seis) meses.
	CRIANÇAS BEM PEQUENAS	01 (um) ano e 07 (sete) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses.
PRÉ-ESCOLA	CRIANÇAS PEQUENAS	04 (quatro) anos a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses.

### 5.1 PÚBLICO-ALVO

Na Rede Pública Municipal de João Neiva o atendimento em creches é realizado às crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos de idade, completos ou a completar





até a data base de 31 de março do ano corrente, conforme CNE/CEB nº 01/2018, de 9 de agosto de 2018, em tempo parcial, considerando os dispositivos normativos vigentes.

Sendo a creche uma opção da família em matricular a criança, mas é de competência do Município ofertar espaços educacionais aos munícipes, visando atender as demandas manifestas.

O atendimento em creche encontra-se organizado em turmas, considerando os grupos e a faixa etária da criança, conforme exposto na tabela a seguir:

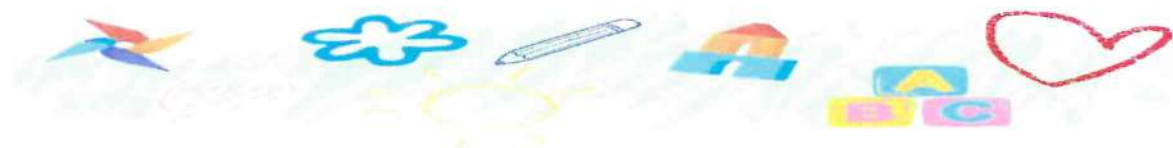
TURMA	FAIXA ETÁRIA	DURAÇÃO
Berçário I	04 (quatro) meses completos ou a completar 01 (um) ano após 31 de março do ano da matrícula.	04 (quatro) anos
Berçário II	01 (um) ano completo ou a completar até 31 de março do ano da matrícula.	
Maternal I	02 (dois) anos completos ou a completar até 31 de março do ano da matrícula.	
Maternal II	03 (três) anos completos ou a completar até 31 de março do ano da matrícula	

Fonte: INEP/Censo Escolar e Setor de Inspeção Escolar da Semed-2022

Em relação ao atendimento em pré-escola, este é realizado em tempo parcial, as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade completo, até a data base de 31 de março do ano da matrícula, conforme CNE/CEB nº 01/2018, de 9 de agosto de 2018, que considera os dispositivos normativos vigentes.

O atendimento em pré-escola é considerado ensino de matrícula obrigatório para a criança e o Município tem o dever de ofertar espaços educacionais aos munícipes, visando atender plenamente as demandas manifestas da municipalidade.

O atendimento em pré-escola encontra-se organizado em turmas, considerando os grupos e a faixa etária da criança, conforme exposto na tabela a seguir:



TURMA	FAIXA ETÁRIA	DURAÇÃO
1º Período	04 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março do ano da matrícula e crianças que completam 05 (cinco) anos após a data base 31 de março do ano da matrícula.	<b>02 (dois) anos</b>
2º Período	05 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março do ano da matrícula e crianças que completam 06 (seis) anos, após a data base 31 de março do ano da matrícula.	

Fonte: INEP/Censo Escolar e Setor de Inspeção Escolar da Semed-2023

As turmas de creche estão localizadas exclusivamente em 02 (duas) Instituições de Educação Infantil e as de Pré-Escola se dispõem de 01 (uma) Instituição de Ensino que atende somente as crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos localizada no centro do município de João Neiva.

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva também possui 06 (seis) Instituições de Ensino que ofertam o atendimento tanto da Educação Infantil em pré-escola, quanto do Ensino Fundamental.

No ano letivo de 2023, a Rede Pública Municipal de Ensino atende ao quantitativo de 632 (seiscentos e trinta e dois) crianças na Educação Infantil.

No quadro abaixo é possível visualizar a movimentação em relação a matrículas na Educação Infantil, referente a Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, no período de 2016 a 2023.





MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL			
ANO	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL
2016	398	335	733
2017	371	358	729
2018	362	379	741
2019	323	366	689
2020	298	361	659
2021	248	328	576
2022	241	325	566
2023	285	447	632

Fonte: INEP/Censo Escolar e Setor de Inspeção Escolar da Semed-2023

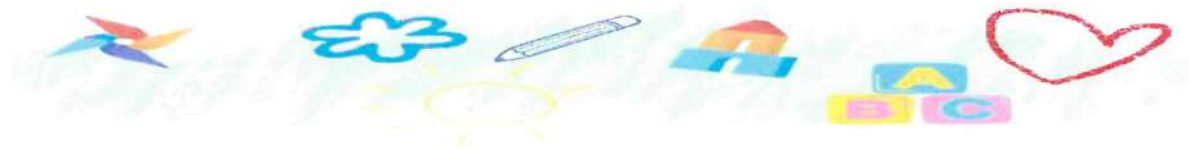
## 5.2 ACESSO E PERMANÊNCIA

O acesso das crianças nas Instituições de Ensino da Educação Infantil, na Rede Pública Municipal se dará por meio do chamamento público de matrícula, por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

O gestor escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva deve ter como premissa, de que nenhuma criança em idade escolar obrigatória poderá estar fora da Instituição de Ensino, bem como não poderá abandonar os estudos, e que o sucesso na prevenção do abandono

envolve ações específicas realizadas por todos os profissionais que compõem a Instituição de Ensino.

Garantir o acesso e a permanência das crianças nas Instituições de Educação Infantil é obrigação de todos da equipe escolar, em especial do gestor escolar articular toda a equipe no monitoramento constante das crianças da Instituição de Ensino, intensificando as ações da Equipe Busca Ativa, com objetivo de identificar cada criança que possa estar em risco de abandono escolar, e desenvolver ações precisas



para a permanência das mesmas nos estudos.

A equipe gestora e da Busca Ativa da Secretaria Municipal de Educação acompanha a frequência das crianças nas Instituições de Ensino, monitorando aquelas que apresentam um comprometimento no ritmo de desenvolvimento e aprendizagem, visando desenvolver estratégias em prol de intervenções metodológicas que garantam suprir essas fragilidades no desenvolvimento infantil e, melhorando a qualidade de atendimento educa-

cional das crianças matriculadas na Rede Pública Municipal de Ensino.

Visando erradicar possíveis casos de infrequência e/ou abandono escolar e um melhor desempenho na aprendizagem e desenvolvimento a Secretaria Municipal de Educação ampliará as ações da Busca Ativa Escolar por meio de visita domiciliar a ser realizada pela equipe do Setor de Diversidade e membros do Programa Busca Ativa reestabelecendo a conexão família e Instituição de Ensino.

### 5.2.1 Transporte Escolar

No município de João Neiva, o transporte escolar é disponibilizado as crianças matriculadas na Rede Pública Municipal de Ensino, de forma compartilhada com o Governo do Estado do Espírito Santo, em conformidade com a legislação vigente em nível federal, estadual e municipal.

O transporte escolar tem por objetivo garantir o acesso e a permanência da criança residentes em área rural na Instituição de Ensino, mais próximo a sua residência, conforme disposto na legislação vigente e no Plano de Regionalização elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

Para dispor do serviço de transporte escolar, além da realização da matrícula na Instituição de Ensino mais próxima de sua residência, as crianças deverão residir a uma distância igual ou superior a 03 (três) quilômetros da respectiva Instituição de Ensino ou da linha tronco, excetuando-se dessa regra os seguintes casos:

- crianças com limitação temporária ou permanente de locomoção, decorrente de alguma doença ou deficiência física, sensorial ou mental, comprovado por laudo médico; e





- crianças que residem em localidade em que há situações em que for

identificado risco de vida e áreas de vulnerabilidade.

### 5.2.2 Alimentação Escolar

Respeitada a legislação vigente, é disponibilizada Alimentação Escolar as crianças regularmente matriculadas na Instituição de Ensino da Educação Infantil.

A oferta de Alimentação Escolar, deve ser realizada respeitando os valores e a segurança alimentar orientados por nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e profissionais capacitados na manipulação e preparo da alimentação.

A Alimentação Escolar obrigatoriamente deve ser servida no refeitório, lugar destinado a alimentar e conviver, proporcionando assim um ambiente onde as crianças sintam-se acolhidos e respeitados.

Os refeitórios das Instituições de Ensino, devem se constituir em espaços que promovam aprendizagens como: valores e atitudes, desenvolvimento da autonomia de forma que as crianças façam a melhor escolha dentro da prática da alimentação saudável e valor energético por faixa etária, a oportunidade de se servirem sozinhos

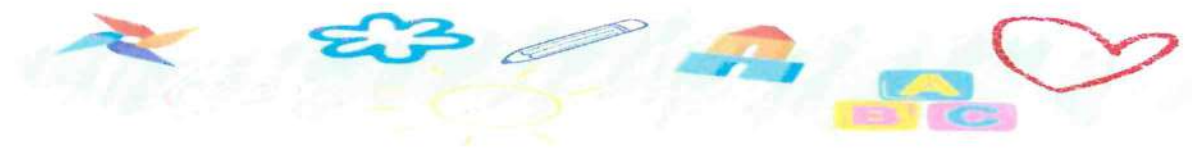
evitando o desperdício e a valorização do trabalho de quem preparou o alimento, bem como a interação com os colegas e comunidade escolar durante as refeições.

As aprendizagens serão garantidas se o refeitório estiver organizado de forma que proporcione essa rotina. A intenção é aproximar as crianças das práticas sociais, colaborando para que incorporem essas práticas em suas vivências fora da Instituição de Ensino. Além da organização do self-service, das mesas e cadeiras, as paredes do refeitório devem comunicar o cardápio da semana, apresentando ilustrações de alimentos saudáveis.

Durante o ano letivo, as nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, realizam trabalhos de educação nutricional nas Instituições de Ensino com intuito de conscientização e formação de hábitos alimentares saudáveis das crianças, além de capacitar os manipuladores, de forma a modificar os alimentos em pratos saborosos e apresentáveis, respeitando os controles higiênicos-

199

APD LOPSA



sanitário e melhorando a aceitação da Alimentação Escolar e realizam a avaliação nutricional, por meio de antropometria, onde conseguem verificar o perfil nutricional de cada criança por Instituição de Ensino e também testes de aceitabilidade para conhecerem a aceitação do cardápio proposto quando há inclusão de alimentos ou preparações novas.

Vale ressaltar que mediante a laudos médicos as nutricionistas fazem as adequações do cardápio de forma que a criança que possui alguma restrição, alergia ou intolerância possa se alimentar sem que tenham prejuízos nutricionais durante o ano letivo.

### 5.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A Secretaria Municipal de Educação de João Neiva é a Instância responsável pelas orientações nas competências: pedagógicas, administrativas, financeiras e na gestão de pessoas da Instituição de Ensino com oferta da Educação Infantil, respeitando a legislação vigente e as seguintes atribuições:

- monitorar resultados de proficiência e de fluxo das crianças, buscando elevar a qualidade do ensino;
- monitorar por meio da frequência mensal das crianças, acompanhando a assiduidade que promove a aprendizagem e desenvolvimento das crianças ao longo do ano letivo;
- ofertar e/ou viabilizar as formações continuadas para a oferta da Educação Infantil;
- orientar, acompanhar, monitorar e avaliar o desenvolvimento da Educação Infantil por meio de reuniões pedagógicas analisando a sanfona do grafismo, hipótese da escrita das crianças e Avaliação Diagnóstico Inicial e Final a serem realizadas ao longo do ano letivo, com frequência e datas a serem definidas pela SEMED; e
- garantir suporte às Instituição de Ensino da Educação Infantil e suas equipes por meio de visitas periódicas dos técnicos pedagógicos, para fins de orientação, monitoramento e suporte as mesmas e as equipes da Instituição.





## 5.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva a organização curricular da Educação Infantil levará em consideração o disposto na Base Nacional Comum Curricular, o Currículo

do Estado do Espírito Santo adotado pela Rede Pública Municipal de Ensino, a Organização Curricular Anual e o disposto no Calendário Escolar Anual.

### 5.4.1 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos as crianças devem desenvolver ao longo das

etapas da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação.

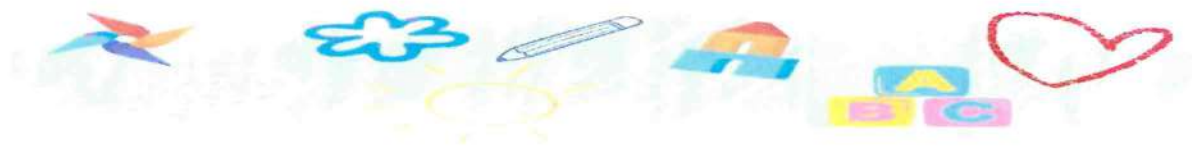
#### 5.4.1.1 Direitos de Aprendizagem

Analisando o disposto na Base Nacional Comum Curricular considerando a Educação Infantil percebe-se que em sua estrutura organizacional esta define um conjunto de 06 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que configuram condições para a organização do trabalho pedagógico, visando garantir de forma explícita a realização do processo de ensino e aprendizagem com foco na criança.

participar, a explorar, a expressar e conhecer-se em um contexto integrado, primando pela formação integral da mesma, e para tanto as Instituições de Ensino devem ofertar a Educação Infantil com foco substanciado na garantia desses direitos.

Na oferta de Educação Infantil a criança tem direito a conviver, a brincar, a

Além dos direitos de aprendizagem a BNCC apresenta um arranjo curricular que acolhe as variadas situações e experiências concretas do cotidiano da criança na construção do saber significativo entrelaçando os conhecimentos



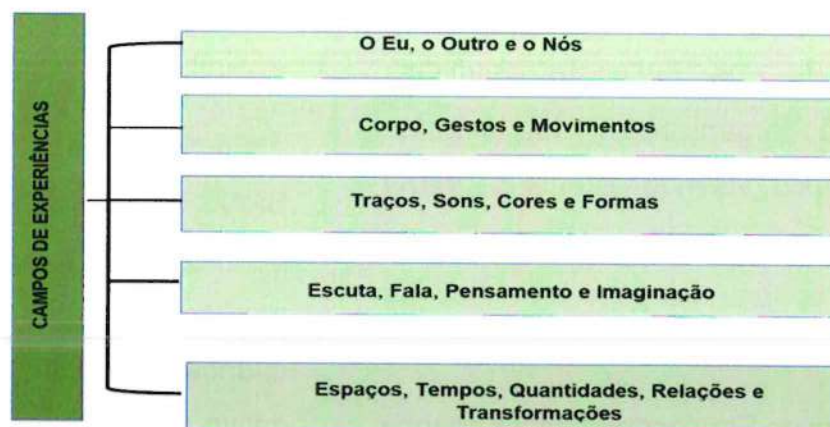
aos contextos vividos, os quais denomina-se de campos de experiências.



#### 5.4.1.2 Campos de Experiências

A Base Nacional Comum Curricular tem na sua organização curricular para a Educação Infantil os 05 (cinco) campos de experiências que se constituem num arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.

Os campos de experiências são organizados e estruturados primando pelo desenvolvimento educacional da criança, respeitando os eixos norteadores da Educação Infantil. Os campos de experiências são definidos como:







Nas Instituições de Ensino de Educação Infantil, pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, os campos de experiências, possuem definição e a denominação baseados no disposto na BNCC e na Organização Curricular Anual, bem como, na prática pedagógica da Instituição de Ensino, e devem ser trabalhados de forma integrada.

#### 5.4.1.2.1 O eu o outro e o nós

As relações interpessoais são fundamentais para o desenvolvimento humano. Somos seres que vivemos em grupo, estabelecendo contato uns com os outros, interagindo com outras pessoas e práticas culturais. Para Vygotsky (1984), a relação interpessoal é o recurso básico do desenvolvimento da criança pequena. Isso acontece porque, desde o nascimento e de forma gradual, ela se apropria do saber construído pela cultura. Ao longo do desenvolvimento, esses saberes culturais permitirão às crianças construir sua subjetividade, esco-

lhendo o que gostam, o que preferem e o que escolhem, exercitando sua autonomia.

Esse campo de experiência aponta a importância das interações para o desenvolvimento da autonomia das crianças. É preciso dar a elas oportunidade de desenvolver-se, oferecendo-lhes possibilidades de explorar o ambiente, manifestar suas emoções, falar e compartilhar com seus pares, pois é assim que elas começam a compreender o mundo.

#### 5.4.1.2.2 Corpo, gestos e movimentos

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem

conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se



comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Quando começam a se locomover, uma importante conquista para a progressiva independência, observam que novas explorações são possíveis, pois podem buscar o que lhes agrada e testar o efeito de suas ações sobre os objetos: segurando, chutando, empurrando, jogando ou puxando. O movimento é um importante recurso de conhecimento do mundo, ao mesmo tempo em que expressam o pensamento da criança, suas ações e relações com pessoas e objetos.

A criança usa o corpo para conhecer a si mesma, para relacionar-se com os

pais, para movimentar-se e descobrir o mundo; e essas descobertas feitas com o corpo deixam marcas afetivas. O corpo é participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a Instituição de Ensino precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre motivadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar, vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso dos espaços com o corpo.

#### 5.4.1.2.3 Traços, sons, cores e formas

Na Educação Infantil é preciso promover o desenvolvimento, da sensibilidade, criatividade, por meio das diversas formas da expressão pessoal e cultural, qualificando e ampliando os repertórios imagéticos, artísticos e simbólicos das crianças, por meio da arte (artes visuais, pintura, modelagem, fotografia, colagem, música, teatro, dança e audiovisual, ampliando seus repertórios culturais e a valorização).

Esse campo possibilita as experiências de brincar com tintas, explorar diferentes suportes e materiais, criar, escutar, ouvir música, modelar, brincar, recortar, compor, desenhar, fazer uso de instrumentos musicais, encenar, dramatizar, esculpir, são situações que possibilitam a expressão, a produção e valorização das crianças como protagonistas das suas produções.





Portanto é importante garantir tempos e espaços para que as crianças possam produzir, manifestar e apreciar suas

produções artísticas e de outros artistas, valorizando a cultura local e regional.

#### 5.4.1.2.4 Escuta, fala, pensamento e imaginação

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos, que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores.

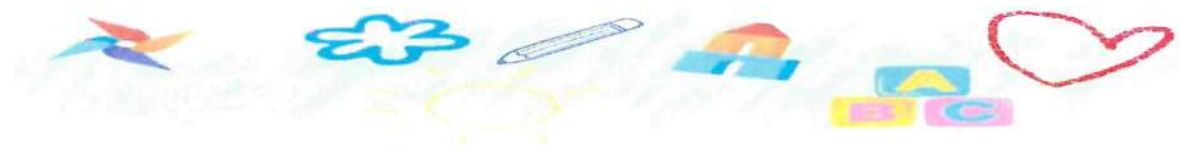
Aprendemos imitando, balbuciando, criando sons, até que entendemos que esses sons têm significado e com eles podemos nos comunicar. Esse momento mágico é fundamental para o desenvolvimento infantil, pois quando a criança começa a falar, amplia sua forma de pensar, conhece novas palavras e nomeia o mundo ao seu redor, interagindo cada vez mais. Por essa razão, escuta, fala, pensamento e imaginação são elementos inseparáveis que compõem esse campo de experiências.

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil,

propostas pelo educador, mediador entre textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, dos estímulos à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo.

Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis e outros, propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como ecossistema de representação da língua.

É a partir dessas experiências que, para Vygotski (2001), desde o início a escrita precisa ser apresentada à criança como um instrumento que tem uma função social.



#### 5.4.1.2.5 Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite, hoje, ontem e amanhã etc.).

Neste campo os fenômenos naturais, socioculturais e conhecimentos matemáticos se completam, relacionam-se entre si de forma interdisciplinar, promovendo experiências para que a criança se aproprie dos espaços e tempos, dos fenômenos naturais, socioculturais e conhecimentos matemáticos por meio de interações e brincadeiras. Para tanto, observações, manipulação, investigação, exploração, levantamento de hipóteses, busca de respostas, pesquisa em diferentes

fontes, favorecem o espírito investigativo das crianças.

Assim como os outros, esse campo articula-se com os anteriores, pois aspectos da interação, do corpo, da fala, dos traços, dos sons, das cores etc.

Embora cada um dos campos de experiência siga uma relação de objetivos, é importante reafirmar que os campos de experiências estão interligados, com o propósito de desenvolver habilidades e competências nas crianças na medida que os docentes vão promovendo práticas pedagógicas significativas com intencionalidade e regularidade garantindo a ampliação de conhecimento de mundo físico e o tempo que a história acontece.

#### 5.4.1.3 Parte Diversificada da Base Nacional Comum Curricular

Na legislação vigente, bem como na Base Nacional Comum Curricular o Ensino Religioso é estabelecido como oferta obrigatória nas Instituições Infantil que atende a faixa etária obrigatória Pré-Escola, com matrícula facultativa a criança.

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de

pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro,





com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. Por isso, a interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes

culturas, tradições religiosas e filosofias de vida.

Caso haja criança em idade obrigatória, a família não opte pela oferta de Ensino Religioso, a municipalidade pode entender como obrigatório a oferta de outro Componente Curricular em substituição ao Ensino Religioso.

#### 5.4.1.4 Temas Integradores da Base Nacional Comum Curricular

Na Base Nacional Comum Curricular, os Temas Integradores a saber:

<b>TEMAS INTEGRADORES NA BNCC</b>
Educação Ambiental
Educação para o Consumo
Educação Financeira e Fiscal
Educação Alimentar e Nutricional
Saúde, Vida Familiar e Social
Educação para o Trânsito
Educação em Direitos Humanos
Direitos da Criança e do Adolescente
Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso
Diversidade Cultural
Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena
Trabalho, Ciência e Tecnologia

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Os Temas Integradores ao serem trabalhados no cotidiano escolar devem ser entrelaçados aos campos de experiências, trazendo questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida, ações no público, no privado e



no cotidiano. Devem ser vivenciados pelas crianças nos diversos espaços e contextos educacionais.

Para dar conta da complexidade que envolve a formação humana, numa perspectiva integral, outros temas devem aparecer no currículo, numa perspectiva transversal, corroborando para integração entre Componentes Curriculares.

São temáticas a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as Modalidades de Ensino.

Devem ser vivenciadas e praticadas pelas crianças nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, transbordam quando praticadas no cotidiano da comunidade, pátio, ponto de ônibus e reunião entre amigos. São 12 (doze) os temas integradores considerados na Base Nacional Comum Curricular:

#### 5.4.1.4.1 Educação Ambiental

É urgente a tomada de consciência pelas pessoas em relação ao mundo em que vivem, sobretudo, diante de comportamentos que reforçam desperdícios, racismos, preconceitos e extremismos. Nesse contexto, as questões ambientais adquirem caráter fundamental para nossa sociedade. O Currículo do Espírito Santo pretende contribuir na formação cidadã de sujeitos conscientes de seus papéis sociais. A Resolução CNE/CP N° 02/2012 (BRASIL, 2012), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o Espírito Santo

avança nessa direção ao instituir o Programa Estadual de Educação Ambiental (ESPÍRITO SANTO, 2017), fruto de um processo democrático com a participação ampla da sociedade capixaba, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioambiental que garanta qualidade às gerações futuras.

O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade em relação ao uso dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

#### 5.4.1.4.2 Educação para o Consumo





Quanto ao tema Educação para o Consumo, para marcar criticamente a percepção de uma sociedade que alimenta o consumo de forma descontrolada e não prática de maneira

efetiva programas que diminuam os desperdícios e os resíduos dessa prática socioemocional, alimentar, físico e material na sociedade do século XXI.

#### 5.4.1.4.3 Educação Financeira e Fiscal

O tema Educação Financeira e Fiscal consiste na perspectiva de incentivar os estudantes a desenvolverem a prática do consumo consciente, através de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, como construir

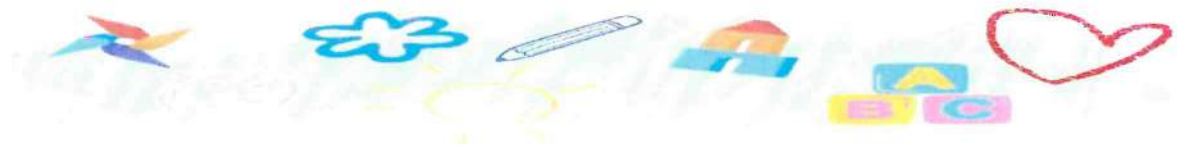
uma vida mais equilibrada e sustentável sob o ponto de vista financeiro, afetando diretamente a vida do estudante e da comunidade local. Dessa forma, as futuras gerações serão beneficiadas.

#### 5.4.1.4.4 Educação Alimentar e Nutricional

Do mesmo modo, a Educação Alimentar e Nutricional apresenta-se como fundamental para mudanças de comportamentos sociais que prejudicam os sujeitos e o ambiente. É tema integrador por romper fronteiras, promover intercâmbios entre diferentes conhecimentos e saberes acadêmicos e populares. Propõe enfrentar a obesidade e mudar hábitos alimentares que levam a doenças e morte. O diálogo dessa temática com a cultura, a sustentabilidade, a antropologia, o meio ambiente, a saúde e a gastronomia acarretam mudanças de atitudes e

estão em discussão nos três documentos normativos e orientadores acerca das políticas e ações de Educação Alimentar e Nutricional, sendo esses:

- o Marco de Referência de Educação Alimentar para as Políticas Públicas;
- o Guia Alimentar para a População Brasileira; e
- a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade.



#### 5.4.1.4.5 Saúde, Vida Familiar e Social

No documento curricular do Espírito Santo, visando à formação cidadã de forma global e abrangente, a abordagem do tema Saúde pretende que se desenvolvam atitudes necessárias a uma vida saudável, nos diversos modelos de família e em outros ambientes e grupos sociais, como a escola. Em consonância com a

diversidade de formações familiares presente na atualidade, a Vida Familiar e Social é tema integrador que busca compreender a realidade social, os direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política.

#### 5.4.1.4.6 Educação para o Trânsito

Como cidadãos, os estudantes devem assumir diversos papéis, entre eles, o de pedestres, passageiros e até condutores de veículos. Assim, o Parecer CNE/CEB Nº 22/2004 (BRASIL, 2004) solicita a inclusão da Educação para o Trânsito no currículo das escolas e o apresenta como tema

transversal, em todos os níveis de ensino. A educação no trânsito não compreende apenas ensinar regras de circulação, mas, também, formar cidadãos participativos, responsáveis, autônomos e envolvidos com a preservação da vida.

#### 5.4.1.4.7 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos permite a formação de sujeitos ativos ao trazer conhecimentos que questionam e refletem a realidade social, histórica e cultural em que estamos inseridos. Assim, atores ativos e participativos geram transformação social e desenvolvem habilidades,

potencialidades e consciência crítica. As diferenças sociais estão expostas em nossa sociedade como a miséria, pobreza extrema, intolerância religiosa, étnica e de gênero, condição social e deficiência, e estabelecem perigosos estereótipos. Diante dessa realidade, a Resolução CNE/CP Nº 1/2012 constitui





as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, como tema integrador que permite

autotransformação e mudança social, política e econômica.

#### 5.4.1.4.8 Direitos da Criança e do Adolescente

O tema Direito da Criança e do Adolescente está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e deve ser considerado na Educação Básica, fazendo parte de práticas pedagógicas

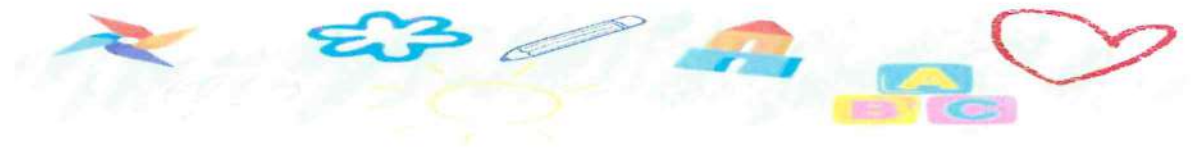
cotidianas. Em todas as áreas de conhecimento, o estudante deve vivenciar a cidadania de maneira participativa, conhecendo e praticando seus deveres e direitos.

#### 5.4.1.4.9 Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso

Ao abordar o Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, busca-se uma educação que cultiva cidadãos participativos e críticos à sociedade do tempo presente, na medida em que o envelhecimento vem se cristalizando como problema social e político no país e no Espírito Santo. Foram desenvolvidos meios legais para garantir a dignidade humana, com vistas à ampliação de direitos à pessoa idosa e proteção social, como o combate à violência, preconceito e qualidade de vida. O currículo do Espírito Santo é condutor de ações que

se destinam a assegurar o exercício dos direitos e deveres sociais e individuais, além de combater preconceitos e estabelecer relações por meio da legislação, como o Estatuto da Pessoa Idosa, que almeja dignidade humana a todos os sujeitos.

O Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.



#### 5.4.1.4.10 Diversidade Cultural

Para que a tolerância e o respeito as diversidades sejam promovidas, se faz necessária a presença do tema Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica. Arnaldo Antunes (1996) afirma musicalmente que “aqui somos mestiços, mulatos, cafuzos, pardos,

mamelucos, sararás-crioulos, guaranisseis e judárabes, rientupis, orientupisameriquitalos, lusos, nipos, caboclos, orientupisiberibárbaros, indo-ciganagôs, somos o que somos - inclassificáveis”.

#### 5.4.1.4.11 Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, reconhecendo a existência de preconceitos étnicos. É tempo de valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra, indígena e de seus descendentes. Estabelecer o tema integrador Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena significa buscar compreender valores e lutas dessas etnias e refletir com sensibilidade as formas de desqualificação criadas pelas classes

dominantes ao longo do tempo. Buscando compreender as relações étnico-sociais, rumo à reparação histórica, a Lei nº 11.645, de 2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino do país a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Ressaltamos, ainda, a importância da Resolução CNE/CP nº1/2004, que institui as diretrizes curriculares nacionais que devem ser observadas, sobre este tema, pelas instituições que atuam em todos os níveis e modalidades da educação no país.

#### 5.4.1.4.12 Trabalho, Ciência e Tecnologia

Em Ciência e Tecnologia os sujeitos são considerados como protagonistas em processos que garantam o bem-estar social e coletivo, a partir de novos

caminhos e políticas que oportunizem aos estudantes o direito de discutir, pensar e criar no mundo do trabalho.





#### 5.4.2 Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva elaborou o Currículo em parceria com o Governo do Estado do Espírito Santo, o qual após todo o processo de elaboração, consulta pública e aprovação junto ao Conselho

Estadual de Educação, efetivou a adesão total do documento restando apenas as adaptações no que se refere à parte diversificada, pois, a municipalidade optou por Componentes Curriculares já praticados na referida Rede.

##### 5.4.2.1 Base Nacional Comum Curricular no Currículo da Rede

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva no que se refere no disposto na parte que abrange a Base Nacional Comum Curricular no Currículo adotado pela Rede Pública Municipal

de Ensino, prima pelo eixo estruturante da Educação Infantil, os direitos de aprendizagens e os campos de experiência descritos na BNCC.

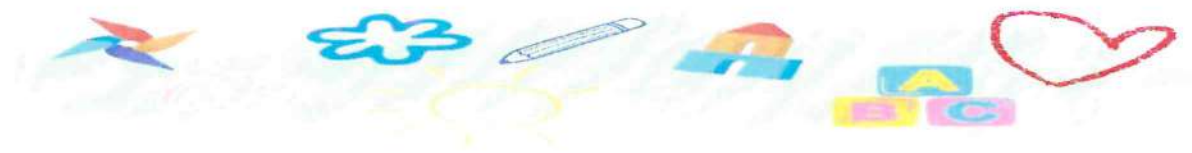
##### 5.4.2.2 Parte Diversificada do Currículo da Rede

A Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, garante a Lei nº 11.738/2008, no que corresponde ao período para atividade extraclasse que dispõe a 1/3 da jornada de trabalho do docente para planejamento, para garantir ao docente que trabalha na creche e pré-escola, o planejamento semanal de 05 (cinco) horas.

A municipalidade na parte diversificada do Currículo da Rede, explicita todo o disposto na BNCC, nessa demanda educacional e aderiu a oferta de aulas

referente aos Componentes Curriculares já em funcionalidade na Rede, a saber: Múltiplas Linguagens, Arte, Educação Física e Aprofundamento em Leitura e Escrita – ALE.

Na Parte Diversificada do Currículo da Rede, os Componentes Curriculares serão organizados nas turmas de creche com a oferta de Múltiplas Linguagens e na pré-escola com a oferta de Arte, Educação Física e Aprofundamento em Leitura e Escrita.



#### 5.4.2.2.1 Múltiplas Linguagens

O Componente Curricular de Múltiplas Linguagens é um processo de reconhecimento da aprendizagem e do desenvolvimento integral da criança, no qual cria e recria, usa sua imaginação e organiza o espaço a qual está inserida.

As Múltiplas Linguagens na Educação Infantil são um conjunto de linguagens que vão além da escrita e oralidade. Envolve, principalmente, a linguagem artística, a linguagem corporal, a linguagem matemática e a linguagem digital. Permitindo assim, um ensino mais lúdico.

As múltiplas linguagens presentes no cotidiano da Educação Infantil, são aquelas incorporadas a linguagem oral, a contação de história, a linguagem

audiovisual e a linguagem por meio das artes visuais dentre essas as pinturas, colagens e modelagens.

No Componente Curricular de Múltiplas Linguagens o objetivo é desenvolver as diferentes linguagens na criança e o docente exerce um papel relevante como mediador e pesquisador das múltiplas linguagens necessárias ao desenvolvimento infantil que devem ser fazer presentes no cotidiano educativo.

Os saberes infantis são construídos com a promoção de atividades de exploração e experimentação dos sentidos, por meio de percepções sensoriais como as olfativas, gustativas, táteis, auditivas e visuais.

#### 5.4.2.2.2 Arte

O Componente Curricular de Arte, com oferta de 02 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cada, na carga horária total da semana, na Educação Infantil será integrado aos campos de experiências, com o objetivo de desenvolver as diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de

experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais como: a pintura, a modelagem, a colagem, a fotografia.

A música, o teatro, a dança e o audiovisual, também são partes integrantes do Componente Curricular de Arte.





#### 5.4.2.2.3 Educação Física

O Componente Curricular de Educação Física, na Educação Infantil foi inserido na parte diversificada do Currículo e encontra-se organizado com 02 (duas) aulas de 50 (cinquenta) minutos cada, na carga horária total da semana.

No desenvolvimento das atividades do referido Componente Curricular campo de experiência Corpo, gestos e movimentos, com o objetivo de desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, emocional, cognitivo e social.

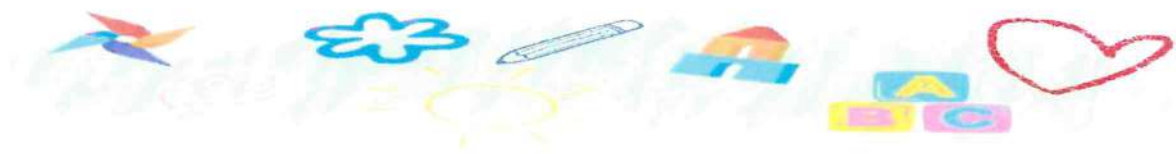
A criança deve ter o máximo de experiências motoras possíveis, uma vez que elas não se dissociam das experiências físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Por isso há uma integração do docente com os demais campos de experiências, com práticas pedagógicas lúdicas e dinâmicas que exploram os movimentos da criança, incentivando o conhecimento do seu corpo e a relação dele com o mundo.

#### 5.4.2.2.4 Aprofundamento em Leitura e Escrita – ALE

O Componente Curricular de Aprofundamento de Leitura e Escrita – ALE, estabelece 01 (uma) aula de 50 (cinquenta) minutos, na carga horária total da semana, contabilizando a frequência escolar das crianças, com foco a ampliar, por meio de metodologias diferenciadas, a capacidade comunicativa das crianças.

As aulas de ALE se articulará cotidianamente ao campo de experiência

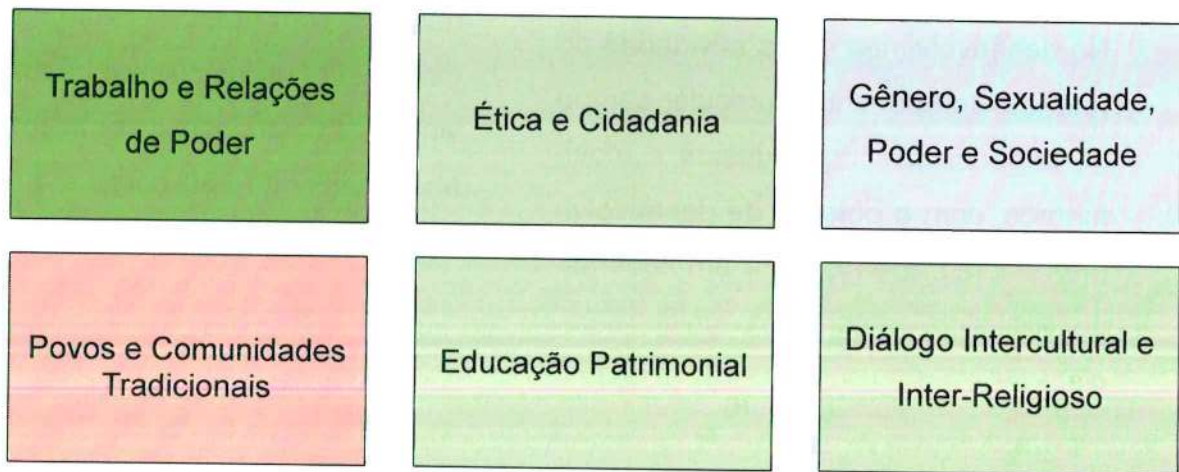
Escuta, fala, pensamento e imaginação que tem como objetivo desenvolver as habilidades de escuta atenta, a ampliação de repertório literário oportunizando as crianças práticas sociais de leitura e escrita, bem como a incorporação de estratégias de diferentes gêneros textuais que colaboram para o desenvolvimento da cultura leitora da criança.



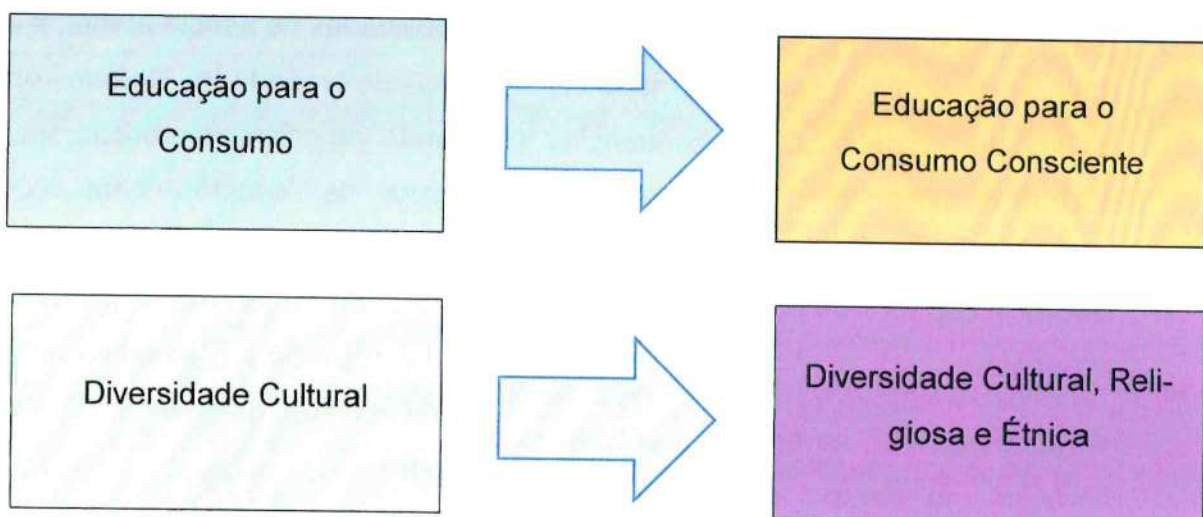
### 5.4.2.3 Temas Integradores no Currículo da Rede

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, adota em sua prática pedagógica todos os Temas Integradores pertencentes a Base Nacional Comum Curricular e aqueles elaborados no Currículo do Espírito Santo acrescentados em virtude das variações específicas do Estado e municipalidade.

São Temas Integradores incluídos no Currículo do Espírito Santo, adotado pela Rede Pública Municipal:



Além dos Temas Integradores incluídos, também foram realizadas as alterações textuais em 02 (dois) Temas já existentes na BNCC, conforme abaixo:



Essas mudanças se fizeram necessárias, pois os Temas envolvem aprender sobre a sociedade atual, mudar comportamentos que comprometem a convivência





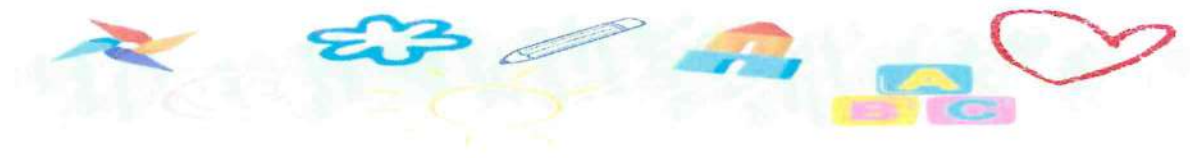
democrática e estabelecer propostas de políticas públicas no futuro próximo.

Considerando o exposto, os Temas Integradores no Currículo adotado pela Rede ficaram assim organizados:

<b>TEMAS INTEGRADORES DO CURRÍCULO ADOTADO PELA REDE</b>
Educação Ambiental
Educação para o Consumo Consciente
Educação Financeira e Fiscal
Educação Alimentar e Nutricional
Saúde, Vida Familiar e Social
Educação para o Trânsito
Educação em Direitos Humanos
Direitos da Criança e do Adolescente
Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso
Diversidade Cultural, Religiosa e Étnica
Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena
Trabalho, Ciência e Tecnologia
Trabalho e Relações de Poder
Ética e Cidadania
Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade
Povos e Comunidades Tradicionais
Educação Patrimonial
Diálogo Intercultural e Inter-Religioso

Fonte: Base Nacional Comum Curricular e Currículo do Estado do Espírito Santo.

Os temas integradores adotados pela Base já foram especificados anteriormente no referido documento e abaixo segue apenas os que foram alterados no Currículo do Espírito Santo.



#### 5.4.2.3.1 Educação para o Consumo Consciente

Quanto ao tema Educação para o Consumo Consciente, para marcar criticamente a percepção de uma sociedade que alimenta o consumo de forma descontrolada e não prática de

maneira efetiva programas que diminuam os desperdícios e os resíduos dessa prática sócio, emocional, alimentar, físico e material na sociedade do século XXI.

#### 5.4.2.3.2 Trabalho e Relações de Poder

Nessa concepção, surge o tema Trabalho e Relações de Poder, norteador de reflexões críticas que ressaltem as relações de poder e de dominação no processo de socialização e hierarquização no mundo do trabalho.

No espaço da casa, na produção

agrícola, na cidade, nas indústrias, no trabalho formal e informal, no uso de tecnologias, no mercado e na sociedade em geral, as relações humanas compreendem um conjunto de atitudes que estruturam relações de poder e de desigualdade, e que precisam ser analisadas e enfrentadas de forma crítica.

#### 5.4.2.3.3 Ética e Cidadania

Um tema emergente e urgente de reflexão para uma sociedade cheia de contradições como a nossa. As atitudes dos indivíduos e as relações estabelecidas, os direitos políticos, sociais e civis merecem e precisam ser atravessados por todas as áreas de conhecimento, uma vez que milhões de

brasileiros vivem em situação de pobreza extrema, a taxa de desemprego aumenta no país, há um baixo nível de alfabetização e a violência vivida na sociedade aumenta gradativamente por conta dos radicalismos e desrespeito à diversidade.





#### 5.4.2.3.4 Gênero, Sexualidade, Poder e Sociedade

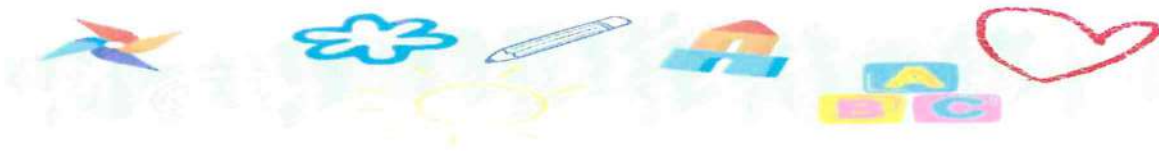
A adição desse tema decorre de o fato da sociedade brasileira carregar uma marca autoritária: já foi uma sociedade escravocrata, além de ter uma larga tradição de relações políticas paternalistas e clientelistas, com longos períodos de governos não democráticos. Até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social.

Os estudos de gênero surgem entre as décadas de 1970 e 1980 como uma forma de interpretar os saberes que são construídos socialmente com base nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). A categoria de análise de gênero aponta que, conforme os interesses presentes em cada sociedade e época, se produzem delimitações sobre os comportamentos desejáveis ou não, implicando nas possibilidades de acesso à educação e ao trabalho, nas maneiras de se vivenciar os afetos e a sexualidade.

Essas diferenciações são ainda

significativas para compreender o fato de uma pessoa ser alvo e tolerar uma violência porque o gênero assim o determina. É o caso de mulheres que são vitimadas e mortas por seus parceiros ao decidirem, por exemplo, romper com a relação, pois há um entendimento de que o casamento e o cuidado com a casa e com os filhos são espaços de realização, por excelência, femininos, e de que os homens têm poderes sobre as mulheres, podendo recorrer à violência nos casos em que sintam seu papel de provedor e chefe da família ameaçado ou que identifiquem um desvio da norma por parte das mulheres.

Nesse sentido, o gênero é fundamental para compreendermos a cultura patriarcal que caracteriza a sociedade capixaba e que estabelece uma hierarquia entre os gêneros, fazendo com o que o Espírito Santo figure entre os estados que mais matam mulheres no país, conforme demonstra o último Mapa da Violência, publicado por Julio Waiselfisz (WASELFISSZ, 2015) apud (Currículo do Espírito Santo).



#### 5.4.2.3.5 Povos e Comunidades Tradicionais

Correspondem aos Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos.

No Espírito Santo, as singularidades encontradas merecem ser demarcadas no documento curricular de forma integralizada, buscando o respeito, o princípio da sustentabilidade e a sobrevivência desses povos e comunidades, no que diz respeito aos aspectos físicos, culturais e econômicos, assegurando a permanência das próximas gerações. Evidenciam-se nas terras capixabas a

presença dos ciganos, dos quilombolas, dos indígenas, dos pescadores artesanais, dos povos de terreiros e dos pomeranos.

Essa temática se ampara no Decreto Federal nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e no Projeto de Lei do Senado nº 367/2015 (BRASIL, 2015), que estabelece as diretrizes e os objetivos para as políticas públicas de reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo o diálogo, a participação desses sujeitos nos processos de formação educativos.

#### 5.4.2.3.6 Educação Patrimonial

Uma gíria, afinar o cavaco, bater o tambor, contar um “causo” ou uma história de pescador, aquela velha construção, a receita de bolo de cenoura ou de uma boa moqueca, a feira, a rua, a cadeira, o quadro na parede, celebrações e manifestações folclóricas, uma paisagem, a velha canção de amor, de rap ou de ninar, o museu queimado. Tudo isso faz parte

do patrimônio cultural brasileiro e do Espírito Santo. Por isso, demarca-se esse tema da Educação Patrimonial como fundamental para colaborar no reconhecimento, valorização e preservação por parte da sociedade atual.

Os processos educativos oriundos dessa proposta devem buscar a





construção coletiva do conhecimento, por meio do diálogo, de visibilidade, de combate ao preconceito e às intolerâncias e também da ocupação

desses espaços, além de disseminar noções importantes e abrangentes de sobre o patrimônio histórico e cultural capixaba.

#### 5.4.2.3.7 Diálogo Intercultural e Inter-Religioso

Por fim, mas sem esgotar outras possibilidades de temas integradores nas práticas cotidianas das escolas, apresentamos o último tema elencado pelo Currículo do Espírito Santo. Em uma época marcada pela pluralidade de ideias religiosas e multiculturais, o Diálogo Intercultural e Inter-Religioso, baseado no respeito, no crescimento

mútuo e nas relações baseadas em igualdade entre diferentes culturas, etnias e religiões, torna-se fundamental no combate aos preconceitos e às intolerâncias em vista de uma ética mundial. Não basta aceitar a diversidade, é necessário estabelecer com ela o diálogo construtivo.

### 5.5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ANUAL

A Organização Curricular Anual da Educação Infantil, primará pelo total mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, tendo a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, organizadas em aulas com carga horária de 50 (cinquenta) minutos.

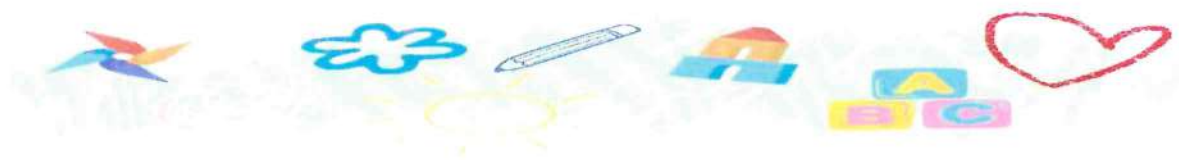
A Organização Curricular Anual amparada para a Educação Infantil

será aprovada e regulamentada anualmente na municipalidade, devendo essa ser desenvolvida de forma integrada, considerando o eixo estruturante da Educação Infantil, os direitos e objetivos de aprendizagem, sem fragmentação entre os campos de experiência, por todas as Instituições de Ensino, respeitada as normas do Sistema Municipal de Ensino.

### 5.6 CALENDÁRIO ESCOLAR ANUAL

O Calendário Escolar da Educação Infantil, primará pelo total de no mínimo

200 (duzentos) dias letivos, tendo a carga horária mínima anual de 800



(oitocentas) horas, organizados em três trimestres.

O Calendário Escolar da Educação Infantil será aprovado e regulamentada anualmente na municipalidade, devendo esse conter as organizações

dos trimestres, os dias destinados a estudos formativos, férias e recesso escolar aos profissionais do Magistério, feriados Municipal, Estadual e Federal, os Conselhos de Classe de cada trimestre.

## 5.7 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Todo o trabalho desenvolvido na organização pedagógica da Educação Infantil, deve ser embasado nos eixos norteadores, nos campos de experiências e na garantia dos direitos e objetos de aprendizagens. Ao planejar as atividades é essencial que os docentes pensem em oportunizar situações nas quais as crianças possam ter esses contextos garantidos.

A organização do trabalho pedagógico deve ser o primeiro passo para uma Educação de qualidade tendo sempre como referencial a Base Nacional Comum Curricular, a qual norteia a Educação a nível nacional, o currículo adotado pela Rede Municipal de Ensino, as práticas pedagógicas institucionalizadas e permanentes e o Diagnóstico Sociocultural e Econômico das crianças público-alvo da Instituição de Ensino.

Nesse sentido as Diretrizes

Pedagógicas para a Educação Infantil de João Neiva, apresentam as seguintes orientações gerais para o início do ano letivo:

- organizar o quadro geral dos servidores com as cargas horárias diárias e semanais, a serem cumpridas integralmente no interior da Instituição de Ensino, com atividades pedagógicas significativas e produtivas;
- viabilizar condições e recursos para formação continuada em serviço da Proposta Política Pedagógica da Educação Infantil e toda a equipe escolar na primeira semana no ano letivo vigente;
- estimular e incentivar as crianças na ambientação dos espaços escolares e tematização das salas de aula na semana de acolhimento e ao longo do ano letivo, visando a construção de ambientes favoráveis e afetivos para a permanência das crianças no espaço





escolar;

- realizar reuniões de fluxo semanal envolvendo todos os segmentos da equipe escolar;
- realizar reunião geral semanal com os docentes da Base Nacional Comum Curricular, da parte diversificada da Organização Curricular Anual e equipe gestora da Instituição de Ensino;
- garantir, mensalmente e quando necessário a participação e o envolvimento da equipe técnica pedagógica da Educação Infantil, para orientação e monitoramento do Currículo adotado pela Rede e da Base Nacional Comum Curricular;
- garantir, mensalmente e quando necessário, a participação dos profissionais da Educação Especial nas reuniões, oferecendo espaços destinados ao compartilhamento de experiências e discussão de assuntos relacionados à inclusão;
- disponibilizar para as famílias os questionários do Diagnóstico Sociocultural e Econômico e o de expectativas da família em relação a

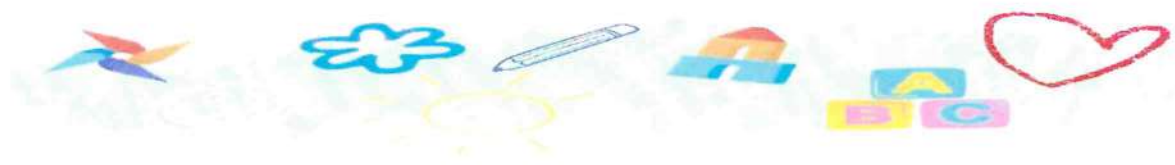
oferta da Educação Infantil;

- estabelecer parcerias intersetoriais com instituições públicas e privadas e agentes do território para a participação da comunidade nas atividades pedagógicas em apoio aos docentes;
- exercer a pedagogia da presença em todos os espaços do cotidiano escolar;
- envolver as crianças em práticas e vivências protagonistas de forma autônoma, acompanhando e apoiando sempre que demandado;
- definir coletivamente objetivos, ações e prazos para alcance de metas na construção do Plano Anual de Trabalho da Instituição de Ensino, que deverá ser atualizado anualmente, avaliado periodicamente e remodelado, quando preciso, de acordo com necessidades específicas por toda a comunidade escolar; e
- organizar a rotina das turmas com base na Organização Curricular da Educação Básica – Educação Infantil conforme a Base Nacional Comum Curricular com os docentes e pedagogo.

### 5.7.1 Práticas Pedagógicas Inegociáveis

As práticas pedagógicas inegociáveis são ações intencionais definidas pelas

Instituições de Ensino em conjunto com a Semed, de forma a contribuir para a



aprendizagem e desenvolvimento educacional das crianças.

Na Educação Infantil, existem práticas pedagógicas que foram institucionalizadas na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva há muitos anos e tem resultados em aprendizagens significativas no processo educacional da Rede. Essas ações educativas, didáticas, metodologias e o fazer pedagógico, a Rede Pública Municipal denomina de práticas pedagógicas institucionaliza-

das e inegociáveis.

São exemplos de práticas pedagógicas inegociáveis, a saber: o cuidado e o zelo com os espaços e os tempos de aprendizagens, as atividades permanentes, as mais variadas estruturações da rotina pedagógica, as atividades permanentes Institucionalizadas da Rede, os cuidados com o espaço alfabetizador, o caderno de texto, os projetos institucionalizados da Rede, dentre outras ações.

#### 5.7.1.1 Espaços de Aprendizagens



Jogo Simbólico – EMPEIF Cavalinho

Os espaços de aprendizagens devem ser planejados e precisam ter como objetivo o protagonismo das crianças, promovendo uma reflexão constante

por parte do docente e equipe pedagógica da necessidade da reorganização desses espaços. Que visam a construção de um ambiente que, além de propício às aprendizagens sociais, motoras e cognitivas, possibilitem interações prazerosas, assim como o desejo de permanecerem nestes espaços.

Os espaços que serão utilizados para múltiplas experiências das crianças devem estar em consonância com a Proposta Política Pedagógica da Instituição de Ensino de modo a garantir a continuidade das ações planejadas que envolvam desde o ingresso da criança na Instituição de





Ensino de Educação Infantil até a transição para a próxima etapa da Educação Básica.

Considerando o exposto, quanto mais o espaço for significativo e desafiador, possibilitará experiências, vivências, exploração e descobertas desses lugares e materiais disponibilizados, promovendo interações entre as crianças do mesmo grupo etário, grupo etário de diferentes idades, tendo adultos como mediadores de aprendizagens significativas.

Considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no momento da organização dos espaços é o protagonismo da criança, em que ela é considerada ativa e com capacidade para desenvolver-se. Desse modo, o espaço não pode ser organizado visando o adulto mais as especificidades infantis. Por isso, a organização precisa consentir a liberdade de expressão, o diálogo, a participação, imaginação, movimentação, acessibilidade e as contribuições histórico-culturais das crianças.

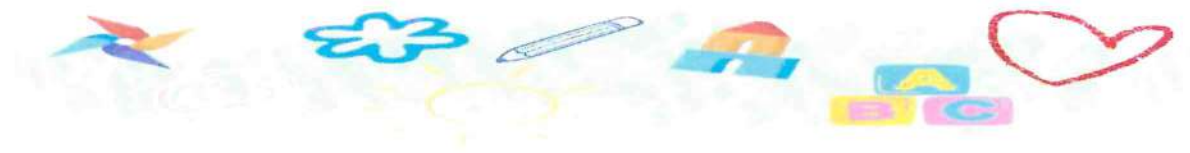
Partindo deste princípio, é fundamental reafirmar que o espaço escolar precisa ser cuidadosamente planejado, organizado e preparado, considerando

assim, a segurança e o acolhimento da criança, bem como, oportunizar o seu protagonismo ao organizar esse espaço de acordo com seus interesses e vivências, promovendo desafios para a exploração, por parte dela.

Nas Instituições de Ensino de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva a prática pedagógica prima pela valorização das experiências relacionadas as diferentes linguagens, manifestações artísticas, culturais, e científicas de acordo com contexto social das crianças.

Em estudos formativos com os profissionais da Educação da Rede Municipal de João Neiva, com o objetivo de repensar os espaços escolares como espaços de aprendizagens, constatou-se que a utilização de desenhos estereotipados e infantilizados de domínio popular, e ambientes excessivamente decorados (por adultos) e coloridos não oportunizam a melhor escolha para compor um lugar de convivência e aprendizagem da infância com o objetivo de desenvolver habilidades essenciais para essa etapa da Educação Básica.

A Rede Pública Municipal de Educação



de João Neiva prima que os espaços na Educação Infantil sejam reconhecidos pelas produções das crianças no seu percurso criativo e imaginário, respeitando sua construção e produção.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas são potencializadas a partir dos eixos estruturantes: as interações e a brincadeira, os campos de experiências e os direitos de aprendizagens que envolvam e evidenciam a linguagem verbal (oral e escrita) por meio de práticas sociais de leitura e escrita que são articuladas e contextualizadas a partir das vivências das crianças.

Os espaços na Educação Infantil devem ser acolhedores, ricos em referências artísticas e culturais, expor as produções das crianças, fixados em altura que favoreçam a interação das crianças com as suas produções, favorecer o desenvolvimento da autonomia das crianças, suas interações e brincadeiras. Esse espaço ainda deve possibilitar à equipe gestora equacionar a atenção individualizada às crianças, o trabalho coletivo e o

protagonismo das crianças.

Os espaços organizados nas Instituições de Ensino da Educação Infantil em nossa municipalidade prima pelos seguintes aspectos:

- exposição das produções das crianças, na altura das mesmas, pois, possibilita a apreciação de suas criações e dos colegas;
- espaços de atividades diversificadas, bem diferenciadas e identificáveis, para valorizar a ação produtiva das crianças;
- organização de espaços de fácil acesso às crianças como: cantos de leitura, de fantasias, de jogo simbólico, de artes, de blocos de construção, dentre outros, com estantes, prateleiras e/ou armários na altura das crianças, para possibilitar a autonomia das crianças;
- organização de brinquedoteca, espaço que potencializa o brincar direcionado e individualizado; e
- sala de leitura, para que as crianças tenham acesso a com bons livros e desenvolvam o comportamento leitor e o gosto pela leitura.

#### 5.7.1.2 Tempos de Aprendizagens

O tempo pedagógico de aprendizagens nas Instituições de Ensino de Educação

Infantil, precisam ser planejados com foco central nas aprendizagens das





crianças e para tanto, deve-se levar em consideração todo o contexto pedagógico em cada momento de permanência da criança no espaço escolar, tendo como foco o processo de ensino e aprendizagem.

A organização dos tempos está relacionada à dimensão temporal, refere-se à organização dos momentos em que serão explorados os diversos espaços e materiais, de forma coerente, ressaltando a importância de planejar os tempos nas Instituições de Ensino de Educação Infantil do município de João Neiva, considerando:

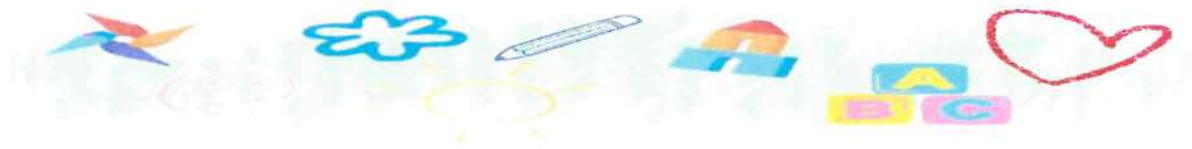
tempo de brincar nos cantos, o tempo de comunicar-se com os outros na assembleia, o tempo de contar histórias, o tempo do lanche, o tempo do recreio, o tempo de trabalho individual ou em pequenos grupos etc. Ou também, o tempo da atividade livre planejada e/ou dirigida. (ZABALZA, 1998, p. 234).

A Proposta Político Pedagógica da Instituição de Ensino e a proposta metodológica do docente precisa primar pelos eixos estruturantes do Currículo da Educação Infantil, ou seja, pelas interações e a brincadeira tendo como premissa avanços significativos no processo educacional da criança, despertando nelas posturas de curiosidade e interesse. É necessário

também estar atento para os saberes que a criança compartilha nos momentos das interações e da brincadeira, pois esses revelam muito do que ela já sabe.

Outro ponto de extrema relevância no tempo pedagógico é o docente estar atento ao desenvolvimento de cada criança, respeitando a especificidade de cada uma delas, pois, cada criança apresenta um ritmo de desenvolvimento e aprendizagem ao realizar uma atividade, uma brincadeira, um jogo ou produzir algo que envolva suas experiências. Porém, além do docente observar e acompanhar o desenvolvimento das atividades, é necessário monitorar como cada criança constrói suas produções.

Para que as aprendizagens na Educação Infantil se tornem significativas, produtivas e favoreçam desenvolvimento das crianças é necessário que a oferta educacional aconteça de forma sistematizada, com foco na organização do cotidiano escolar, atuando com regularidade e intencionalidade com as atividades diárias, quanto as semanais, trimestrais, semestrais e anual, para que essas cumpram com a progressão das aprendizagens.



A sistematização do trabalho diário nas turmas de Educação Infantil deve favorecer prioritariamente momentos coletivos de aprendizagens, que oportunizem as interações e a brincadeira entre os diferentes grupos etários, adultos, espaços e objetos.

Neste sentido, nos grupos etários da Educação Infantil é essencial que se leve em consideração atividades permanentes, sistematizadas, desafiadoras e significativas no cotidiano educacional, primando por sequência didática e projetos ao processo de ensino e aprendizagem.

Na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, existem práticas pedagógicas que são permanentes. A sistematização sequenciada de atividades estruturadas e desenvolvidas diariamente em cada grupo

etário da Educação Infantil é uma delas por meio da organização do tempo didático.

Nas Instituições de Ensino de Educação Infantil a organização das ações desenvolvidas junto às crianças em determinados tempos é denominada de rotina.

Isto posto, minimamente na rotina diária da organização e prática pedagógica da sala de aula na Educação Infantil na Rede Pública Municipal de Ensino, deve ser organizada com a presença de atividades permanentes e atividades do cotidiano escolar, tendo como base o Currículo adotado pela Rede.

Para maior entendimento a seguir será apresentada os pontos da rotina diária da Educação Infantil:

### 5.7.1.3 Atividades Permanentes Institucionalizadas

São organizações diárias, semanais, trimestrais, semestrais e anuais, bem como as situações didáticas propostas que ocorrem com regularidade por uma estrutura contínua e sistematizada, com obrigatoriedade de realização em todas as Instituições de Ensino de Educação Infantil, da Rede Pública Municipal de Ensino as quais alicerçam

a metodologia, a didática e práticas pedagógicas docentes.

A oferta das atividades permanentes às crianças no decorrer do processo de ensino e aprendizagem asseguram o contato das mesmas, a aquisição de competências e habilidades, que possibilitam a construção de novos conhecimentos para as crianças.





Nas Instituições de Ensino de Educação Infantil do município de João Neiva, as atividades permanentes fazem parte da prática pedagógica da Rede, desde o ano de 2001, variando entre as seguintes atividades:

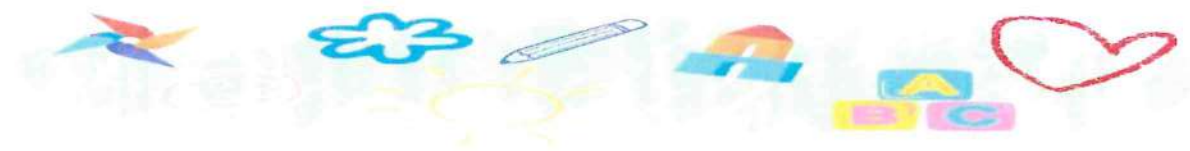
- cantos diversificados de leitura, jogos didáticos, jogos matemáticos, materiais concretos e materiais da natureza;
- acolhimento;
- alimentação, higienização e cuidados pessoais;
- brincadeiras dirigidas ou livres, no pátio interno ou externo;
- rodas de conversas informais ou direcionadas;
- rodas de leituras, feita pelo docente, com a exploração de diferentes gêneros literários e textuais;
- sarau trimestral;
- momentos de cantigas de roda, músicas e parlendas;
- momento cultural;
- uso dos espaços coletivos como: sala de leitura, brinquedoteca, faz de conta;
- momentos de recreação no parquinho;
- momento cívico semanal com: hino Nacional, Estadual e Municipal;

- apreciações artísticas como exposições; e
- outros.

Em relação ao sarau, nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal, em cada trimestre do ano letivo, as turmas estudam um(a) autor(a) do gênero poemas e um(a) compositor(a) da Música Popular Brasileira, o qual conhecem sua biografia, apreciam suas obras e ao final do mesmo realiza-se o sarau, com o objetivo de que as crianças conheçam e utilizem elementos constitutivos da linguagem de forma reflexiva e funcional.

O sarau é um momento coletivo de interações e ampliação de repertórios, em que os grupos etários, profissionais e comunidade escolar apreciam amostra dos estudos e trabalhos desenvolvidos no trimestre.

A prática pedagógica institucionalizada do sarau pode acontecer de forma interna na Instituição de Ensino, momento o qual a apresentação é realizada apenas entre os profissionais e as crianças da Instituição, ou pode ocorrer de forma aberta ao público, momento o qual oportuniza a participação também de membros das famílias das crianças vinculadas a Instituição de Ensino.



#### 5.7.1.3.1 Rotina Pedagógica

Na rotina pedagógica o planejamento das ações é primordial para a realização de intervenções pontuais nas necessidades das crianças, quer seja individual, em grupos ou de forma coletiva.

Sistematizar a prática pedagógica é impregnar de sentido o que se está propondo as crianças para torná-las protagonistas em cada ação ou decisão tomada, dentro e fora da Instituição de

Ensino. É promover mudanças na prática e em seus atores para uma Educação de qualidade e equidade.

Para melhor organização da rotina pedagógica em seu cotidiano a equipe gestora e pedagógica devem manter seus planejamentos enquanto equipe e direcionar as atividades previstas no seu Plano de Trabalho Anual, com o fluxo de reuniões sistematizadas e agendas.

#### 5.7.1.3.2 Rotina Diária

Nas Instituições de Ensino de Educação Infantil faz-se necessário a prática permanente da rotina diária, que consiste em uma sequência de ações que situa as crianças no tempo didático, propiciando-lhe uma referência e uma organização das demandas do dia letivo e das aulas a serem ministradas.

A rotina diária deve ser anotada no canto esquerdo da lousa da esquerda para a direita, de cima para baixo para ser acompanhada e monitorada pelas crianças, onde o docente registrará o cabeçalho (nome da Instituição de Ensino, dia, mês e ano) e o dia da

semana, o tema (assunto) da aula e as atividades previstas para seu desenvolvimento, número de crianças na turma (exemplo: Quantos meninos? Quantas meninas? Quantas crianças faltaram? Quem faltou? Quantos estão presentes?). O compromisso da Educação Infantil com as crianças se concretiza nas aprendizagens que são garantidas na medida em que acessam e participam do cotidiano das Instituições de Ensino.

As atividades permanentes na rotina supõem dinamismo e precisa ser construída a partir de dois aspectos fundamentais: ser variada, isto é,





possibilitar as crianças experiências diversificadas de trabalho, criando várias oportunidades de aprendizagem e ampliação de habilidades e conhecimentos; ser sistemática e bem estruturada, com intencionalidade e regularidade nas atividades, consolidando habilidades e experiências das crianças. Assim, a rotina possibilita a elas a compreensão da noção de tempo, conduzem a certa regularidade de suas ações e lhes permitem perceber a instituição e a sala de aula como espaços em que as atividades podem ser planejadas, previsíveis e autocontroladas, com maior ou menor grau de autonomia.

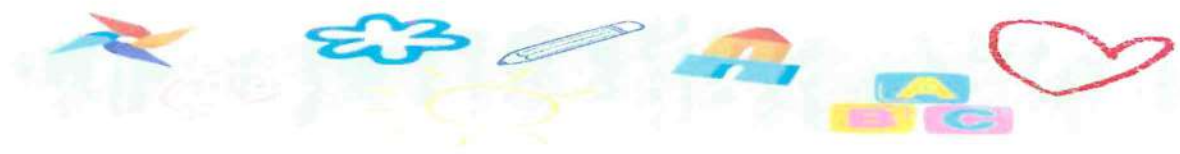
O início das atividades diárias em sala de aula com a construção ou retomada da rotina possibilita que os participantes se situem quanto à dinâmica, aos intervalos e ao horário de saída, e visualizem a distribuição do tempo, com a previsão de duração de cada uma das ações propostas. Esses tempos devem ser avaliados e ajustados no desenvolvimento das atividades, tendo em vista a necessidade de cumprir uma proposta previamente organizada, e de se considerar o ritmo e o envolvimento da turma.

A organização da rotina permanente do

trabalho pedagógico no cotidiano é permanente, pois, favorece que a sala de aula seja um espaço dinâmico, com diversidade e sistematização de atividades que contemplem os dois eixos estruturantes: as interações e a brincadeira. Os cinco campos de experiências que devem ser desenvolvidos de maneira articulada entre si, garantindo os 6 (seis) direitos de aprendizagem promovendo o protagonismo infantil.

Na rotina permanente diária institucionalizada na Rede deve conter:

- acolhimento;
- registros das atividades a serem desenvolvida na lousa;
- chamada;
- momento literário;
- leitura do ambiente alfabetizador da sala de aula (leitura do alfabeto; numerais, dias da semana, exploração dos nomes das crianças);
- marcação do calendário (dia, mês, ano e contagem das crianças);
- leitura no caderno de texto das atividades permanentes da rotina; e
- atividades dos campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular, conforme disposto na Organização



Curricular e no horário escolar.

No desenvolvimento da rotina permanente há a obrigatoriedade de que as atividades propostas estejam estruturadas no mínimo em quatro situações didáticas: leitura pelo

docente, leitura pela criança, escrita pela criança, escrita pelo docente. Para maior compreensão em relação ao ambiente alfabetizador e o caderno de texto, as Diretrizes apresentam os seguintes encaminhamentos.

#### 5.7.1.3.3 Espaço Alfabetizador



Espaço Alfabetizador – EMPEIF Barra do Triunfo

Considera-se espaço alfabetizador, toda a organização de cartazes necessários ao processo de ensino e aprendizagem que são elaborados de

forma conjunta crianças e docentes, visando melhor compreensão das competências e habilidades vinculadas ao Currículo.

Na leitura do espaço alfabetizador, em se tratando das práticas de leitura e escrita é indispensável a leitura do alfabeto, numerais, dias da semana, exploração dos nomes das crianças, marcação do calendário - dia, mês e ano, a contagem das crianças. Porém, nas demais salas a leitura do ambiente também é indispensável, pois todo espaço escolar é espaço de aprendizagem.

#### 5.7.1.3.4 Caderno de Texto

O caderno de texto tem a finalidade de incentivar o gosto pela leitura e aguçar o apetite poético, musical, dando especial atenção aos processos de

aprendizagens das crianças. A intenção é fundamentar a prática pedagógica, aprofundando as aprendizagens de





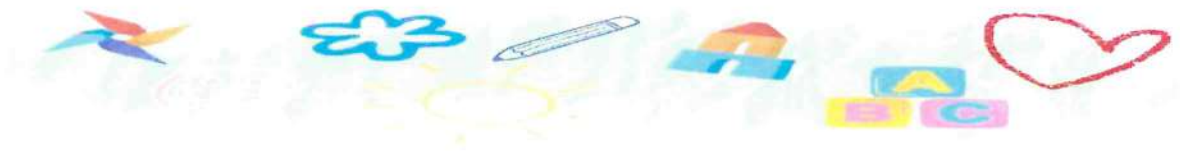
rotina proposta pela Instituição de Ensino.

A proposta surgiu a partir da Programa Escola que Vale, por meio da parceria com a Prefeitura Municipal no ano 2000 (dois mil), um convênio com a Empresa Vale e Comunidade Educativa (CEDAC), que trouxe a proposta de que muitas crianças se alfabetizam a partir da leitura de textos que já sabem de memória, como: as músicas, os poemas, parlendas, as listas de nomes por campos semânticos e outros textos estáveis que a Rede Pública Municipal de Ensino adotou como prática permanente no trabalho pedagógico.

O caderno de texto tem como propósitos principais:

- trabalhar com textos reais, de diferentes gêneros textuais;
- apresentar um repertório de textos conhecidos das crianças;
- organizar os textos trabalhados pela turma;
- incentivar as crianças a lerem antes de saber fazê-lo de forma convencional;

- socializar com os familiares alguns dos textos (caderno de texto) que circulam na sala de aula;
- promover a leitura e consulta dos textos sempre que as crianças desejarem e/ou necessitarem;
- criar um referencial estável de textos/palavras que podem ser usadas nos momentos de produção textual tendo o docente como escriba;
- incentivar a prática da leitura e o comportamento leitor;
- apresentar situações reais em que as crianças tenham que utilizar estratégias de leitura e ajustar o que sabem de memória ao que está escrito;
- desencadear atividades de leitura que exigem reflexões sobre a escrita convencional;
- favorecer algumas aprendizagens importantes: sobre o fato de que todo escrito poder ser lido, sobre a linguagem que se usa para escrever, sobre a disposição gráfica dos diferentes gêneros textuais, sobre o valor sonoro convencional das letras;
- oportunizar as crianças a avançarem nos seus conhecimentos sobre a escrita.



#### 5.7.1.3.5 Rotina Semanal

Nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal faz-se necessário as práticas permanentes do momento literário, curiosidade, Música Popular Brasileira - MPB, poemas e poesias, leitura de texto informativo e recontos.

Em relação as atividades de sistematização da entrada nas Instituições de Ensino devem realizar:

- momento cívico, com o canto do hino Nacional na segunda-feira, o hino do Espírito Santo na quarta-feira e o hino do Município na sexta-feira;
- leitura de curiosidades;
- leitura pelo docente, com variação dos gêneros;

- escrita pelas crianças, feita em dias alternados com atividades de leitura, tendo como objeto a produção de listas de nomes de colegas, de frutas, de brinquedos e outros;
- a produção textual coletiva e individual;
- o uso do caderno de texto;
- rodas de leitura;
- recontos pelas crianças;
- uso do laboratório de informática;
- utilização de recursos digitais;
- utilização de materiais concretos; e
- utilização de jogos pedagógico;



Produção Coletiva e interações – EMEIF Deputado Nilzo Plazzi





#### 5.7.1.3.6 Rotina Trimestral

Na rotina trimestral é prática permanente o trabalho pedagógico considerando as competências e habilidades do Currículo, bem como nas atividades permanentes centradas nas biografias e obras de compositores e poetas selecionados para cada turma em cada trimestre.

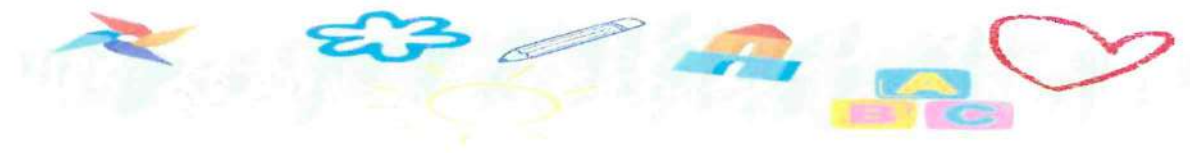
No trabalho pedagógico com as músicas e poemas é primordial que os docentes, bem como a equipe gestora da Instituição de Ensino, realizem uma análise criteriosa de seleção dos conteúdos que os compõem, visando o enriquecimento de conhecimentos culturais, adequado as faixas etárias das crianças, para ampliação do repertório que não são comuns ao cotidiano vivido por elas.

Como culminância do trabalho pedagógico realizado com a Música Popular Brasileira (MPB) e os poemas, ao final de cada trimestre é imprescindível a realização do sarau, momento o qual a Instituição de Ensino se reúne, podendo ser de forma interna ou externa, abrangendo toda a comunidade escolar para apresentação do repertório das crianças, com o objetivo de desenvolver a postura, a oralidade e o protagonismo social.

Na rotina trimestral, dentro do planejamento pedagógico dos docentes, obrigatoriamente uma vez ao mês deve ocorrer a formação continuada em serviço. A referida formação poderá ocorrer em Rede, quando envolver os profissionais de todas as Instituições de Ensino, e esta ser ministrada pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação; ou institucional, quando envolver apenas os profissionais da Instituição de Ensino, sendo planejada pela própria equipe gestora.

Trimestralmente há a necessidade da realização do pré-conselho, do conselho de classe, e do pós-conselho, momentos aos quais fazem-se necessário focar no processo de ensino e aprendizagem das crianças e na organização da Instituição de Ensino, onde são analisadas as ações realizadas no trimestre e sugerindo propostas para a melhoria do processo educacional.

Destaca-se que é necessário a realização de reuniões pedagógicas com a equipe escolar, a reunião e plantão de pais, a avaliação dos eventos trimestrais do Plano de Ação Anual e primando pela gestão democrática, a efetivação de reuniões com o Conselhos de Escola.



#### 5.7.1.3.7 Rotina Semestral

Na sistematização semestral é inegociável a organização do trabalho pedagógico por meio das Modalidades Organizativas. As Modalidades Organizativas permitem definir as temáticas a serem abordadas com as crianças nos diferentes anos escolares, garantindo, ao mesmo tempo, a diversidade e a continuidade em suas aprendizagens.

Para que as temáticas selecionadas possam ser apropriadas pelas crianças, o docente conta com a possibilidade de realizar diferentes situações didáticas – leitura pela criança, escrita pela criança, escrita por meio do docente e leitura por meio do docente, em diversas modalidades organizativas do tempo didático.

Com essa organização, propõe-se uma mudança qualitativa na utilização de tempo didático, pois elas possibilitam lidar com diferentes propósitos sociais e didáticos, com diversos gêneros discursivos orais e escritos, várias formas de organização do grupo etário e de distribuição de responsabilidades entre docente e criança.

Apresenta-se a seguir as Modalidades Organizativas: Projetos Didáticos, atividades habituais, Sequência de Atividades.

#### **Projetos didáticos**

Além de favorecerem a preservação do sentido social das práticas de leitura, de escrita e de comunicação oral, os Projetos Didáticos têm outra característica marcante: possibilitam conciliar os propósitos comunicativos e os propósitos didáticos.

Desde o início de um projeto, o docente compartilha com as crianças a proposta de realização de um produto final oral ou escrito que se aproxime das práticas presentes na cultura escrita. Com isso, as crianças se responsabilizam por desenvolver ações para que se possam comunicar algo a alguém.

Durante os projetos, as tarefas realizadas pelas crianças quando atuam como leitores se concretizam em situações próximas às existentes nas práticas sociais. Assim, os propósitos comunicativos dirigem as ações e atenções das crianças e, ao mesmo tempo, o docente garante que seus propósitos didáticos sejam alcançados.





### **Atividades habituais**

As Atividades Habituais oferecem a oportunidade de trabalhar intensamente em cada etapa da escolaridade com um gênero específico, com determinados autores e temas e de desenvolver certos aspectos dos comportamentos de leitor e de escritor. São consideradas habituais por serem propostas com uma regularidade sistemática e previsível, que pode ser diária, semanal ou quinzenal.

Por essa característica permanente, cumprem o objetivo de comunicar certos comportamentos de leitor e de escritor. Por exemplo: ao ouvirem a leitura habitual de textos literários feita pelo docente, as crianças aprendem a dar opinião sobre o que foi lido, a apreciar a linguagem escrita, a ouvir a opinião dos colegas e a considerá-las desde o ponto de vista proposto, mesmo que não concordem com ele colocando-se no lugar do leitor.

### **Sequências de atividades**

Diferentemente dos Projetos Didáticos, as Sequências de Atividades não se direcionam para a elaboração de um produto final. Seu propósito explícito e compartilhado é ler e/ou escrever. Elas

também se diferenciam das atividades habituais por terem duração limitada a algumas semanas de aulas.

Favorecem o trabalho com os conteúdos não contemplados pela realização de Atividades Habituais ou de Projetos Didáticos e possibilitam a sistematização de conhecimentos construídos a partir da participação dos discentes em atos de leitura e de escrita.

As Sequências de Atividades também se contextualizam em práticas de leitura e de escrita. O envolvimento dos discentes se dá pelas atividades em si e não pelo objetivo de comunicar algo a alguém, como nos Projetos Didáticos.

Os Projetos Didáticos, Sequências de Atividades, Atividades Habituais e podem ocorrer simultaneamente, em um mesmo período do ano letivo, e integram a rotina de atividades propostas aos discentes. Como essas Modalidades Organizativas têm durações diferentes, algumas podem ser realizadas ao longo de todo o ano ou semestre, outras podem durar meses ou semanas. Para prever a rotina de atividades do período, o docente deve considerar os objetivos de aprendizagens que cada



modalidade organizativa se presta a abordar, a duração e a frequência, o que precisa ensinar e o que já foi aprendido.

Para garantir a diversidade e a continuidade das aprendizagens das crianças em relação às práticas sociais de leitura, escrita e comunicação oral, o docente deve articular e equilibrar a realização de diferentes Situações Didáticas contextualizadas em Projetos

Didáticos, Sequências de Atividades e Atividades Habituais, ao longo de um período, de uma etapa ou de toda a sua escolaridade.

A Rede Pública Municipal de João Neiva dispõe de um banco variado de projetos didáticos e sequências de atividades, que contribuem para planejamentos dos docentes oportunizando boas situações de aprendizagem.

#### 5.7.1.3.8 Projetos Institucionalizados da Rede

São formas de organização dos conteúdos escolares que contribuem para a aprendizagem da leitura e da escrita ao articular objetivos didáticos e objetivos comunicativos. A sequência de ações de um projeto culmina na elaboração de um produto final (um livro de receitas saudáveis, uma coletânea leitura de poesias para crianças de outra turma), um sarau, como culminância do que foi estudado, reunindo os pais/responsáveis, as crianças e a comunidade escolar.

Com base nas atividades essenciais e a frequência com que devem ser realizadas, o docente realiza um planejamento detalhado do que vai desenvolver durante o semestre.

Essa é uma etapa de grande importância no planejamento, definindo-se tempos de duração, materiais necessários, aprendizagens desejáveis, além de antecipar a necessidade de materiais (exemplos: Quais livros ter em mãos para ler? Quais ter em maior quantidade para permitir que todos acompanhem a leitura?)

Outro cuidado importante é, logo nas primeiras atividades, identificar que habilidades, conhecimentos e fragilidade cada criança traz de suas experiências de vida.

Os Projetos Institucionalizados na Rede que são desenvolvidos na Educação Infantil porque oportunizam





uma aprendizagem significativa, considerando que eles são desenvolvidos de maneira integrada com os campos de experiências e os direitos de aprendizagem visando o desenvolvimento de habilidades essenciais no desenvolvimento infantil.

A Rede Municipal Pública de Ensino de João Neiva tem como prática pedagógica,

desenvolver esses projetos na Educação Básica porque eles oportunizam aprendizagens significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Na Educação Infantil desenvolve-se no decorrer do ano letivo os seguintes Projetos:

#### 5.7.1.3.8.1 Projeto Comunidade de Leitores

A leitura desempenha um papel relevante no desenvolvimento humano, permitindo o acesso ao conhecimento, ao imaginário, ao desenvolvimento da empatia e da criatividade.

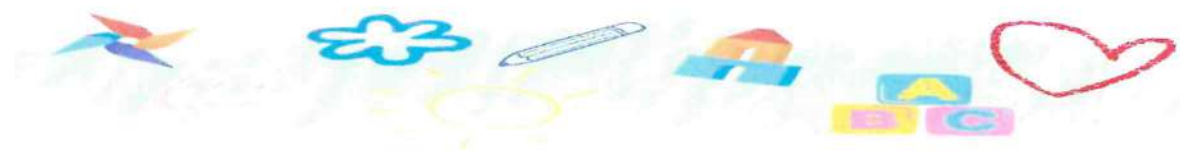
A leitura é de fundamental importância na formação do indivíduo que exerce a sua cidadania de forma plena e consciente. Concorde-se também que, para isso acontecer, o papel da Instituição de Ensino na formação desse indivíduo é imprescindível e, muitas vezes, único.

Desde há muito tempo, uma das maiores questões enfrentadas pela Instituição de Ensino é saber o que fazer para que as crianças aprendam a ler e a escrever. Essa questão fica mais evidente quando observa-se com os

dados estatísticos sobre o retrato da leitura em nosso país.

O ingresso na Instituição de Ensino é um momento crucial na formação das crianças como usuários da língua escrita, oral, verbal e não-verbal. A Instituição de Ensino desempenha não somente o papel de ensinar letras e decodificar textos; é também papel da escola promover alfabetização e letramento.

A formação de discentes usuários competentes da língua escrita, oral e não-verbal implica em desenvolver habilidades e competências que permitam aos mesmos compreender, interpretar e produzir textos de forma efetiva e significativa. Nesse sentido, a Instituição de Ensino deve adotar uma abordagem ampla e integrada, que



considere tanto o ensino dos aspectos formais da escrita (letras, palavras, ortografia, gramática), como também o desenvolvimento das habilidades de compreensão leitora, produção textual, interpretação, análise crítica e reflexiva sobre as linguagens.

Além disso, a Instituição de Ensino deve oferecer um ambiente rico em oportunidades de uso da linguagem, promovendo situações de leitura e escrita que sejam produtivas e significativas para os discentes.

O papel da Instituição de Ensino e seus profissionais é tornar a aprendizagem da leitura e da escrita um objetivo prioritário para a Educação Básica. Sendo assim, o Projeto Comunidade de Leitores torna-se institucionalizado na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva, pois tem por princípio garantir, incentivar e promover a formação de leitores literários, por meio de ações que estimulem o interesse pela leitura, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de significados.

A leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto, e essa interação pode ser enriquecida quando acontece de forma coletiva, em um ambiente que estimula o diálogo, as relações afetivas

positivas e a troca de ideias. Nesse contexto, a criação de uma comunidade de leitores surge como uma estratégia para fomentar o gosto pela leitura e fortalecer os vínculos sociais em torno dessa prática.

Ler não é apenas decodificar signos ou compreender fonemas. Goldin (2012, p. 106) pontua que:

Não é pouco o que a literatura pode fazer [...] Seu poder deriva de suas possibilidades de gerar desdobramentos, de provocar estranhamento no interior de cada leitor, de colocar em crise sua identidade e questioná-la, de levar à descoberta de que cada um é outro. A promoção da leitura, como tal, supõe dar ao outro armas para ser diverso de si mesmo. É uma dádiva radical, uma prova de confiança no próximo.

Portanto, entende-se que ler é uma atividade transcendental, que não deve se ater a predefinições e conceitos. O ato de ler deve ser uma experiência e não um hábito.

A institucionalização do Projeto Comunidade de Leitores na Rede Pública Municipal de Ensino de João Neiva requer a efetivação de espaços de interações e diálogos que visem fortalecer os vínculos sociais e afetivos em torno das práticas de leitura, estimulando a reflexão crítica, a interpretação e a construção coletiva de





significados para a comunidade leitora envolvida.

Neste contexto, sendo o gestor o responsável legal pela Instituição de Ensino, este deve atuar de forma ativa e efetiva para o desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores desempenhando papel de liderança e articulação, garantindo o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação efetiva do referido Projeto em toda a Instituição de Ensino.

Entende-se que o gestor escolar é fundamental para a efetivação da leitura na Instituição de Ensino, pois como líder tem contato direto com toda comunidade escolar articulando todas as mediações de leitura.

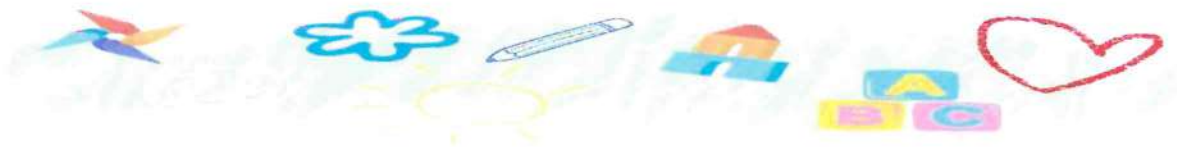
O Projeto Comunidade de Leitores oportuniza a transformação da Instituição de Ensino em um espaço em que a leitura faça parte da rotina das pessoas e ocorra de forma prazerosa. Ele não é destinado apenas aos discentes, envolve também a transformação dos hábitos de ler da equipe gestora, de docentes e demais profissionais da Instituição, envolvendo as famílias, crianças, jovens e adultos da comunidade nesse clima leitor, sendo a Instituição de Ensino, um

centro de leitura e um lugar de encontro.

Por ser um Projeto institucionalizado e indispensável na Rede Pública Municipal de João Neiva, ele deve ser realizado desde o início do ano letivo, com as ações trimestrais estruturadas e inclusas no Plano de Ação Anual da Instituição de Ensino.

O Projeto apresenta os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento da leitura como prática social e cultural;
- Estimular o gosto pela leitura e a formação de leitores literários;
- Fomentar o diálogo, a troca de ideias e o compartilhamento de experiências entre os participantes da comunidade de leitores;
- Ampliar o repertório literário dos participantes, proporcionando acesso a diferentes gêneros e estilos literários;
- Incentivar a reflexão crítica das obras literárias;
- Estabelecer vínculos com a comunidade, promovendo a interação entre os leitores e a valorização da leitura como um bem coletivo;



- Garantir uma rotina organizada (sistemática e frequente) de trabalho com a leitura na Instituição de Ensino;
- Garantir contextos letrados reais no espaço escolar para o trabalho com as práticas de leitura;
- Desenvolver competências e habilidades leitoras nos discentes, pais, jovens e adultos da comunidade escolar;
- Propiciar ações de formação a respeito da importância leitora;
- Incentivar o gosto de ler na Instituição de Ensino, planejando ações de leitura dentro e fora da sala de aula; e
- Oportunizar o acesso da comunidade escolar a materiais escritos de qualidade.

#### **O gestor da Instituição de Ensino:**

- Promover a implementação e coordenação do Projeto Comunidade de Leitores na Instituição de Ensino;
- Garantir a disponibilidade de recursos e materiais necessários para a realização das atividades do Projeto;
- Analisar o acervo da Instituição de Ensino, oferecendo um acervo rico e diversificado de obras literárias, contemplando diferentes gêneros, suportes e formatos;
- Organizar espaços adequados para a leitura, como salas de leitura com ambientes aconchegantes e acolhedores;
- Mobilizar os funcionários da Instituição de Ensino para a constituição de uma equipe cooperativa no desenvolvimento do Projeto institucional;
- Estabelecer parcerias com instituições e organizações locais para enriquecer as experiências dos participantes;
- Monitorar e avaliar o progresso e os resultados do Projeto, buscando aperfeiçoamento contínuo;
- Possibilitar o acesso dos servidores e famílias ao acervo da Instituição de Ensino;
- Compreender como mobilizar os pais e a comunidade em geral para constituir a comunidade de leitores;
- Garantir no orçamento da Instituição de Ensino verba para a compra de materiais importantes para a





constituição de uma comunidade de leitores;

- Compreender como se formam leitores;
- Realizar encontros regulares para leitura compartilhada e discussão dos livros selecionados;
- Promover rodas de conversas com escritores de forma presencial ou on-

#### **Da equipe da Instituição de Ensino:**

- Colaborar na implementação e acompanhamento do Projeto Comunidade de Leitores;
- Valorizar e reconhecer as conquistas e esforços dos discentes no processo de formação de leitores literários;
- Criar espaços de divulgação e compartilhamento das produções dos discentes, estimulando a visibilidade e

#### **Dos docentes:**

- Apropriar-se das estratégias de mediação de leitura e desenvolvimento do letramento literário;
- Planejar e conduzir atividades de leitura, discussão e reflexão sobre as obras literárias selecionadas;

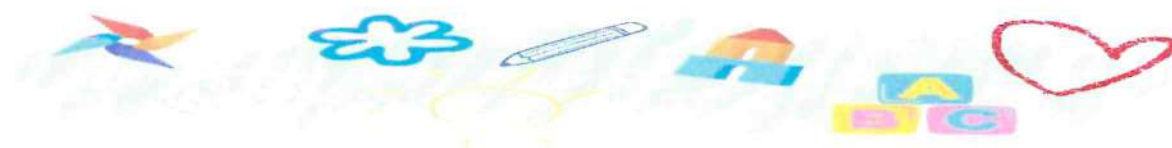
line, feiras literárias e outros eventos culturais relacionados à literatura;

- Compreender como se constitui uma comunidade de leitores;
- Organizar e planejar um plano de ação e cronograma de atividades escolares; e
- Planejar situações de leitura prevendo o intercâmbio entre turmas e com a participação da comunidade escolar.

o reconhecimento da comunidade de leitores dentro e fora da Instituição de Ensino;

- Compreender a importância da atuação profissional na garantia das condições institucionais para constituir uma comunidade de leitores; e
- Compreender o que deve ser garantido para a formação de leitores.

- Proporcionar um ambiente acolhedor e estimulante para o desenvolvimento do gosto pela leitura;
- Orientar os discentes na análise crítica e interpretação dos textos literários;



- Conscientizar-se da importância da leitura diária para os discentes;
- Planejar diferentes situações de leitura para que os discentes aprendam diferentes comportamentos leitores;
- Compreender como se formam discentes leitores;
- Avaliar o progresso dos discentes, fornecendo feedback e orientações para o aprimoramento de suas habilidades leitoras; e
- Planejar atividade de leitura para promoção do intercâmbio entre turmas e com a participação da comunidade escolar.

#### **Do Auxiliar da Sala de Leitura:**

- Organizar e conhecer o acervo literário;
- Realizar ações de mediação de leitura com discentes e comunidades escolar;
- Promover e incentivar o empréstimo de obras literárias;
- Promover momentos de leitura para os discentes; e
- Criar espaços para divulgação do acervo e para o diálogo com os leitores: murais de indicação literária, destaque de livros, listas de livros mais lidos no trimestre, dentre outros.

#### **Dos discentes:**

- Desenvolver o gosto pela leitura e o prazer de ler obras literárias;
- Ampliar o repertório literário, explorando diferentes gêneros e estilos literários;
- Compreender, interpretar e refletir criticamente sobre os textos literários;
- Participar ativamente de discussões e trocas de ideias sobre as leituras realizadas; e
- Desenvolver habilidades de leitura autônoma e aprendizagem independente.

#### **Pais e responsáveis:**

Compreender que o seu interesse pela leitura contribuirá para a aprendizagem dos discentes.

Os objetivos de aprendizagem buscam orientar as ações e contribuir para o alcance dos resultados desejados no





Projeto Comunidade de Leitores, envolvendo gestores, docentes, discentes, auxiliar da sala de leitura, pais e responsáveis e toda a equipe da

Instituição de Ensino em prol da formação de leitores competentes e engajados com a prática da leitura literária.

### **Secretaria Municipal de Educação:**

Na implementação das ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto, a Secretaria Municipal de Educação terá como foco:

- **Liderança e Engajamento:** a equipe gestora municipal lidera e engaja toda a equipe gestora das Instituições de Ensino, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da leitura na municipalidade;

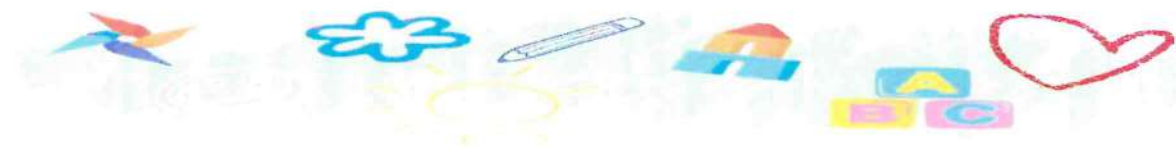
- **Planejamento Estratégico:** a equipe gestora municipal implementa e coordena ativamente todo planejamento institucional do Projeto, nas questões pedagógicas, administrativas, bem como na viabilização de recursos financeiros no que se refere às políticas públicas para a formação de leitores;

- **Articulação e Parcerias:** a equipe gestora municipal estabelecerá parcerias públicas em âmbito municipal, intermunicipal, estadual e federal, como também parcerias com o setor privado;

- **Formação e Capacitação:** a equipe gestora municipal deve viabilizar a organização de formação a nível municipal, intermunicipal, estadual e federal, bem como em parceria com o setor privado, visando a participação na formação de leitores e no fortalecimento do Projeto Comunidade de Leitores;

- **Monitoramento e Avaliação:** a equipe gestora municipal tem a responsabilidade de monitorar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Comunidade de Leitores da equipe gestora de cada Instituição de Ensino. Essa ação deve ser realizada por meio de reuniões periódicas com gestores e/ou pedagogos da Instituição;

- **Divulgação e Envolvimento da Comunidade:** a equipe gestora municipal deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação e na elaboração de materiais impressos a serem



encaminhados às Instituições de Ensino. O material deve ser destinado ao responsável legal da instituição, visando ampla divulgação a comunidade em geral;

- **Reconhecimento e Valorização:** a equipe gestora municipal deve

reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelas Instituições de Ensino dos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores, oportunizando a divulgação das boas práticas e compartilhamento dos resultados alcançados.

### **Gestor Escolar:**

Para implementar as ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto, o gestor terá como foco as instâncias de trabalho:

- **Liderança e Engajamento:** O gestor lidera e engaja toda a equipe da Instituição de Ensino, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da leitura na formação dos discentes, envolvendo docentes, pedagogos e demais profissionais no projeto, promovendo um trabalho coletivo e colaborativo;

- **Planejamento Estratégico:** O gestor implementa e coordena ativamente todo planejamento do projeto, definindo metas, objetivos e estratégias claras, que priorizem a gestão do espaço, a gestão do tempo pedagógico, a gestão das relações interpessoais, a gestão financeira, gestão administrativa e a gestão pedagógica. É importante

estabelecer um plano de ação alinhado com a Proposta Político-Pedagógica da Instituição de Ensino;

- **Articulação e Parcerias:** O gestor pode estabelecer parcerias com instituições culturais, editoras, bibliotecas, escritores locais e outras entidades, buscando recursos, apoio e enriquecimento para o Projeto. Essas parcerias podem proporcionar visitas, palestras, doações de livros e outras atividades relacionadas à leitura;

- **Formação e Capacitação:** O gestor deve oportunizar que os docentes e demais membros da equipe escolar recebam a formação e capacitação adequadas em mediação de leitura, letramento literário, estratégias de incentivo à leitura, a participação em eventos e congressos sobre o tema. Havendo legalidade, ele também poderá contratar especialistas para a





realização de cursos e formações internas na Instituição de Ensino;

- **Monitoramento e Avaliação:** O gestor tem a responsabilidade de acompanhar e avaliar regularmente o andamento do Projeto Comunidade de Leitores. Isso pode ser feito por meio de reuniões periódicas com a equipe, análise de resultados e feedback dos participantes. O gestor deve estar atento aos desafios e necessidades identificadas durante a implementação do Projeto, realizando os ajustes necessários;

- **Divulgação e Envolvimento da Comunidade:** O gestor deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores para os pais, responsáveis e comunidade em geral. É importante que a comunidade esteja ciente do projeto, seus objetivos e atividades, e seja convidada a participar ativamente. O gestor pode organizar eventos abertos, como feiras do livro, saraus literários, palestras e encontros com escritores, para envolver a comunidade nesse processo; e

- **Reconhecimento e Valorização:** O gestor deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores. Isso pode ser feito por meio de incentivos, divulgação de boas práticas e compartilhamento dos resultados alcançados. O reconhecimento estimula o engajamento e o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

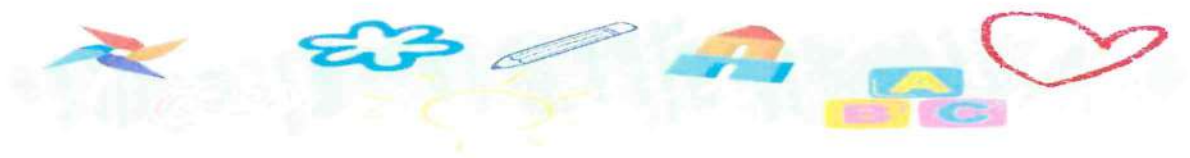
A atuação efetiva do gestor é fundamental para garantir o sucesso e a sustentabilidade do Projeto Comunidade de Leitores. Sua liderança, engajamento e articulação são essenciais para a promoção de um ambiente favorável à formação de leitores competentes e envolvidos com a leitura.

Por se tratar de uma Rede de Ensino as atribuições inerentes à instância do gestor escolar necessitam de prévia apresentação à equipe municipal para validação das ações a serem desenvolvidas no Projeto Comunidade de Leitores.

### **Pedagogo:**

Para implementar as ações institucionais relativas ao bom

andamento do Projeto, o pedagogo terá como foco as instâncias de trabalho:



- **Liderança e Engajamento:** O pedagogo lidera e engaja toda a equipe docente e o auxiliar da sala de leitura da Instituição de Ensino, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da leitura na formação dos mesmos e discentes;
- **Planejamento Estratégico:** O pedagogo implementa, coordena e assessora ativamente o planejamento pedagógico das etapas do Projeto, junto ao docente e auxiliar da sala de leitura, considerando as condições didáticas gerais, visando contribuir no acompanhamento e orientação das ações propostas, para assegurar a formação de leitores;
- **Articulação e Parcerias:** O pedagogo deve apoiar o gestor nas parcerias com as instituições culturais, editoras, bibliotecas, escritores locais e outras entidades, buscando recursos, apoio e enriquecimento para o Projeto. Apoiar ainda a articulação com as famílias, com as comunidades ao entorno e outras Instituições de Ensino, ações institucionais para constituição de uma comunidade de leitores;
- **Formação e Capacitação:** O pedagogo deve apoiar os docentes e demais membros da equipe escolar para participarem das formações e capacitações adequadas em mediação de leitura, letramento literário, estratégias de incentivo à leitura, participação em eventos e congressos sobre o tema, além de promover formações e ações que incentivem a formação leitora dos docentes e demais servidores da Instituição de Ensino;
- **Monitoramento e Avaliação:** O pedagogo deve participar ativamente junto ao gestor no acompanhamento e avaliação do andamento do Projeto Comunidade de Leitores, a fim de colaborar com os ajustes necessários;
- **Divulgação e Envolvimento da comunidade:** O pedagogo deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores para os docentes. É importante que os docentes estejam cientes do Projeto, seus objetivos e atividades, para participarem ativamente;
- **Reconhecimento e Valorização:** O pedagogo deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores. Isso pode ser feito por meio de incentivos, divulgação de boas práticas e compartilhamento dos resultados alcançados. O reconhecimento estimula o engajamento e o sentimento





de pertencimento da comunidade escolar.

A atuação efetiva do pedagogo é fundamental para garantir o sucesso do Projeto Comunidade de Leitores. Seu

engajamento, comprometimento e articulação são essenciais para promoção de um ambiente favorável à formação de leitores competentes e envolvidos com a leitura.

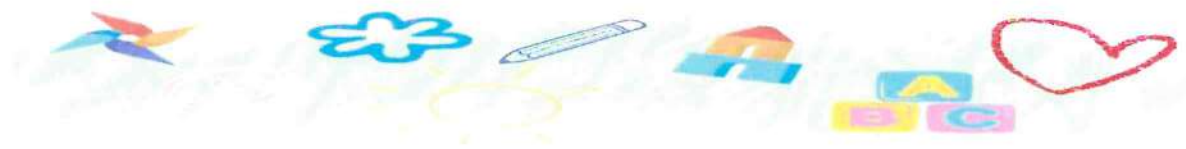
### **Docente:**

Para implementar as ações institucionais relativas ao bom andamento do Projeto, o docente terá como foco as instâncias de trabalho:

- **Liderança e Engajamento:** O docente lidera e engaja os discentes, demonstrando entusiasmo e comprometimento com a importância da formação leitora;
- **Planejamento Estratégico:** O docente deve planejar e realizar ações didáticas que contribuam com a formação leitora dos discentes e que possam promover o envolvimento da família no desenvolvimento do Projeto, em parceria com a equipe gestora;
- **Articulação e Parcerias:** O docente deve realizar as ações do Projeto que foram planejadas com a equipe gestora e, em parceria com as famílias e comunidade escolar, orientar os discentes sobre a importância da leitura diária, uso com intencionalidade dos

diferentes espaços e materiais e garantir a circulação de livros literários por toda comunidade escolar;

- **Formação e Capacitação:** O docente deve participar das formações e capacitações adequadas em mediação de leitura, letramento literário, estratégias de incentivo à leitura, eventos e congressos sobre o tema, para que possa ampliar sua prática pedagógica;
- **Monitoramento e Avaliação:** O docente deve participar ativamente junto ao pedagogo na avaliação do desenvolvimento do andamento do Projeto Comunidade de Leitores, a fim de colaborar com os ajustes necessários;
- **Divulgação e Envolvimento da Comunidade:** O docente deve promover a divulgação do Projeto Comunidade de Leitores para os discentes. É importante que os



discentes estejam cientes do Projeto, seus objetivos e atividades, para participarem ativamente;

• **Reconhecimento e valorização:** O docente deve reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelos envolvidos no Projeto Comunidade de Leitores. Isso pode ser feito por meio de incentivos, divulgação dos trabalhos realizados e compartilhamento dos resultados alcançados. O reconhecimento

estimula o engajamento e o sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

A atuação efetiva do docente é fundamental para garantir o sucesso do Projeto Comunidade de Leitores. Seu engajamento, comprometimento e articulação são essenciais para promoção de um ambiente favorável à formação de leitores competentes e envolvidos com a leitura.

## **AÇÕES INSTITUCIONAIS A SEREM REALIZADAS**

As ações a serem desenvolvidas no Projeto Comunidade de Leitores podem ser organizadas dentro de duas modalidades que organizam o tempo didático: atividades habituais, situações didáticas, projetos e subprojetos.

### **Atividades Habituais:**

As atividades habituais são situações didáticas propostas com regularidade, com o objetivo de construir atitudes, criar hábitos leitores etc., repetem-se de forma sistemática e previsível, semanal ou quinzenalmente. Considerando o exposto as atividades habituais devem ser planejadas para promover o gosto pela leitura e pela escrita desenvolvidas no Projeto Comunidade de Leitores.

As atividades habituais podem ser:

- momentos diários de leitura autônoma, em que os discentes possam escolher livros de seu interesse e ler individualmente;
- a implementação de clubes de leitura, nos quais os participantes discutem obras literárias previamente selecionadas;
- o estabelecimento de um espaço de leitura aconchegante na Instituição de Ensino e em cada sala de aula, com um acervo variado de livros acessíveis aos discentes;





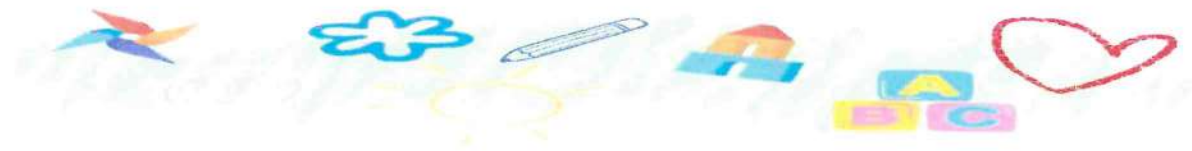
- a organização de sessões de leitura compartilhada, em que docentes ou discentes leem em voz alta trechos de obras literárias para toda a Instituição de Ensino;
- momentos de leitura compartilhada de obras literárias entre docentes e servidores, abrindo espaço para a literatura;
- a organização de sistema de empréstimo de livros, tornando o acervo da Instituição de Ensino acessível a todos e possível de ser levado para casa;
- a organizar de murais e/ou varais de leitura com textos variados nos espaços da Instituição de Ensino;
- a organizar sacolas de textos e revistas diversas para serem emprestadas às famílias, que poderão fazer comentários num caderno de registro para os leitores seguintes;
- a criação de campanhas para ampliação do acervo de livros, revistas, jornais etc. da Instituição de Ensino; e
- a criação de Mural da Comunidade com as informações e ações de relevância atualizadas da Instituição de Ensino.

#### **Situações Didáticas:**

- Realização de rodas apreciativas e debates sobre as obras literárias lidas, promovendo a análise crítica, interpretação e troca de ideias;
- Realização de apresentações orais sobre as obras lidas, estimulando os discentes a compartilharem suas descobertas e impressões com os colegas; e
- Realização de rodas de indicação literária e divulgação nas mídias oficiais da Instituição de Ensino.

#### **Subprojetos:**

Os subprojetos são situações didáticas dentro de um projeto maior para serem gerenciadas de maneira mais eficazes e que se articulam em função de um objetivo e de um produto final, contextualizando as atividades de linguagem oral e escrita (ler, escrever, estudar, pesquisar). Podem ter a duração de dias ou de meses, dependendo dos objetivos propostos.



- Organização do acesso à sala de leitura para disponibilizar livros e promover o empréstimo para a comunidade escolar;
- Elaboração de um jornal literário e/ou mural produzido pelos discentes, no qual eles possam expressar suas opiniões, resenhas, poemas e demais produções relacionadas à leitura;
- Organização de feiras do livro ou eventos literários, nos quais discentes, docentes e comunidade possam participar de atividades como contação de histórias, oficinas de escrita, debates literários, venda de livros e troca de livros, primando pela qualidade literária;
- Realização de encontros com autores, proporcionando aos discentes a oportunidade de conhecerem escritores e trocarem experiências sobre o processo de criação literária;
- Programa de Rádio/Podcasts. Os podcasts são gravações de áudio que permitem aos discentes explorar diferentes formatos de programas, como bate-papos, debates literários, entrevistas com autores ou discussões temáticas relacionadas à leitura. Eles podem criar seus próprios roteiros, conduzir as entrevistas, realizar pesquisas e editar o áudio para produzir episódios envolventes e informativos;
- Vlogs de recomendação, essa atividade proporciona aos discentes e aos servidores da educação a oportunidade de compartilhar suas experiências de leitura, expressar suas opiniões e recomendar livros para seus colegas de forma criativa e contemporânea. Os vlogs de recomendação literária são vídeos curtos produzidos pelos discentes, nos quais eles apresentam e comentam sobre livros que leram, destacando suas impressões, aspectos marcantes da história, personagens, temáticas abordadas, entre outros elementos relevantes.
- Essas ações institucionais do Projeto "Comunidade de Leitores" visam promover a leitura de forma habitual e prazerosa, criar situações didáticas que desenvolvam habilidades de compreensão e reflexão crítica e proporcionar experiências enriquecedoras por meio de projetos que envolvam a leitura literária. Ao adotar essas ações, busca-se formar leitores competentes, críticos e entusiasmados pela literatura, fortalecendo a comunidade de leitores e criando um ambiente propício ao desenvolvimento do gosto pela leitura.



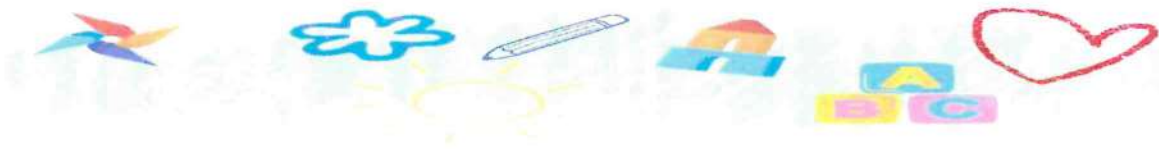


## Práticas Inegociáveis do Projeto Comunidade de Leitores

As práticas inegociáveis são aquelas que impreterivelmente devem acontecer durante toda a execução do Projeto:

- Intercâmbio de leitura entre turmas e Instituições de Ensino;
- Leitura dos profissionais da educação para os discentes e dos discentes para os profissionais;
- Leitura realizada pelos familiares;
- Sacola de Leitura (mala viajante; caderno de leitura; entre outros) a ser enviada para casa;
- Momento cultural diário na rotina permanente da Instituição; e
- Leitura em diferentes espaços (internos e externos).
- **Diversidade de Gêneros Literários:** Proporcionar acesso a diferentes tipos de textos, como contos, poemas, romances, crônicas, textos informativos, quadrinhos, mangás, dentre outros, para ampliar o repertório dos leitores e despertar seu interesse por diferentes estilos literários;
- **Escolha Democrática dos Livros:** Permitir que os participantes da comunidade sejam protagonistas na seleção das obras a serem lidas, promovendo a sensação de pertencimento e valorizando suas preferências;
- **Espaço para Discussões:** Estimular a interação entre os leitores, promovendo rodas de conversa, debates e trocas de experiências sobre as leituras realizadas;
- **Mediação Qualificada:** Qualificar mediadores de leitura, que possam orientar e auxiliar os leitores na compreensão e interpretação das obras, além de incentivar a reflexão crítica sobre os textos; e
- **Acesso à Sala de Leitura:** Disponibilizar um acervo variado, atualizado e acessível, que atenda aos interesses e necessidades dos leitores, incentivando o empréstimo de livros para leitura domiciliar.

A culminância do Projeto pode ser a realização de um momento de socialização literária, aberto à comunidade, no qual os leitores poderão compartilhar suas experiências e produções com um público mais amplo. Esse momento pode incluir



exposições dos trabalhos realizados, apresentações artísticas relacionadas às obras lidas, além de uma feira de troca de livros.

O Projeto Comunidade de Leitores busca criar um ambiente propício para a formação de leitores literários, incentivando a leitura prazerosa, a reflexão crítica e o compartilhamento de experiências. Ao fortalecer os vínculos sociais em torno da leitura, espera-se contribuir para a formação de cidadãos mais críticos, criativos e participativos na sociedade.

Espera-se que ao longo do Projeto, a comunidade da Instituição de Ensino se envolva em atividades de leitura, discussões literárias, produções textuais e expressões artísticas, criando um ambiente rico em experiências literárias e fortalecendo os laços entre os participantes. Por meio do trabalho conjunto entre gestores, pedagogos, docentes, discentes, famílias e equipe da Instituição de Ensino, é possível criar uma efetiva comunidade de leitores, na qual a leitura seja valorizada como uma prática social, afetiva e cultural.

Os discentes terão a oportunidade de ampliar seu repertório literário, explorar diferentes gêneros e estilos literários, aprimorar suas habilidades de leitura, interpretação e reflexão crítica. Além disso, eles desenvolverão o gosto pela leitura e tornar-se-ão leitores competentes, capazes de expressar suas opiniões, compartilhar recomendações e utilizar a linguagem escrita de forma efetiva.

O Projeto contribui para a formação de uma comunidade de leitores autônomos e críticos, capazes de compreender e se expressar por meio da leitura e da escrita. Os participantes do Projeto aprenderão a apreciar a literatura como fonte de conhecimento, prazer e reflexão, e perceberão a importância da leitura no âmbito pessoal, acadêmico e social.

Por meio das ações institucionais, como as atividades habituais de leitura, situações didáticas e projetos, o Projeto Comunidade de Leitores estabelecerá uma cultura de leitura na Instituição de Ensino, permeando todas as áreas do conhecimento e valorizando a leitura como um instrumento de aprendizagem e desenvolvimento humano.

O envolvimento das famílias é fundamental para o sucesso do Projeto, uma vez que se tornarão parceiras ativas no estímulo à leitura em casa e na ampliação das





experiências literárias dos discentes. Por intermédio de atividades como vlogs de recomendação literária e podcasts, os discentes poderão compartilhar suas vivências literárias de forma criativa e contemporânea, envolvendo-se ativamente na disseminação da leitura.

Ressalta-se a importância contínua da leitura e do desenvolvimento do letramento literário na formação dos indivíduos, incentivando a Instituição de Ensino e a comunidade a manterem o Projeto como uma prática constante e permanente. Através da leitura, a Instituição de Ensino continuará a promover o conhecimento, a reflexão, a empatia, a criatividade e a formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade.

O Projeto Comunidade de Leitores deixa um legado valioso para a Instituição de Ensino e para todos os envolvidos, mostrando que a leitura vai além das páginas dos livros, tornando-se uma experiência compartilhada que enriquece a vida de cada indivíduo. Por meio do projeto, a Instituição de Ensino tornar-se-á uma comunidade de leitores, conectados pelo poder transformador da palavra escrita e pela leitura.

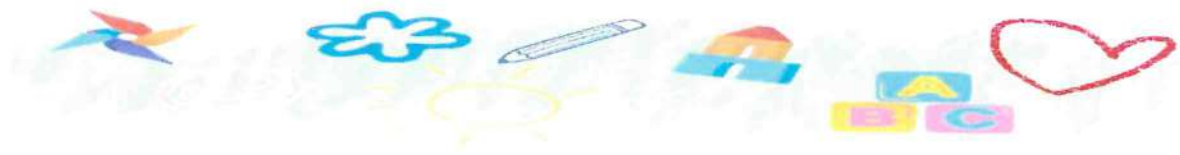
#### 5.7.1.3.8.2 Brincadeiras Cantadas

Brincar e cantar fazem parte do universo infantil e acontecem naturalmente com as crianças. Uma boa brincadeira cantada é uma atividade apropriada para os momentos de lazer e de socialização, para o exercício da memorização, da dramatização e, especialmente, para a disseminação da cultura infantil brasileira.

As brincadeiras cantadas têm um valor ainda maior na atualidade, quando as crianças são bombardeadas pela mídia com programas que deixam em último

plano a cultura da infância, levando-as a passarem precocemente para o mundo adulto.

As cantigas de roda e demais brincadeiras cantadas baseiam na tradição oral. Este Projeto oferece às crianças a importante oportunidade de resgatar brincadeiras cantadas, muitas vezes esquecidas, realizando pesquisas em suas famílias e comunidades e registrando-as para que outras crianças possam conhecê-las e se divertir com elas.



Ao fazerem isso, ainda em fase de alfabetização, além de brincarem, cantarem, divertirem-se e aprenderem sobre a importância desses textos para a cultura, as crianças vão ler, escrever e refletir sobre textos cujo conteúdo já conhecem ou estão conhecendo com as pesquisas.

Nessas situações de aprendizagem, ao escreverem textos que sabem de memória, as crianças não precisarão pensar no que vão escrever, mas sim

em como – em quantas e quais letras vão precisar para compor o texto.

Com isso, podem colocar-se no papel de leitores e escritores, mesmo que ainda não o façam convencionalmente. As crianças que já leem e escrevem de forma convencional, por sua vez, têm a possibilidade de avançar em seus conhecimentos, preocupando-se com questões como a ortografia e a segmentação de palavras, aprimorando-se no uso das estratégias de leitura que já construíram.

#### 5.7.1.3.8.3 Quem Canta, Seus Males Espanta



Culminância do projeto Quem canta, seus Males Espanta na EMPEIF Guilherme Baptista

Segundo o filósofo Nietzsche, “sem música, a vida seria um erro. Talvez, apenas essa citação já justifique o trabalho envolvido neste Projeto. Muitas vezes, cantar com as crianças fica esquecido, devido ao tempo, por vergonha ou porque não se entende o

valor que a música tem na formação do repertório cultural de uma pessoa. Por outro lado, há situações em que anos e anos canta-se as mesmas músicas sem deixar que se amplie esse repertório.

O trabalho com textos relacionados à tradição oral, ou seja, as cantigas de roda e outras músicas – permite as crianças da Educação Infantil, ainda em fase de alfabetização, escrever e refletir sobre textos cujo conteúdo já conhecem, pois já foram ouvidos nos momentos de lazer, festas e comemorações típicas de sua cidade, por meio do contato com seus





familiares e comunidade. Podem, assim, participar de situações de leitura e de escrita sem se preocuparem em decifrar o que está escrito, concentrando-se na reflexão sobre como o texto foi escrito e organizado. E podem também desenvolver a escuta atenta, linguagem musical e a oralidade.

Além disso, por serem textos que se transformam em letra de música, podem ampliar suas experiências no campo da linguagem oral e participar de atividades nas quais tenham de aprender a adequar a entonação e o ritmo da fala de modo distinto ao que empregam em seu dia a dia.

Assistir vídeo com a apresentação dos cantores das músicas estudadas é uma forma de conhecer e valorizar a cultura local ou de outros lugares, apropriar-se de sua história e preservar a memória de determinados tempos e espaços. Afinal, cada lugar é marcado por suas tradições, que se manifestam de diferentes maneiras - na culinária, nas festas, no modo de falar, por exemplo -

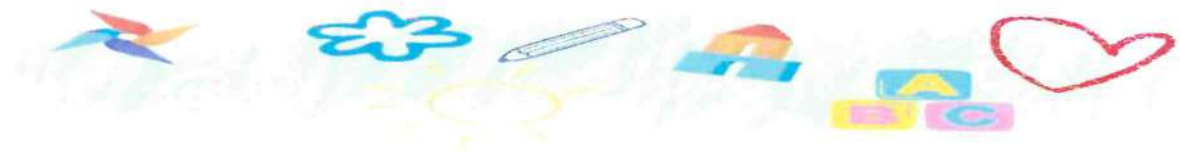
e sempre revelam parte do imaginário e da trajetória de um grupo social.

As cantigas de roda ou de ninar, os ritmos e melodias que acompanham os momentos de trabalho e até mesmo as cantigas de amor e os rituais religiosos presentes nas festividades locais podem ser coletados e trabalhados pelas crianças que, com a ajuda do docente, organizarão seu registro oral e escrito.

A composição de uma música ou parte dela, trocar as rimas, envolve também importantes aprendizagens no campo da música, o que torna o Projeto ainda mais significativo, pois permite um inter-relacionamento entre os campos de experiência.

Durante o Projeto, o docente e as crianças deverão pesquisar os ritmos e as melodias das cantigas selecionadas, tomar decisões quanto ao seu resultado sonoro e acompanhar a escuta das músicas e cantá-las, culminando com a apresentação do Sarau para a comunidade escolar ou coletânea das músicas preferidas.

#### 5.7.1.3.8.4 Quem Recita, Seus Males Evita



Assim que aprendem a falar, as crianças costumam demonstrar interesse pela linguagem usada pelas pessoas que as cercam. Uma das manifestações desse interesse relaciona-se com uma atitude lúdica e de muita disponibilidade diante das palavras. Com sua imaginação, e graças à uma relação prazerosa que tendem a desenvolver com a língua materna, criam para elas outros usos, moldando-as com matéria plástica. Às vezes jogam com sua sonoridade, com seu ritmo ou significado parecem divertir-se muito com essas brincadeiras que se assemelham ao fazer do poeta.

O Projeto Quem Recita, Seus Males Evita é proposto como uma forma de preservar esta afinidade com a linguagem e alimentar o desenvolvimento do senso estético e da apreciação da literatura como manifestação artística e cultural.

As poesias, parlendas e quadrinhas são textos curtos, de temáticas variadas (aborda algumas vezes de maneira engraçada), cuja forma e oralização possuem características peculiares. Em geral, elas podem ser facilmente memorizadas. Isso tudo faz com que sejam ricos instrumentos para

trabalhar a oralidade e aspectos da língua escrita com as crianças.

Ao criar situações prazerosas de leitura e realizar atividades em que elas possam memorizar, recitar e acompanhar o texto da poesia, parlenda, quadrinha criamos a oportunidade do desenvolvimento de competências tais como falar, escutar e compreender, além de colocá-las em direto contato com textos em sua forma escrita, propiciando oportunidades para o desempenho do papel de leitores e facilitando a construção de conhecimentos sobre a língua.

Memorizando poesias, parlendas e quadrinhas, as crianças participam de leitura e de escrita nas quais a representação escrita e a forma de organização do texto no papel (diagramação) ocupam lugares centrais, ao passo que o que está escrito fica relegado a um segundo plano, uma vez que eles sabem o conteúdo de memória. Ou seja: porque conhecem bem as poesias, têm um problema a menos com que se preocupar nas atividades. Nessas condições, mesmo sem terem aprendido a ler e a escrever por métodos convencionais, as crianças ficarão mais confiantes diante das atividades de leitura e de escrita,





porque serão capazes de construir estratégias que auxiliem nas tarefas. Por exemplo, se você lê para as crianças ou recita com frequência a parlenda, “Rei capitão...”, rapidamente elas guardarão os dizeres na memória. Por conseguinte, durante a atividade de leitura com esse texto, elas terão a oportunidade de encontrar indícios que as façam associar o que foi dito à forma como as palavras aparecem. Esses indícios podem ser palavras já conhecidas, um refrão que repete, as letras iniciais ou finais de uma palavra que coincidem com as letras iniciais ou finais do nome de um colega e outros. Enfim, são essas situações desafiadoras que fazem a criança refletir e que a levam a dominar, cada vez mais, o funcionamento da nossa escrita.

O projeto possibilita também um trabalho com a linguagem oral, já que tradicionalmente as poesias, parlendas,

quadrinhas são declamadas em ocasiões sociais. Assim, atividades em que as crianças devem recitar ou declamar em público, criando a necessidade de a criança aprender como fazer entonações e dar ritmo às suas falas e modo adequado a ser apresentado.

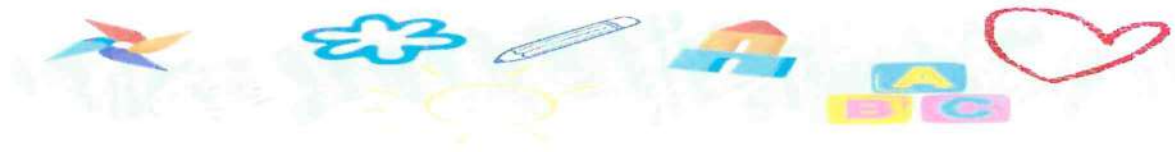
É importante que a escolha de poesias, parlendas, quadrinhas a serem trabalhadas seja cuidadosa procurando garantir que sejam acessíveis de memorização e que tenham como tema elementos interessantes e que façam parte do universo infantil. Com isso, as crianças terão prazer e interesse pela leitura de poesias, parlendas, quadrinhas e poderão adquirir conhecimentos a respeito de algumas características textuais - como, por exemplo, a diagramação, a rima e o uso de metáforas - bem como de leitura - tais como a expressão facial, entonação e ritmo.

## 5.8 PLANEJAMENTO

O Planejamento é a ação sistematizada de elaboração de um plano composto por etapas e procedimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico da Instituição de

Ensino, o planejamento pode ocorrer de forma individual ou coletivo.

O planejamento pedagógico é uma maneira de organizar as atividades e as competências e os objetivos de aprendizagem que serão



desenvolvidas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem na Instituição de Ensino durante o ano letivo e os desdobramentos em cada trimestres. Esse planejamento esboçará com clareza a intenção pedagógica da Instituição de Ensino.

O planejamento do pedagogo com o(s) docente(s) ocorrerá semanalmente, com duração mínima de uma aula, definida na agenda escolar.

Ressalta-se que tanto o planejamento coletivo, quanto o planejamento individual, ambos são de extrema relevância para a sistematização pedagógica do processo de ensino e de aprendizagem das crianças na Instituição de Ensino.

**5.8.1 Planejamento Individual:** faz-se necessário a participação do docente do pedagogo e quando necessário do gestor da Instituição de Ensino, com objetivo de sistematizar ações educacionais, tendo como foco o avanço educacional de cada turma.

**5.8.2 Planejamento Coletivo:** em cumprimento a carga horária do profissional, o gestor deverá fazer a convocação com objetivos e pautas definidos, sendo esse registrado em um instrumento próprio, tendo com princípio a análise, o planejamento, a

execução e o replanejamento de ações, visando um trabalho institucional eficiente.

O planejamento é uma ação intencional e sistemática que visa à organização da prática pedagógica, considerando os diferentes processos e percursos de aprendizagem e os diferentes grupos etários. No momento do planejamento deve ser observado:

- o que as crianças conhecem sobre os objetivos de aprendizagem propostos (avaliação diagnóstica inicial);
- atividades diferenciadas respeitando as necessidades e as potencialidades de cada um, além das expectativas;
- observando os avanços que demonstram indicativos como a criança está relacionando os conhecimentos que já possui com os que deverão ser adquiridos, o docente realizará as intervenções pedagógicas necessárias com intencionalidade e regularidade;
- os diversos espaços/ tempos de aprendizagem e o entorno da Instituição de Ensino;
- os conhecimentos de forma contextualizada, utilizando metodologias de ensino que favoreçam o envolvimento das crianças potencializando suas aprendizagens;





- a motivação das crianças para a aprendizagem; e
- o envolvimento das crianças como protagonistas do conhecimento.

## 5.9 REUNIÕES SISTEMATIZADAS

Na garantia de reuniões sistematizadas há a necessidade de organização, planejamento e para tanto a definição de pauta clara e objetiva, sendo agendadas respeitadas e cronogramas antecipados, com administração do tempo para melhor aproveitamento das discussões e conclusão dos encaminhamentos, sendo estes registrados em atas para documentar o processo e revisitar os encaminhamentos sempre que necessário para melhor intervir na busca de soluções.

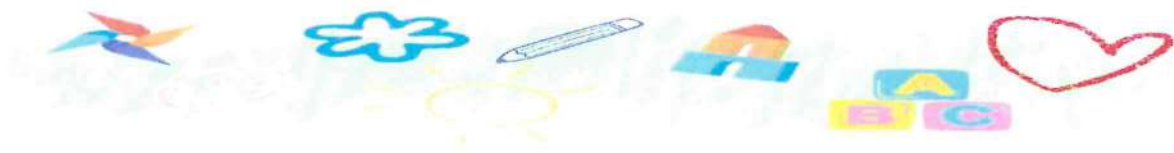
Dentre as reuniões sistematizadas das Instituições de Ensino da Educação Infantil destaca-se as seguintes:

- a reunião da equipe da Secretaria com a equipe gestora da Instituição de Ensino;
- a reunião do gestor escolar com a equipe gestora da Instituição;
- a reunião do pedagogo com os docentes; e
- a reunião geral.

### 5.9.1 Reunião da Secretaria Municipal de Educação e Equipe Gestora da Instituição de Ensino

A reunião da equipe da Secretaria Municipal de Educação com a equipe gestora da Instituição de Ensino, deve acontecer mensalmente, com pauta estruturada, com o objetivo de estreitar os diálogos e apresentar resultados produtivos e positivos para a Educação:

- planejar a pauta da reunião;
- validar a pauta da reunião;
- apresentar as fragilidades;
- apresentar os pontos robustos;
- sistematizar encaminhamentos;
- redigir as atas; e
- recolher as assinaturas.



### 5.9.2 Reunião do Gestor Escolar com a Equipe Escolar

No que se refere a reunião do gestor escolar com a equipe gestora da Instituição, faz-se necessário:

- escolher os membros da equipe gestora para redigir a ata da reunião, que será assinada por todos após o término;
- avaliar o relatório escolar, produzido pelo pedagogo e coordenador, que trata dos resultados do monitoramento de indicadores de frequência das crianças, docentes e dos resultados acadêmicos, tanto da Base Nacional Comum Curricular;
- planejar, em conjunto com os demais membros da equipe gestora, as ações para reduzir as ausências de docentes e crianças;
- alinhar uma agenda de conversa com docentes e as famílias das crianças com alto nível de faltas;
- acolher as demandas dos docentes, trazidas pelo pedagogo(a), e, em conjunto com os demais membros da equipe gestora e propor soluções;
- monitorar as entregas dos documentos administrativos, de secretaria, financeiro e pedagógico e devem ser entregues à Secretaria Municipal de Educação;
- monitorar o controle de ausências dos servidores, realizado pelo Gestor e propor, em conjunto com os demais membros da equipe gestora, as ações para reduzir as faltas;
- avaliar o relatório da Alimentação Escolar e a partir desse, em conjunto com os demais membros da equipe gestora, estabelecer as estratégias para resolver os problemas apresentados;
- apresentar as parcerias institucionais, e outras, aos demais membros da equipe gestora, alinhando as ações com essas parcerias e com os responsáveis;
- planejar a pauta da reunião;
- validar a pauta da reunião; e
- trazer à reunião os problemas encontrados ao longo da semana para discutir as ações e possíveis soluções.

Na reunião do pedagogo com os docentes de forma individual ou coletiva, faz-se necessário ao pedagogo:

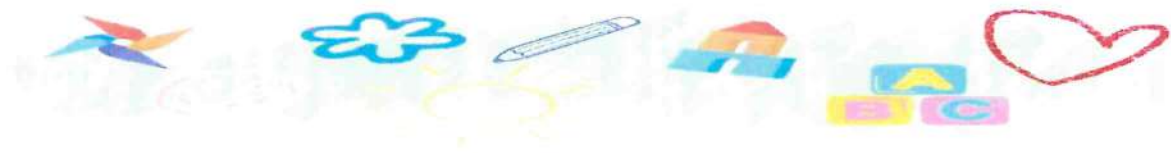




- registrar o planejamento na (o) ficha própria, que será assinada por todos os participantes;
- selecionar material para estudo;
- realizar estudo do material selecionado para o planejamento;
- disponibilizar o Currículo e o Plano de Ensino a ser desenvolvido durante o ano letivo;
- orientar o planejamento;
- alinhar as ações do planejamento;
- alinhar, com os docentes, as entregas de documentos e/ou atividades que devem ser realizadas em cada período;
- organizar, com os docentes, o monitoramento semanal das faltas das crianças;
- organizar, com os docentes, a agenda de atividades e dos diagnósticos pelos campos de experiência, diagnóstico da hipótese da escrita e os relatórios descritivos e acompanhamento em sala de aula; e
- realizar replanejamento de ações que não obtiveram êxito.

Em se tratando da participação dos docentes na reunião com o pedagogo, estes deverão:

- participar ativamente da reunião;
- estar de posse dos documentos referenciais e das atividades solicitadas pelo (a) Instituição de Ensino;
- estar com as frequências registradas para informar a Instituição de Ensino;
- alinhar junto ao pedagogo as atividades/avaliações/projetos e outras a serem desenvolvidas junto as crianças;
- definir os Temas Integradores com que o docente atuará no trimestre;
- estar de posse de documentos disponibilizados pela Instituição de Ensino;
- deverá manter o(a) pedagogo(a) informado(a) sobre o desenvolvimento das crianças em cada planejamento;
- orientar os docentes sobre a construção dos relatórios individuais da aprendizagem das crianças por trimestre.



### 5.9.3 Reunião Geral

Na reunião geral, o gestor escolar deve envolver todos os docentes, pedagogo e a coordenação escolar, que ocorrerá semanalmente, com duração previamente planejada e o gestor deve:

- escolher um docente para redigir a ata da reunião, que será assinada por todos após o término;
- apresentar a pauta da reunião;
- tratar dos assuntos propostos na pauta;

- destinar momentos para que os docentes possam compartilhar experiências e discutirem assuntos relacionados as aulas;
- apresentar e alinhar as ações de Parcerias Institucionais e outras; e
- organizar, formações internas voltadas para a compreensão e apropriação das particularidades da Educação Infantil.

### 5.10 AGENDAS

A agenda é um instrumento de registro para organizar o trabalho educacional a ser desenvolvido pela Instituição de Ensino, além de possibilitar melhor comunicação interna na Instituição, bem como, para com os familiares das crianças.

Na Instituição de Ensino da Educação Infantil, será adotada a Agenda de Comunicação e Agenda de Trabalho Institucional.

#### 5.10.1 Agenda de Comunicação

A agenda de Comunicação com a família, do docente, é um instrumento que servirá de comunicação entre Instituição de Ensino e família, onde

serão enviados bilhetes, informes, convocações, reuniões, plantão dos responsáveis.

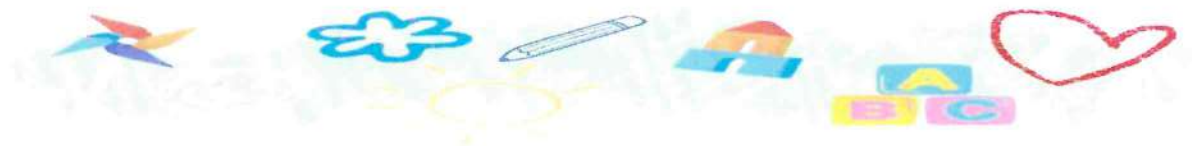




### 5.10.2 Agenda de Trabalho Institucional

A agenda de Trabalho Institucional tem por objetivo relacionar os acontecimentos previstos na semana, quinzena, trimestre, semestral e anual

das ações que serão ou acontecerão na Instituição de Ensino e afixada em local de visibilidade.



# ***6. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL***





## 6.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A equipe responsável pela Educação Infantil será composta pelos seguintes membros:

- Técnico Pedagógico;
- Nutricionistas da equipe de Alimentação Escolar;

- Técnico do Transporte Escolar;
- Técnico de Inspeção Escolar;
- Técnico do Setor de Diversidade; e
- Professor Formador.

## 6.2 INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A equipe de profissionais das Instituições de Educação Infantil será composta pelos seguintes membros:

- Gestor Escolar;
- Técnico Pedagógico;
- Auxiliar de Secretaria Escolar;
- Docentes;
- Auxiliar de Educação Infantil;

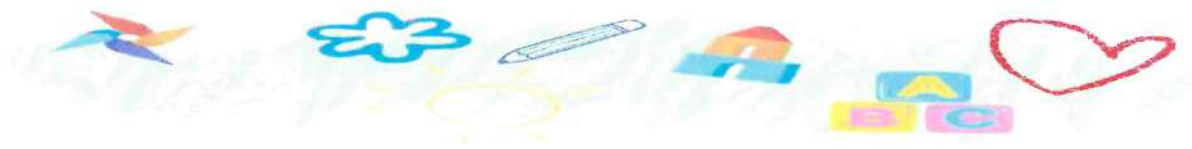
- Auxiliar da Sala de Leitura;
- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Cuidador;
- Mediador do Laboratório de Informática educativa;
- Merendeira; e
- Porteiro.

### 6.2.1 Gestor Escolar

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- distribuir as orientações específicas de cada função, encaminhadas pela Assessoria;
- coordenar a elaboração coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional

- PDI, do Programa de Autoavaliação Institucional - PAI, da Proposta Política Pedagógica - PPP e do Plano de Ação da Instituição de Ensino, acompanhando a execução e promovendo sua avaliação contínua;
- executar o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das



ações previstas no Plano de Ação da Instituição de Ensino relacionado às suas atribuições e garantir o planejamento, execução, monitoramento, avaliação e replanejamento das etapas previstas no processo ensino aprendizagem;

- assegurar tempo e espaço para o desenvolvimento das práticas e vivências do Protagonismo Infantil;
- acompanhar e monitorar o fluxo das crianças, no que diz respeito às solicitações de transferência para outras Instituições de Ensino ou desistência de vaga(creche);
- criar condições para a viabilização da formação continuada da equipe escolar;
- viabilizar as condições adequadas para o funcionamento pleno da Instituição de ensino quanto às instalações físicas, ao relacionamento escolar, à efetividade do processo ensino aprendizagem e à participação da comunidade;
- interagir com os familiares / responsáveis das crianças, com a comunidade, as lideranças locais, as

instituições públicas e privadas para a promoção de parcerias que possibilitem a consecução das ações da Instituição de Ensino, no modelo da corresponsabilidade;

- reunir-se com a equipe gestora para as providências acerca dos registros recebidos da equipe escolar, relatando situações atípicas do cotidiano da Instituição de Ensino observadas nos diversos espaços, tais como: desvio de conduta, dificuldade de relacionamento e comportamentos atípicos.
- viabilizar a avaliação institucional, envolvendo toda a comunidade escolar em busca de melhoria dos processos da Instituição de Ensino;
- garantir que todos exercitem a Pedagogia da Presença com início no acolhimento diário realizado pela equipe gestora, até a recepção dos docentes as crianças em sala de aula;
- responsabilizar-se pela busca ativa das crianças infrequentes ou com tendência à evasão escolar; e
- acompanhar a execução das atividades listadas no Plano de Ação da Instituição de Ensino.

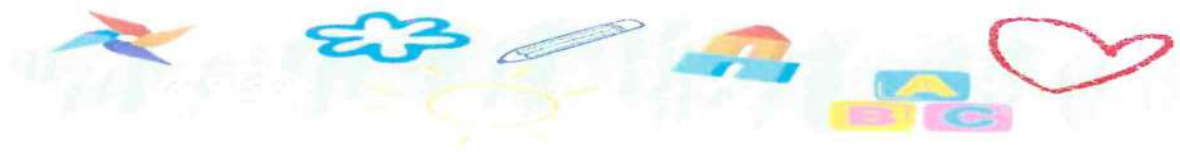




### 6.2.2 Técnico Pedagógico

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- apoiar e auxiliar o gestor escolar na elaboração, coordenação, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, do Plano de Avaliação Institucional - PAI, da Proposta Político Pedagógica - PPP e do Plano de Ação da Instituição de Ensino;
- executar, em conjunto com a equipe gestora, o planejamento, a efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no plano de ação da Instituição de Ensino relacionado às suas atribuições e garantir o planejamento, execução, monitoramento, avaliação e replanejamento das etapas previstas no processo ensino aprendizagem;
- participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade da criança seja o ponto de partida, para o seu redirecionamento pedagógico;
- monitorar o planejamento curricular do corpo docente, de forma individualizada e coletiva;
- monitorar a execução das atividades listadas no Plano de Ação da Instituição de Ensino;
- estimular o aperfeiçoamento sistemático do corpo docente, por meio de cursos, seminários, encontros e outros mecanismos adequados, em conjunto com gestor escolar;
- disseminar práticas inovadoras, visando ao aprofundamento teórico e garantindo o uso adequado dos espaços de aprendizagem e recursos tecnológicos disponíveis na Instituição de Ensino;
- estimular e incentivar a Pedagogia da Presença com toda a Comunidade Escolar, mantendo um ambiente favorável ao processo de ensino aprendizagem;
- executar, em conjunto com a equipe escolar, o planejamento, à efetivação, a checagem e a avaliação das ações previstas no Plano de Ação da Instituição de Ensino relacionado às suas atribuições e garantir que todas as etapas do processo sejam efetivadas;
- coordenar, validar, acompanhar e ajustar as ações dos docentes;
- garantir a unidade da ação pedagógica, por meio do



gerenciamento das atividades relacionadas ao processo ensino aprendizagem, com vistas à permanência da criança na Instituição de Ensino;

- assegurar o alinhamento e o desenvolvimento dos Objetivos de Aprendizagens dos 5 (cinco) Campos de Experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular;
- analisar os indicadores educacionais da Instituição de Ensino, buscando, coletivamente, alternativas para solução dos problemas e propostas de intervenção no processo de ensino aprendizagem;
- produzir relatório escolar periódico com resultados do monitoramento de indicadores de frequência (a fim de subsidiar a busca ativa) e de resultados acadêmicos das crianças (a fim de subsidiar intervenções pedagógicas), da Base Nacional Comum Curricular;
- coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos projetos desenvolvidos na Instituição de Ensino, sistematizando-os por meio de registros e relatórios e divulgando os resultados;
- coordenar junto com o gestor escolar, a reunião geral e o Conselho de Classe,

em todas as fases, buscando identificar e intervir nas dificuldades das crianças, registrando informações que subsidiem ações futuras;

- diagnosticar a necessidade e propor ações de formação continuada da equipe escolar;
- acompanhar e avaliar as aulas dos docentes, realizando todos os registros necessários;
- assegurar a execução das atividades listadas no Plano de Ação da Instituição de Ensino;
- identificar necessidades de natureza socioemocional entre as crianças e articular procedimentos de encaminhamentos para atendimento externo, quando necessário;
- diagnosticar, junto ao corpo docente dificuldades de aprendizagem do discente, sugerindo medidas que contribuam para sua superação;
- coordenar ações para atender a criança, individualmente e em grupo, utilizando e diversificando técnicas que permitam diagnosticar, prevenir e acompanhar as situações que resultem no baixo rendimento.





### 6.2.3 Auxiliar de Secretaria Escolar

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- realizar tarefas de apoio às atividades de secretaria escolar;
- atender ao público interno e externo, prestando informações, anotando recados, recebendo correspondências e efetuando encaminhamento;
- digitar textos, documentos e tabelas;
- operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros;
- organizar e manter um arquivo privado de documentos referentes ao setor, procedendo à classificação, etiquetagem e guarda dos mesmos, para conservá-los e facilitar a consulta; manter atualizada a escrituração de livros, fichas e documentos relativos à vida da instituição de ensino a que pertence, à vida profissional dos docentes e à vida escolar das crianças;
- atender o gestor e professor de suporte pedagógico em suas solicitações dentro do prazo estabelecido; manter atualizada e ordenada toda legislação de ensino, bem como os dados estatísticos;
- lavrar e subscrever todas as atas; redigir ofícios, memorandos e relatórios;
- preencher documentos, tabelas e outros formulários que se fizerem necessários;
- protocolar, registrar, arquivar e manter organizada a documentação da Instituição de Ensino;
- zelar pelo uso e conservação de materiais, mobiliários e equipamentos sob sua responsabilidade;
- garantir que as matrículas sejam feitas de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação;
- consultar sempre a documentação de apoio, para efetuar as matrículas corretas;
- atender para que os serviços de secretaria sejam feitos rigorosamente em dia, mesmo nos períodos de férias; atender as transferências, analisando se estão dentro da legislação em vigor;
- preencher com clareza e precisão os relatórios, ficha individual, histórico e boletins; e;
- executar outras atividades correlatas.



#### 6.2.4 Docente

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- participar ativamente na elaboração do Plano de Ação da Instituição de Ensino a ser desenvolvido e monitorado pelo eixo Gestor da Instituição de Ensino;
- elaborar e cumprir o Plano de Ensino, Plano de Aulas, em consonância com o Plano de Ação da Instituição de Ensino e com a proposta pedagógica da Instituição de Ensino;
- assegurar o desenvolvimento dos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento da Base Nacional do Comum Curricular, assegurando a aplicação dos fundamentos, dos princípios e dos conceitos da Proposta Pedagógica;
- utilizar metodologias de trabalho que, respeitando a Proposta Político Pedagógica da Instituição de Ensino, promovam a inclusão, a solidariedade, a troca de experiências, a aprendizagem e contribuam para a Educação Integral das crianças;
- identificar, em conjunto com o pedagogo da Instituição de Ensino, as situações de necessidades de atendimento diferenciado para o devido encaminhamento da criança;
- diagnosticar regularmente as dificuldades de aprendizagem da criança sugerindo medidas que contribuam para superá-las;
- participar das reuniões gerais, de pais/familiares/responsáveis e do Conselho de Classe, fornecendo, quando necessário, informações sobre o desempenho das crianças;
- propor, discutir, apreciar e coordenar projetos para sua ação pedagógica;
- promover ações de melhoria constante do clima institucional entre toda a comunidade escolar, bem como o crescimento dos resultados da Instituição de Ensino e da excelência acadêmica; e
- elaborar Plano Educacional Individualizado – PEI, para as crianças que são público-alvo da Educação Especial.

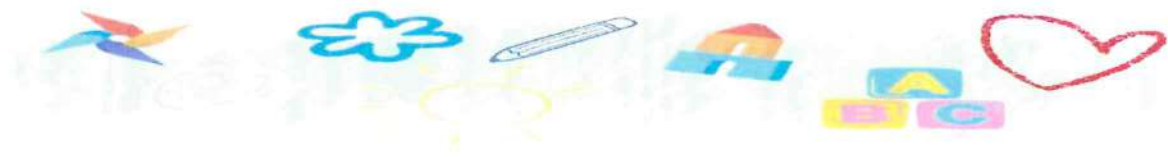




### 6.2.5 Auxiliar de Educação Infantil

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- realizar tarefas relacionadas a ações indissociáveis do cuidar e educar com higienização, cuidado e atenção às crianças, visando auxiliar o docente numa perspectiva do bem-estar físico, social e emocional, primando pelo desenvolvimento da criança em todas as situações de interação;
- acompanhar e apoiar as crianças no desenvolvimento das atividades planejadas e desenvolvidas nos diferentes espaços e tempos intra e extra-escolar, de acordo com o projeto político pedagógico da Instituição de Ensino;
- zelar pelo bem-estar das crianças, preocupando-se sempre com a limpeza e ventilação dos locais por elas frequentados, bem como deixá-los em ordem ao finalizar as tarefas, prevendo a saúde de forma integrada;
- priorizar o atendimento à criança, assegurando sua permanência no âmbito escolar;
- estimular, orientar e apoiar todas as crianças quanto à sua higienização, alimentação e locomoção, visando seu pleno desenvolvimento;
- auxiliar as crianças durante as refeições, respeitando preferências, ritmos e hábitos alimentares individuais, promovendo sua autonomia;
- zelar pela limpeza e organização dos ambientes frequentados pelas crianças;
- respeitar o ritmo fisiológico da criança: sonos, evacuações, sensações de frio e de calor, entre outros;
- participar ativamente com as crianças durante todo o período de atividades;
- proporcionar momentos em que as crianças tenham acesso a brinquedos e materiais em espaços adequados, arejados, limpos e seguros;
- participar de eventos, reuniões e formações, sempre que convocado; e
- executar outras atividades correlatas.



### 6.2.6 Auxiliar da Sala de Leitura

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- atender e auxiliar os leitores na pesquisa e procura de livros;
- organizar e atualizar livros, revistas e outros periódicos;
- ordenar os livros, revistas, jornais e documentos nas estantes;
- receber e guardar os livros, documentos, revistas e jornais em seus respectivos lugares;
- catalogar, registrar e classificar os livros, revistas e periódicos;
- preencher e ordenar as fichas dos leitores;
- fazer empréstimos de livros, revistas, jornais e outros periódicos, controlando as devoluções;
- receber doações de livros, revistas e outras publicações;
- elaborar e executar pesquisas junto aos leitores para a determinação de compra de livros e periódicos;
- participar de cursos, palestras, seminários, etc.;
- divulgar eventos culturais desenvolvidos pela sala de leitura;
- manter estantes limpas e organizadas;
- elaborar relatórios e/ou mapas estatísticos sobre suas atividades; e
- executar outras tarefas correlatas.

### 6.2.7 Auxiliar de Serviços Gerais

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- executar tarefas de natureza rotineira de limpeza em geral, nas dependências de edifícios públicos municipais;
- auxiliar em tarefas de copa e cozinha;
- limpar recintos e acessórios: limpar e arrumar as dependências de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas, varrendo, lavando, secando, passando pano e encerando assoalhos, pisos, escadas, ladrilhos, vidraças e superfícies em geral; limpar fachadas; aspirar pó; manter a devida higiene das instalações sanitárias; remover o pó de móveis, paredes, tetos, janelas e





equipamentos; coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-o adequadamente;

- higienizar utensílios e equipamentos: lavar utensílios e objetos de adornos; secar louças; esterilizar instrumentos e materiais;

- limpar equipamentos; limpar balcão e bancada; retirar restos de comida; limpar mesa; remover ou arrumar móveis e utensílios; limpar cortinas e persianas;

- planejar sistematização de trabalho: verificar a existência de materiais e equipamentos de limpeza e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a

necessidade de reposição, quando for o caso;

- verificar validade e qualidade de produtos químicos e de limpeza; preparar produtos;

- diluir produtos (químicos e de limpeza);

- dosar produtos químicos;

- manter arrumado o material sob sua guarda;

- comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; e

- executar outras tarefas correlatas.

### 6.2.8 Cuidador

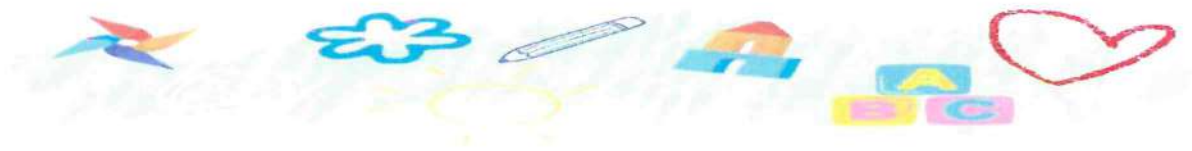
O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- executar serviços de atendimento às crianças da Educação Infantil, inclusive as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação em suas atividades e necessidades diárias, bem como acompanhar as atividades

educacionais, dentro ou fora do período escolar regular;

- manter espírito de cooperação, cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe escolar e com a comunidade em geral;

- dispensar atenção, carinho e respeito às crianças, permanecendo de prontidão aos chamados;



- incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre as crianças, entre os de a comunidade em geral, visando a construção de uma sociedade solidária, justa e democrática;
- brincar com as crianças e compartilhar observações destinadas a sinalizar os avanços pessoais e as possibilidades de superação de dificuldades, de modo a construir uma imagem positiva de si mesma;
- conservar e manter em ordem todos os ambientes da Instituição de Ensino, tais como almoxarifado, armários, estantes, locais ou objetos;
- assistir as crianças nos seus deslocamentos, refeições, cuidados de saúde, higiene íntima e pessoal, e demais atividades;
- zelar pela efetiva recepção e entrega das crianças ao chegarem ou partirem das unidades;
- executar, com segurança, as manobras posturais de transferência, movimentação e locomoção das crianças, para a realização das atividades educacionais;
- executar outras tarefas, inclusive administrativas, determinadas pelo superior imediato;
- garantir que as crianças com limitações de locomoção realizem as atividades propostas pelos docentes durante as aulas, viabilizando sua efetiva participação na Instituição de Ensino; e
- executar outras atividades correlatas.

### 6.2.9 Mediador do Laboratório de Informática Educativa

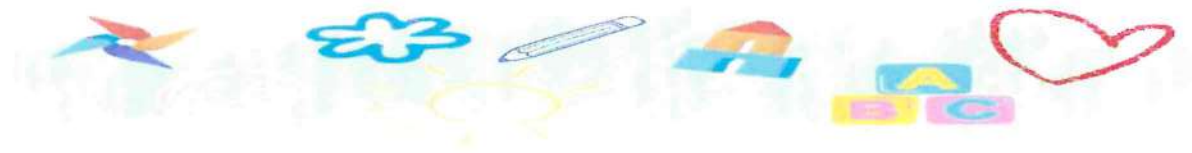
O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- dar condições para que a comunidade escolar (principalmente os docentes, crianças e pedagogos) possa interagir com os computadores e demais equipamentos, integrando-os às suas práticas pedagógicas ou às disciplinas do currículo;
- propiciar aos docentes e as crianças a apropriação crítica das mídias e seus impactos nas formas de ser, pensar, agir e se relacionar no/com o mundo;
- criar um ambiente de cordialidade e de aprendizagem mútua a partir das relações de parceria e de cooperação com as crianças, e entre as crianças e os docentes;





- ter iniciativa para propor atividades e projetos junto aos profissionais da Educação, procurando romper as barreiras, dificuldades ou resistências em relação ao uso das novas tecnologias educacionais;
- participar de reuniões de planejamento com o pedagogo da Instituição de Ensino, incentivando os docentes a utilizarem o laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades, pesquisas, elaboração de projetos, capacitação e outras atividades afins;
- propor o desenvolvimento de projetos cooperativos ou atividades extracurriculares ou curriculares, utilizando temas emergentes, evitando assim a ociosidade do laboratório;
- possibilitar ao docente autonomia para propor as atividades e projetos que quiser;
- implementar para que ele atue na gestão de seu interesse;
- incentivar projetos colaborativos envolvendo docente, crianças, Instituição de Ensino e comunidade utilizando recursos variados;
- fornece informações sobre uso dos softwares instalados ou sobre outras aplicações ou conceitos requeridos pelos docentes, para o desenvolvimento de suas atividades no laboratório;
- elaborar cronograma de atendimento ou agendamento de aulas, no horário da turma;
- assessorar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC – nos outros espaços pedagógicos da Instituição de Ensino (bibliotecas, salas de aula, secretaria, etc.);
- criar um ambiente motivacional de alfabetização, socialização e comunicação, colocando cartazes, reportagens e outros recursos que facilitem a troca de conhecimento e informação;
- provocar o pensar sobre o pensar, ao analisar com o grupo os problemas que estão sendo implementados, e estimular cada criança a formalizar seu problema, a alternativa de solução adotada, as dificuldades encontradas e as novas descobertas;
- incentivar a formação continuada individual e coletiva de docentes no uso das novas tecnologias na Educação;
- realizar oficinas pedagógicas, projetos e/ou atividades no laboratório de informática, utilizando de softwares



educacionais e outras práticas pedagógicas;

- decidir sobre as ações desenvolvidas no laboratório, inclusive controlando a

disciplina das crianças nesse ambiente, juntamente com docente regente; e

- executar outras atividades correlatas.

### 6.2.10 Merendeira

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- organizar e supervisionar serviços de cozinha em Instituição de Ensino, auxiliando no planejamento de cardápios e elaborando o pré-preparo, o preparo e a finalização de alimentos de acordo com o cardápio estabelecido, e servir merenda escolar, requisitar materiais;

- especificar alimentos; otimizar o uso dos equipamentos;

- solicitar manutenção de equipamentos;

- identificar necessidade de novos equipamentos;

- assessorar compras de equipamentos e utensílios;

- testar receitas;

- planejar estocagem; informar necessidade de matérias primas;

- interpretar manuais de procedimentos; interpretar receitas;

- atender as orientações do nutricionista;

- organizar utensílios de trabalho;

- higienizar equipamentos, utensílios e bancada;

- verificar funcionalidade dos equipamentos;

- observar padrão de qualidade dos alimentos;

- organizar ingredientes conforme produção;

- guardar produtos não utilizados;

- lavar equipamentos e utensílios;

- embalar lixo; retirar lixo da cozinha;

- lavar cozinha;

- fechar instalações e dependências;

- proceder estocagem e conservação de alimentos;

- verificar condições dos alimentos para reaproveitamento;

- controlar temperatura de alimentos;





- etiquetar alimentos;
- acondicionar alimentos para congelamento;
- armazenar alimentos de acordo com as normas de higiene;
- controlar armazenamento de alimentos; e
- executar outras tarefas correlatas.

### 6.2.11 Porteiro

O referido profissional possui as seguintes atribuições:

- executar tarefas inerentes à segurança e vigilância dos bens, espaços públicos, edifícios e logradouros que compõem o acervo do patrimônio municipal, com fim de cobrir depredações, arrombamentos, invasões e outros tipos de ações criminosas;
- zelar pela guarda do patrimônio: proceder à ronda diurna ou noturna nas dependências de prédios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão devidamente fechadas;
- examinar as instalações hidráulicas e elétricas dos prédios que compõem o acervo municipal, tomando as providências necessárias na ocorrência de fatos imprevistos; acender e apagar lâmpadas dos prédios;
- proceder à vigilância diurna e noturna nas áreas e logradouros públicos; proceder à vigilância de veículos, máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- executar vigilância no sentido de proteger os bens artísticos, culturais, cívicos, ambientais, estéticos, históricos e / ou outros;
- relatar avarias nas instalações; prevenir incêndios;
- controlar o fluxo de pessoas: identificar as pessoas;
- revistar as pessoas; interfonar; encaminhar o visitante;
- controlar a movimentação das pessoas; prestar primeiros socorros;
- acionar a Polícia Militar através do telefone 190, e o Corpo de Bombeiros por intermédio do 193;

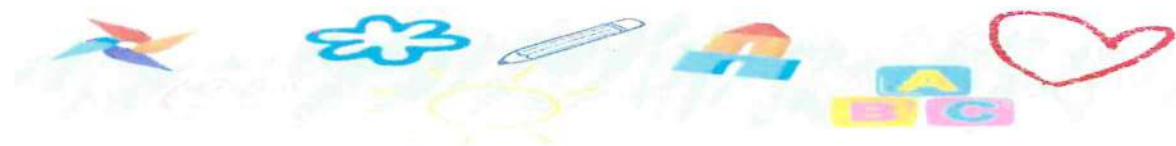


- orientar pessoas: orientar visitantes; informar sobre normas e procedimentos;
- orientar sobre eventos;
- executar vigilância junto as crianças, no sentido de orientá-los e protegê-los quanto ao tráfico de drogas, roubo e marginalização;
- executar vigilância junto as crianças, no sentido de orientá-los a evitar a propagação da promiscuidade e pornografia, e a divulgação de ideias destruidoras da família;
- prestar informações ao público quanto à localização de serviços e de funcionários;
- comunicar-se: falar ao telefone; comunicar-se por sinais; transmitir recados; lidar com o público; operar rádios, interfones, PABX e sistema telefônico (ramal); redigir relatórios; informar os regulamentos aos interessados; e
- executar outras atividades correlatas.





# 7. AVALIAÇÃO



Uma das características da Rede de Ensino do Município de João Neiva é compreender e valorizar os processos avaliativos como estratégia para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem e de tomada de decisões a respeito da qualidade dos processos educacionais. Não é para menos que um amplo sistema de avaliações, que articulam dados externos e internos, tem se consolidado e aprofundado a experiência da rede nesse âmbito das políticas públicas de Educação Básica.

Segundo Hoffmann (2014), a avaliação mediadora (desafiadora e provocativa) permite ao docente propor à criança desafios adequados a partir do que foi observado e refletido por ele, possibilitando que esta construa, de maneira mais significativa possível, os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento.

De acordo com Hoffmann (2014) dois princípios embasam a avaliação mediadora: princípio da individualização, que consiste em observar e cuidar por mais tempo da criança que estiver precisando de maior apoio em determinado momento, preservando a liberdade de cada uma e refletindo acerca de ações educativas pertinentes aos interesses de todas; e

princípio da mediação, que indica a intenção em desenvolver estratégias pedagógicas desafiadoras de modo que as crianças evoluam em todas as áreas do conhecimento, seguras e com iniciativas para inventar, descobrir e experimentar.

Na Rede Municipal de Ensino de João Neiva as Instituições de Ensino realizam diagnóstico inicial nas turmas da Educação Infantil, para embasar o planejamento diário e trimestral e as práticas pedagógicas conforme as orientações da rede pautados nos documentos orientadores como a Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo do Espírito Santo e as legislações do município de João Neiva.

Os dias, são permeados de necessidades e de surpresas e o desenvolvimento da criança é variado e complexo por natureza. É necessário que assim seja, pois a prática de acompanhar o desenvolvimento da criança nos remete a uma observação criteriosa, cuidadosa, amorosa e sistemática deste processo, assim como a utilização de instrumentos que permitam o registro do que se observa de cada uma em sua busca de conhecimento de mundo.





O relatório de aprendizagem é um instrumento avaliativo que respalda as intervenções necessárias ao processo educacional dessa etapa de ensino. E possibilita o planejamento de ações por parte da Secretaria Municipal de Educação para o enfrentamento das fragilidades e qualificação e melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Ressaltando que, mesmo sendo notadamente uma responsabilidade do docente, conforme a BNCC, a tarefa de refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BNCC, 2017,), este trabalho não se faz individualmente, pois tanto demanda discussão com a equipe gestora como articulação com os dados dos relatórios de sistema, a fim de constituir um diagnóstico para mapear a realidade do atendimento educacional dos grupos etários na Rede Municipal de Ensino.

Para orientar a perspectiva de avaliação na Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº 5, CNE/CEB, 2009) dispõe em seu artigo 10º:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;



V - A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Se refletirmos um pouco sobre cada um dos incisos definidos nas DCNEI, teremos um documento esclarecedor dos processos de avaliação e registros que devem caracterizar a primeira etapa da Educação Básica.

Fazer a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano demanda dos docentes descolar-se de indicadores restritos a definição do tipo “a ser trabalhado,” alcançou” e” em desenvolvimento”, pois esses não dizem muita coisa a respeito de como cada criança está desenvolvendo, participando das propostas pedagógicas e apropriando-se das diferentes habilidades. As perguntas que podem nos mobilizar aqui são:

O que foi proposto no período observado para favorecer determinados objetivos de aprendizagens e desenvolvimento das crianças?

Como as crianças foram participando e aprendendo no contexto dessas propostas?

Como ocorreu o percurso de aprendizagem e desenvolvimento da criança diante das interações e intervenções propostas pelo docente?

Para tanto, é importante que o docente não deixe para realizar os registros desse acompanhamento apenas na época de redigir os relatórios descritivos das aprendizagens e desenvolvimento das crianças. É fundamental registrar diariamente no caderno de registro as observações da aprendizagem, desenvolvimento integral da criança, documentando continuamente aspectos desses processos de aprendizagem o qual terá subsídios para a construção do relatório descritivo de cada criança ao final de cada trimestre.

A fim de favorecer esse processo de documentação pedagógica, coloca-se ainda a necessidade de utilizar múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.), que nos ajudam a construir, usando múltiplas linguagens, essa memória do percurso da criança na Educação Infantil.

Relatórios que convergem imagens das crianças, na interação com sua turma de colegas e adultos que a acompanham nessa jornada, com reflexões escritas pelos docentes registrando e comentando suas conquistas e especificidades de suas aprendizagens enriquecendo os registros e ficando mais completos.





As crianças também podem participar da construção desses documentos. Seja o docente leitor compartilhando com os grupos etários numa retomada do que viveram naquele trimestre.

Mas, como deve ser o fluxo dessa documentação? Com que periodicidade deve ser compartilhada com as famílias, por exemplo? Essas são questões que devem equacionar as orientações dadas pela Secretaria Municipal de Educação, responsável por orientar a documentação escolar das crianças que estão matriculadas, com as definições que a gestão da Instituição de Ensino define, junto com sua equipe. Nessa definição, não se pode perder de vista dois dos objetivos desses registros.

O primeiro objetivo que é permitir às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem delas na Educação Infantil. Nesse sentido, a entrega do relatório descritivo de aprendizagens e desenvolvimento da criança é importante, mas não suficiente.

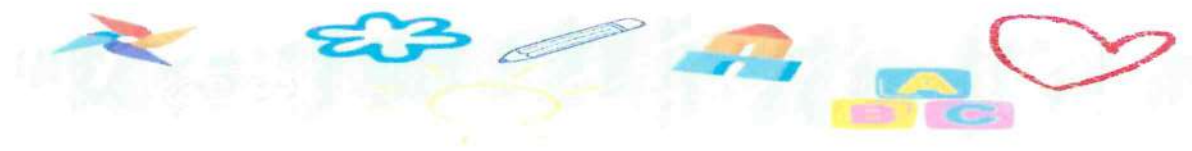
É importante documentar a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes

momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental), pois, ao final de cada trimestre as famílias têm acesso aos relatórios e uma cópia é arquivada na ficha de matrícula das crianças.

Esse instrumento avaliativo da Aprendizagem e Desenvolvimento da criança irá acompanhá-las nas turmas seguintes da Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Uma documentação transparente, vislumbra, fortalece e esclarece o trabalho que é desenvolvido na Educação Infantil, ajudando a dar visibilidade e amplitude de aprendizagens que acontecem nessa etapa da educação, fortalecendo a importância do acesso e permanência das crianças nas instituições de ensino e o desenvolvimento de um currículo embasado no protagonismo infantil.

Por fim, e não menos importante, a avaliação não permite, em hipótese alguma, a retenção das crianças na Educação Infantil. Tal como define a BNCC:

Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos docentes quanto pelas crianças (como



relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os Direitos de Aprendizagem de todas as crianças (BNCC, 2017).

A definição desse currículo de, em diálogo com a BNCC, nos inspira a avançar na avaliação e registros buscando aprimorar o acompanhamento das práticas pedagógicas e as aprendizagens. Para tanto, há que se garantir nos registros informações sobre:

- Garantir os seis direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, contextualizados aos Campos de Experiências.

- A forma como os docentes respondem às manifestações e às interações das crianças;
- Os agrupamentos que as crianças formam na execução de uma atividade;
- Como as crianças participam (individual e coletivamente), sua auto-organização, envolvimento na atividade, interação social, dentre outros;
- O material disponibilizado, o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades;
- O docente deve ter a prática de documentar todos os processos educativos vivenciado por ele/ela e pelas crianças por meio instrumentos coletivos e individuais e que vão ampliando a participação das crianças na construção dessas documentações enriquecendo a legitimidade da construção da memória escolar que tem como autores os profissionais da Instituição, familiares e as crianças.





## 7.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A Avaliação Diagnóstica é elaborada por Campo de Experiência da Base Nacional Comum Curricular para as crianças da Educação Infantil, com o objetivo principal de diagnosticar as aprendizagens/habilidades já desenvolvidas e as que não foram ainda consolidadas pelas crianças, considerando os conhecimentos

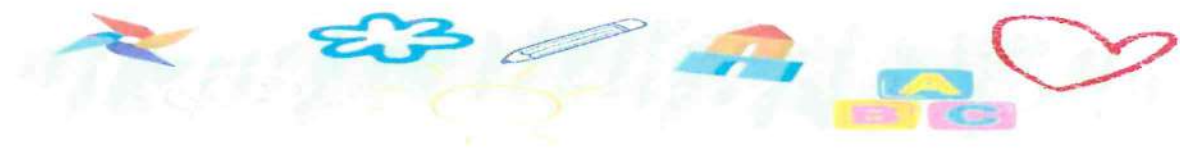
essenciais, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para nortear o planejamento das equipes gestoras das Instituições de Ensino e Secretaria Municipal de Educação, além de subsidiar as propostas de intervenção pedagógica para o ano letivo.

### 7.1.1 Avaliação Diagnóstica em Rede

A Avaliação Diagnóstica em Rede é uma ação de grande importância para o planejamento da equipe gestora, pois é a partir dos resultados que teremos elementos pedagógicos para organizar o plano de trabalho das Instituições de Ensino, levando em consideração as necessidades de aprendizagem das crianças. De posse dos resultados dos diagnósticos, faz-se necessário planejar práticas pedagógicas de ensino que assegurem que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento a serem trabalhados com as crianças que possam desenvolver habilidades e competências que estejam de acordo

com suas necessidades de aprendizagem, conforme as Diretrizes Curriculares da Educação infantil da Rede Municipal de João Neiva, subsidiando, assim, a elaboração do seu plano de trabalho.

Serão realizados momentos diagnósticos da evolução do grafismo (desenho infantil) e hipótese da escrita e diagnóstico por Campos de Experiência ao longo do ano letivo, com foco no planejamento e na implementação de políticas públicas na Rede Municipal de João Neiva.



### 7.1.2 Avaliação Diagnóstica da Instituição de Ensino

A Avaliação Diagnóstica a ser realizada pela Instituição de Ensino é uma ação fundamental do processo de ensino aprendizagem com o objetivo de buscar as melhores condições de desenvolvimento pedagógico e ações que atendam às especificidades de cada criança. A partir dos resultados, os docentes e equipe gestora terá dados para elaborar seu Plano de Ação (no início do ano letivo) e realizar os ajustes necessários (nos objetivos de aprendizagem, metodologias e etc.) entre trimestres, no decorrer do ano letivo.

O diagnóstico é planejado utilizando os objetivos de aprendizagens dos Campos de Experiências, é muito importante respeitar o tempo de adaptação das crianças às rotinas da

Instituição de Ensino, garantindo assim que não ocorram distorções no processo.

As Instituições de Ensino realizam a cada dois meses a Avaliação do Grafismo Infantil nas Creches e a Avaliação da Hipótese de Escrita na Pré-escola, com a orientação do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Como forma de acompanhar e monitorar o trabalho pedagógico das Instituições de Ensino, a equipe gestora deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os demonstrativos dos resultados alcançados ao longo dos trimestres e as ações a serem desenvolvidas para alcançar as habilidades e competência de cada grupo etário.

### 7.2 AVALIAÇÃO TRIMESTRAL

A Avaliação Trimestral constitui um dos elementos para a reflexão e a transformação da prática escolar e tem por princípio o aprimoramento da qualidade de ensino.

De acordo com as Diretrizes Comuns para as Instituições de Ensino da Rede

Municipal de João Neiva – Estado do Espírito Santo, 2020, em seu artigo 227(duzentos e vinte e sete), na Educação Infantil, a avaliação deve assumir um caráter essencialmente orientador, entendido como instrumento de diagnóstico do desenvolvimento do bebê, da criança bem pequena e da

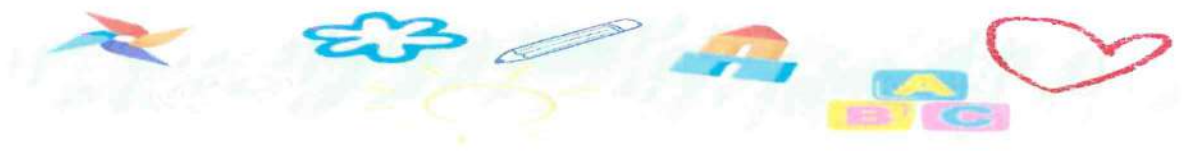




criança pequena e da tomada de decisões de verificação da qualidade do trabalho docente, sendo feita por meio de registro de dados e informações, levando-se em conta o desenvolvimento da criança no aspecto sócio-afetivos, cognitivos e psicomotor, possibilitando ao docente acompanhar o seu progresso sem a preocupação de notas para promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

No artigo 246 (duzentos e quarenta e seis), inciso I que trata da avaliação do

aproveitamento escolar e assiduidade do discente previsto nas Diretrizes Comuns para as Instituições de Ensino da Rede Municipal de João Neiva – Estado do Espírito Santo, 2020, as crianças serão avaliadas durante os trimestres em três momentos com instrumentos diferentes sendo estes: Relatório Individual de desenvolvimento e aprendizagem, Instrumento de Acompanhamento das Etapas Evolutivas do Grafismo Infantil e Instrumento de Acompanhamento da Construção do Sistema de Escrita.



# ***8. REGISTROS ESCOLARES***





Em se tratando dos registros escolares será adotado o Plano de Ensino com um instrumento primordial ao planejamento dos docentes, pois possibilita organizar os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que serão desenvolvidos em cada Campo de Experiências no decorrer de cada trimestre do ano letivo.

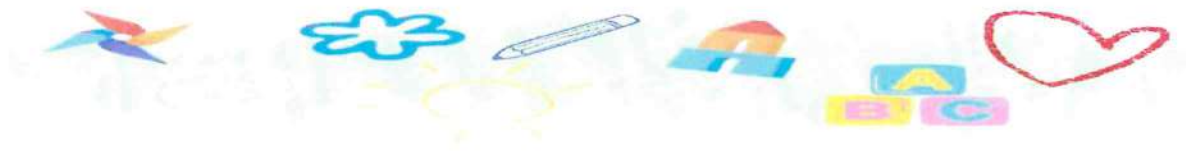
Os objetivos de Aprendizagem e desenvolvimento do Currículo, bem como as atividades desenvolvidas na rotina diária, do cotidiano da sala de aula, devem ser registrados nos Diários Classe Digital de cada turma conforme a organização curricular por Campos de Experiências nas turmas da Educação Infantil. Tendo como objetivo documentar o trabalho pedagógico realizada pelo docente e os resultados em relação a frequência e desenvolvimento e aprendizagem da criança diante no processo educacional.

O Relatório Individual de Aprendizagem e Desenvolvimento descritivo, também é um instrumento de grande relevância

educacional, pois nele o docente regente, descreve trimestralmente o desenvolvimento de cada criança, destacando os avanços na aprendizagem, bem como as crianças que se encontram em processo de desenvolvimento diante das intervenções feitas pelos docentes.

Nas áreas específicas como Arte, Aprofundamento de Leitura, Educação Física e Múltiplas Linguagens os docentes deverão registrar em uma ficha objetiva as habilidades alcançadas pelas crianças, porém ressalta-se a importância de registrar de forma descritiva as aprendizagens relevantes.

O Plano Educacional Individualizado - PEI é um instrumento de planejamento e acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças público-alvo da Educação Especial, cuja referência é o currículo comum utilizado pela Rede Pública Municipal de Ensino, sendo elaborado considerando, as competências, as potencialidades e trajetória individual.



# **9. CONSELHO DE CLASSE**





É o momento em que docentes, equipe pedagógica e gestão se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem das crianças.

Nas Diretrizes Comuns para as Instituições de Ensino da Rede Pública

Municipal de João Neiva, Estado do Espírito Santo, 2019, subseção II, do Conselho de Classe, artigos 33 a 36, constam todas as orientações legais para a execução dele.

O Conselho de Classe seja organizado em 03 (três) momentos Pré-Conselho, Conselho de Classe e o Pós-Conselho.

### 9.1 PRÉ-CONSELHO DE CLASSE

A etapa do Pré-Conselho é o momento em que se realiza o levantamento de dados do processo ensino e aprendizagem das crianças junto aos docentes para análise, observações,

encaminhamentos didáticos, metodológicos realizados e outros, de forma agilizar a tomada de decisões no Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

### 9.2 CONSELHO DE CLASSE

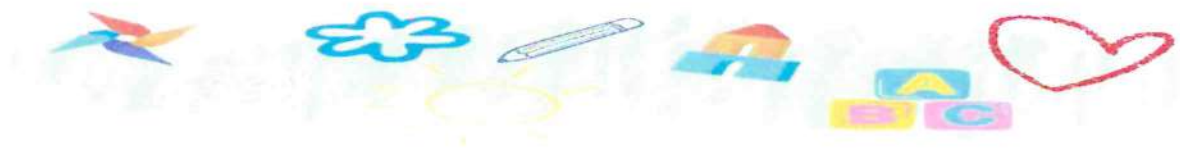
A etapa do Conselho de Classe é o momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao

resultado do diagnóstico e definição em equipe das ações que favoreçam o ensino e aprendizagem das crianças.

### 9.3 PÓS-CONSELHO DE CLASSE

É a etapa em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas. As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como os avanços obtidos pela criança na aprendizagem nos diversos Campos de Experiências, a

metodologia de trabalho utilizados pelo docente, as situações de inclusão, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes, plano de ação para atingir os objetivos e metas propostas e outros critérios planejados



para melhor desempenho acadêmico da criança.

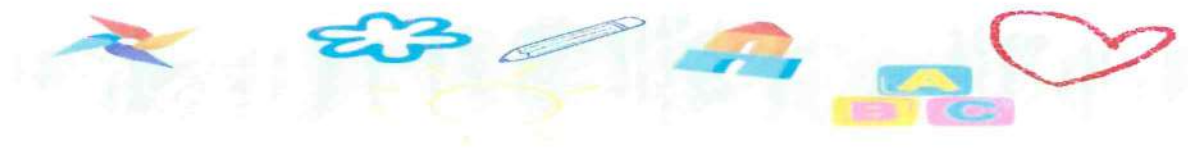
Cabe a equipe gestora, a organização, articulação e acompanhamento de todo

o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.





# ***10. FORMAÇÃO CONTINUADA***



A municipalidade possui uma política de formação continuada institucionalizada que tem como objetivo possibilitar aos profissionais da educação a aquisição de novas habilidades proporcionando novos conhecimentos e aperfeiçoamento da prática pedagógica, assim, refletindo na melhoria do ensino.

Nesse sentido, percebe-se que o processo de formação continuada é fundamentado em três fatores relevantes: o cotidiano da instituição, as experiências dos docentes e o seu saber.

Pensando na importância da Formação Continuada em Serviço dos docentes da Educação Infantil e nos processos de aperfeiçoamento dos seus saberes, a Secretaria Municipal de João Neiva considera fundamental garantir ao docente momentos de estudos para promover uma formação contínua, investindo na capacitação dos seus profissionais.

Dessa forma, a Formação Continuada em Serviço como Política Pública Municipal é entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se

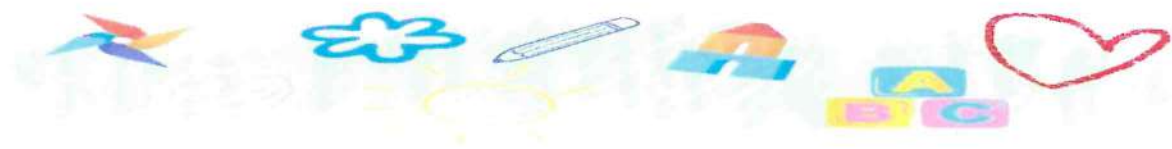
ao cotidiano da instituição de ensino, sendo pautada no respeito, na valorização dos diferentes saberes e na experiência docente.

As ações de formação continuada em serviço dos profissionais da educação do Município de João Neiva, respalda-se na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei Federal nº 9394/96 – LDBEN, ao Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13005/2014 - PNE, as Leis Municipais nº 3.120/2018, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de João Neiva, a Lei nº 2.648/2014 sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público e ao Plano Municipal de Educação – Lei nº 2.792/2015 PME e a Resolução CNE/CP nº 1/2020 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de docentes da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de docentes da Educação Básica. Vale ressaltar que o detalhamento das ações de formação continuada será adentradas nas legislações específicas (livro de diretrizes de formação).





# ***11. TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA***



A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Por essa razão, o acesso a essa primeira etapa precisa ser planejada de forma especial e cuidadosa.

A entrada da criança na Educação Infantil (Creche ou Pré-Escola) diz respeito também a inserção de uma família a um espaço já constituído. Esse movimento causa, necessariamente, mudanças para todos. Crianças, família e instituição de ensino atuam mutuamente. Portanto,

as instituições educativas precisam ter flexibilidade, para modificar através de parcerias o que for necessário, fortalecendo os vínculos por meio do acolhimento.

O acolhimento possibilita que crianças e famílias iniciem um processo positivo e seguro de formação de vínculos e pertencimento essenciais para o desenvolvimento infantil e o trabalho pedagógico. Acolher significa proteger, aceitar e compreender diferenças, necessidades e desejos.

### 11.1 TRANSIÇÃO DE CASA PARA CRECHE

Entrar na instituição de ensino pela primeira vez é um marco na vida de qualquer criança e tal experiência fará parte de suas memórias e história. O contexto que envolve esse processo tem suas peculiaridades, pois, permite a criança sair do ambiente familiar, da relação de dependência e segurança que os adultos oferecem para um espaço desconhecido, com adultos diferentes, rotinas, autonomia e práticas coletivas e regras. Um processo de transição de casa para a creche impõe desafios, pois, requer planejamento, pensar tempos de

permanência, espaços e situações que acolham crianças e famílias.

Outro elemento fundamental é o diálogo. É direito dos familiares conhecer as instalações da instituição, o cardápio, o local das refeições, a sala do grupamento e seus materiais, o docente e o Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino. A ação da Educação Infantil é complementar à da família, o que requer abertura e transparência sobre procedimentos, planejamentos e projetos.





## 11.2 TRANSIÇÃO DA CRECHE PARA A PRÉ-ESCOLA

A transição da creche para a pré-escola também requer cuidados, especialmente quando envolver mudança de instituição. A troca de informações, o contato, o diálogo propicia maior proximidade e precisa ser objetivo das instituições. Tal aproximação e integração podem ocorrer por meio de visitas agendadas de pais e crianças, para que estes conheçam os ambientes e funcionários e propostas da nova Instituição de Ensino com antecedência e possam, assim, amenizar os efeitos das mudanças. A creche juntamente

com a pré-escola, podem criar estratégias conjuntas de visitas as pré-escolas durante o terceiro trimestre com o objetivo de as crianças conhecerem suas futuras Instituições Escolares.

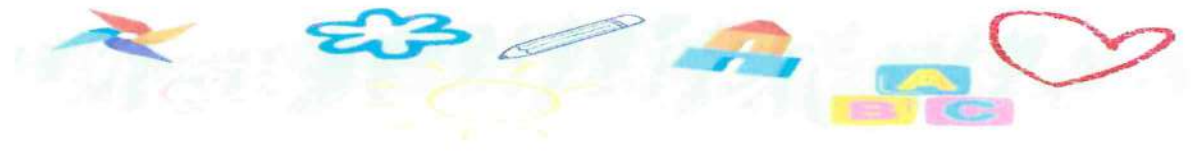
Em relação ao trabalho pedagógico, é importante garantir a continuidade dos processos, presentes no currículo. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação, e não pode perder de vista o caráter de integralidade entre creche e pré-escola.

## 11.3 TRANSIÇÃO DA PRÉ-ESCOLA PARA ENSINO FUNDAMENTAL

A saída da Educação Infantil para o Ensino Fundamental marca uma passagem importante na vida das crianças e envolve muitos fatores: novos colegas, novos docentes, organizados por áreas de conhecimentos, componente curriculares e muitas vezes um novo espaço. Essa mudança pode ser facilitada, caso as instituições e as famílias façam uma transição planejada e articulada, uma vez que as etapas têm objetivos e práticas distintas.

No Ensino Fundamental a escolarização e o ensino de objetos de conhecimento por componente curricular são prioritários, mas é também determinante considerar as crianças e suas necessidades, em especial, a necessidade de brincar, relacionando-as com as intenções educativas.

Para tanto, as duas etapas - Educação Infantil e Ensino Fundamental - precisam articular ações, conhecendo seus objetivos e formas de atuação,



respeitando as singularidades das crianças.

Considerando que as crianças pequenas também precisam conhecer esse novo espaço educacional, cabe as pré-escolas e instituições de Ensino Fundamental planejar estratégias para agendar visitas de integração dessas duas etapas nesses novos espaços.

A transição traz muitas mudanças para os discentes, pois entram em cena desafios com rotinas, atividades diferenciadas, o aprendizado de diversos conteúdos escolares e também, a mudança de docentes, colegas e até de Instituição de Ensino.

É importante salientar que tanto o apoio da família quanto o da equipe pedagógica da Instituição de Ensino são essenciais para que essa transição ocorra de forma tranquila e agradável ao discente. Este, por sua vez, deve compreender desde cedo que essas mudanças são comuns e que serão superadas naturalmente e de forma tranquila.

Assim, a Instituição de Ensino deverá planejar a acolhida dos discentes de forma em que cada um se sinta pertencente ao espaço escolar, com afeto, respeito e paciência.

Deverá ser levada em consideração toda a jornada do discente até o momento, ou seja, como ele caminhou no ano anterior, quais habilidades desenvolveu, onde tem mais dificuldade e quais são seus potenciais. Isso vai ajudar o docente a desenhar uma transição mais saudável, respeitando os conhecimentos que o discente traz.

Para facilitar esse processo, o docente poderá conversar com os docentes que acompanharam os discentes no ano anterior. A leitura dos portfólios e dos relatórios também serão muito úteis, pois através dessas informações será muito mais fácil fazer um planejamento que garanta a continuidade do aprendizado do discente.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Diretrizes Pedagógicas para a Educação Infantil apresentadas neste documento estão respaldadas na concepção de uma educação integral num espaço institucionalizado e integrado e que se faz relevante considerar o protagonismo da criança como premissa do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a educação desempenha um papel fundamental na formação humana.

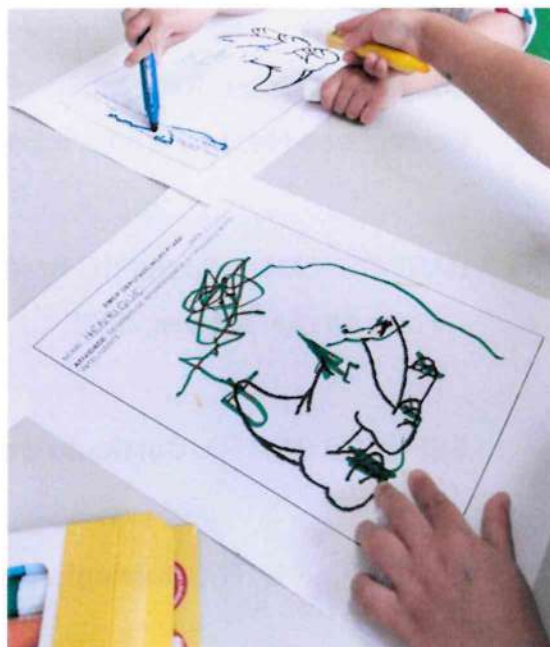
Os processos educativos são norteados de forma a ir ao encontro com as vivências, saberes já constituídos e a construir.

Pretende-se, ainda, que este documento seja mais um instrumento a propor reflexões e discussões sobre a prática educativa, diante de suas complexidades e da função social da educação escolar.

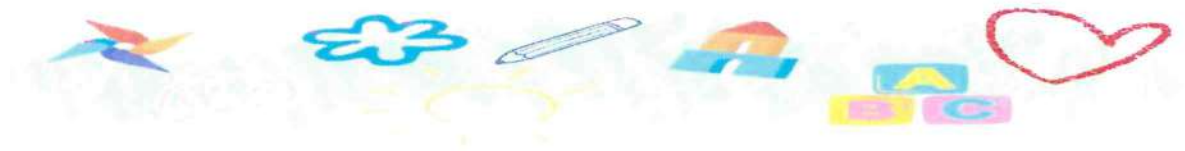
Nesse sentido, por tratar-se de um documento que considera as diferentes condições sociais, culturais, físicas e

étnicas, logo, apresenta-se também como um convite aberto ao diálogo, com compromisso voltado à qualidade do ensino, com vistas a garantir o acesso, a permanência e o sucesso das crianças.

A Diretriz Pedagógica para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino foi elaborada para com o intuito de evidenciar as práticas pedagógicas realizadas no Município, o mesmo pode ser avaliado e replanejado.



Desenho de interferência – EMEIF Deputado Nilzo Plazzi



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman, 2 ed. TC Editora: 1981.

AUGUSTO, Silvana de O. **Ver depois de olhar - a formação do olhar dos docentes para os desenhos de crianças**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394 de 26 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil** – Porto Alegre: Artmed, 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Currículo do Espírito Santo**, Educação Infantil, 2018.

ESPÍRITO SANTO. **Currículo do Espírito Santo**, Educação Infantil, 2020.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na Educação Infantil: observação, adequação e inclusão** – 1ª Edição- São Paulo, Moderna.

GOLDSCHMIED, Elinor. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**/Elinor Goldschmied, Sonia Jackson: tradução: Marlon Xavier-2 ed.-Porto Alegre: 2006.





HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

\_\_\_\_\_. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** 19ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 32ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

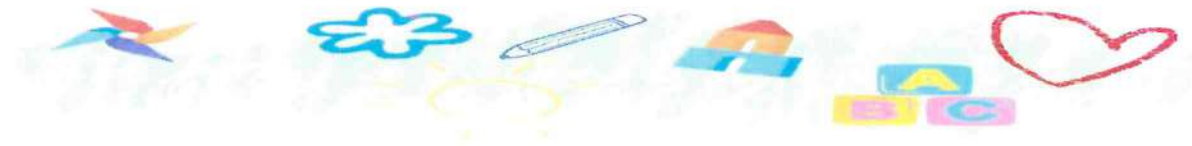
LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário/Delia Lerner,** ttrad.Ermani Rosa.Porto Alegre: Artmed,2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2000.

O EDUCADOR INTEGRAL. **Nova Escola.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7229/henri-wallon>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

OLIVEIRA, Marta K. de. Vygostsky: **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico.** São Paulo: Editora Scipione, 1993.

OLIVEIRA, Zilma R. de; MARANHÃO, Damaris; ABBUD, Ieda; ZURAWSKI, Ma. Paula; FERREIRA, Marisa V. e AUGUSTO, Silvana. **O trabalho do professor na Educação Infantil.** São Paulo: Editora Biruta, 2019.



PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**, Jean Piaget; tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sérgio de Lima Silva, 24ª. ed- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Olhando a criança e seus outros**: uma trajetória de pesquisa em educação infantil. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 437-464, set. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v20n3/v20n3a08.pdf>

UNESCO. **Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos**: Plano de Ação. Brasília: UNESCO, 2012.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, D.W. **A amamentação como forma de comunicação**. In: Os bebês e suas mães. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.





**CONSELHEIROS QUE PARTICIPARAM DA PLENÁRIA PARA APROVAÇÃO DA  
DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Luna Paula dos Santos Arruda** – Presidente do Conselho Municipal de Educação.

**Joelma Mattos Barbosa Rodrigues** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Daniella Stefanelli** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

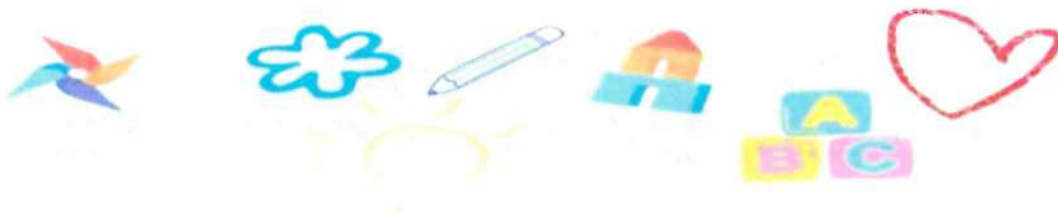
**Kamilla Hentringer Rocha Inácio** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Lucines Mereles Cerri** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

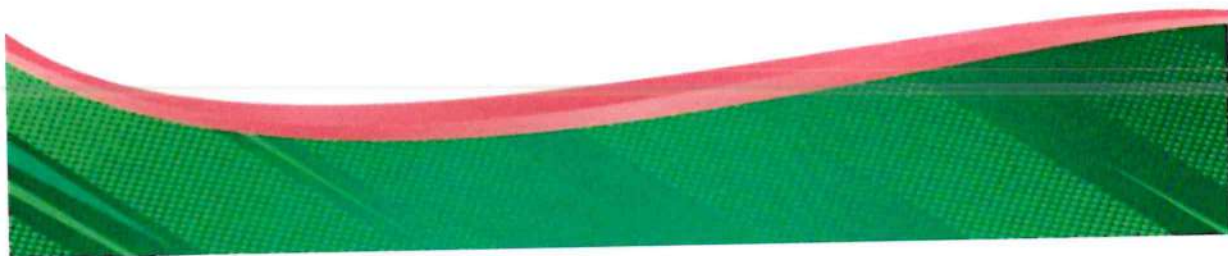
**Maria Melânia Ruy Tolomei de Araújo** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

**Natálio Vieira Ribeiro** – Membro do Conselho Municipal de Educação.

 20/5/20



Prefeitura Municipal de João Neiva  
Secretaria Municipal de Educação



 LOPSA